



COMBOIOS DE PORTUGAL

Relatório & Contas

2014



cp.pt

Ficha Técnica

CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

Calçada do Duque, nº 20

1249 – 109 Lisboa

Nº Contribuinte: 500 498 601

Matriculada na C.R.C. Lisboa número 109º

Capital Estatutário € 1.995.317.000

Conceção e Coordenação:

Direção de Planeamento e Controlo da Atividade

Direção Financeira

Contactos: webmaster@cp.pt

Índice

SUMÁRIO DO ANO	10
MENSAGEM DO PRESIDENTE	11
A EQUIPA DE GESTÃO	13
ENQUADRAMENTO DO ANO	15
COMO CRIAMOS VALOR	17
/ Recursos Humanos	18
Efetivo	18
Absentismo e trabalho suplementar	19
Formação	19
/ Frota	21
Material ao serviço e desativado	21
Melhorias na frota	22
/ Oferta	22
/ Qualidade do Serviço	24
/ Procura	25
/ Proveitos	26
/ Investimentos	26
Principais projetos	27
/ Grupo CP	28
CP Carga - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A.	29
EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.,	29
Ecosaúde - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.	30
SAROS - Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.	30
FERNAVE - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria Em Transportes e Portos, S.A	31
A NOSSA ACTIVIDADE NO ANO	33
/ Timeline	34
/ Atividade desenvolvida	35
Oferta / Operação	35
Combate à fraude	35
Tarifário	36
Bilhética / Distribuição	37
Inovação	38
Parcerias	38

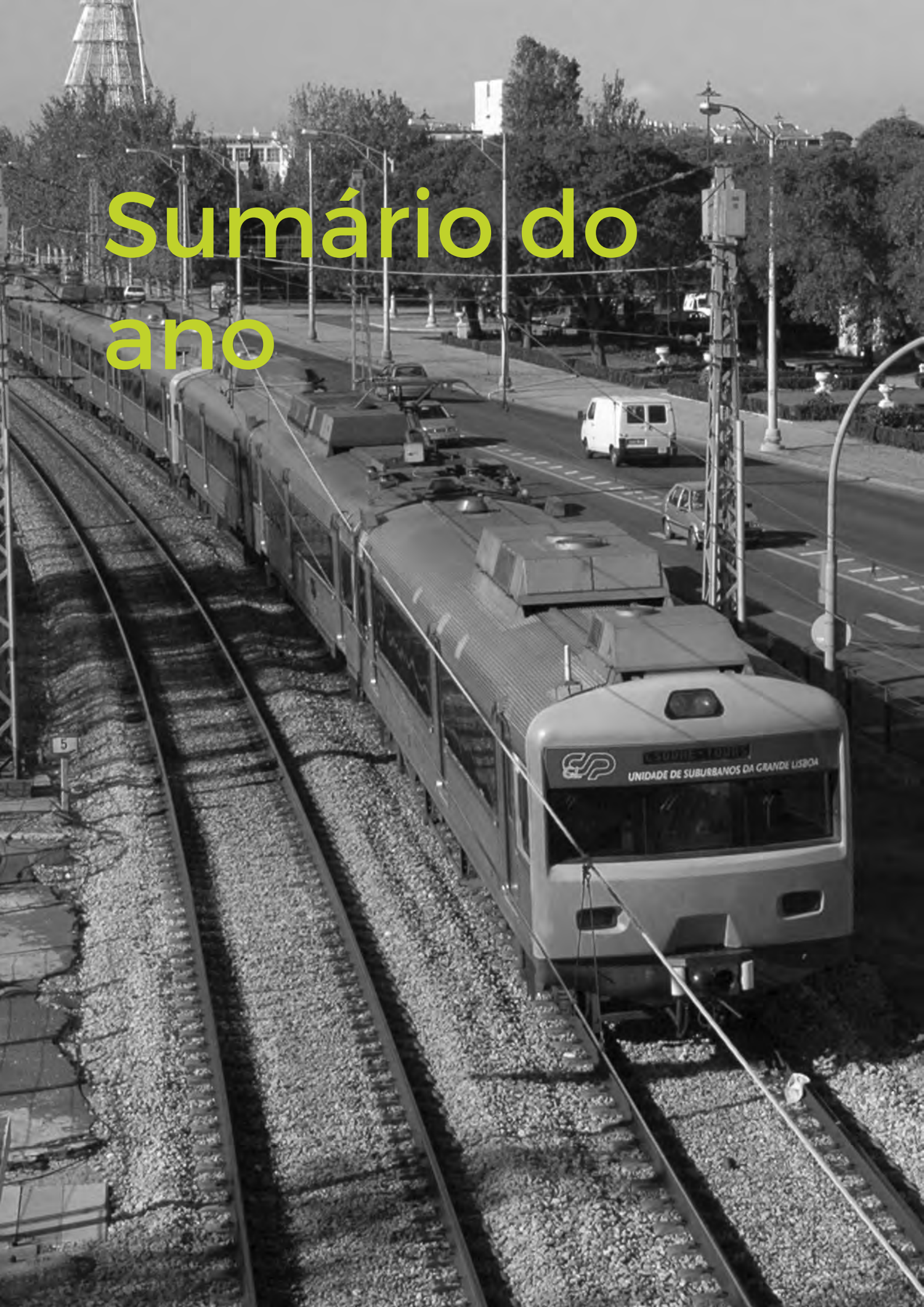
Intervenção social	39
Comunicação	40
Outras ações	42
/ Prémios recebidos	42
CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS	43
/ Resumo	44
/ Objetivos de gestão	45
/ Gestão do risco financeiro	46
/ Prazo médio de pagamento	47
/ Recomendações do acionista emitidas aquando da aprovação das contas de 2013	48
/ Remunerações	49
Medidas de redução salarial	49
Remunerações dos Órgãos Sociais	50
Revisor Oficial de Contas	54
Auditor Externo	55
/ Aplicação do Art.º 32º do Estatuto do Gestor Público	56
/ Contratação pública	56
/ Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e Parque de Veículos do Estado	56
Sistema Nacional de Compras Públicas	56
Parque de Veículos do Estado	57
/ Medidas de redução de gastos operacionais	58
/ Princípio da unidade de Tesouraria do Estado	60
/ Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas	60
/ Informação no <i>site</i> do SEE	61
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	63
/ Evolução da conta de exploração	64
/ Evolução das principais rubricas do Balanço	66
Ativo	66
Passivo	67
/ Financiamento	67
Política de financiamento	67
Estrutura da dívida remunerada	68
Fontes de Cofinanciamento	69

Instrumentos de gestão de risco	70
Encargos financeiros	70
Limites de endividamento	71
PERSPECTIVAS PARA 2015	73
FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	77
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	79
DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE	81
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	83
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	91
/ Identificação da entidade e notas de operacionalidade (nota 1)	92
Identificação	92
Separação de setores - Infraestrutura	92
Separação de setores - Transportes	93
Regime de concessão	94
Contrato de serviço público	95
/ Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras (nota 2)	95
Referencial contabilístico	95
Derrogações ao SNC	96
Valores comparativos	96
/ Principais políticas contabilísticas (nota 3)	96
Bases de mensuração	96
Políticas contabilísticas relevantes	97
Juízos de valor	110
Principais pressupostos relativos ao futuro	110
Principais fontes de incerteza das estimativas	110
/ Fluxo de caixa (nota 4)	112
Rubrica de caixa e depósitos bancários	113
Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários	113
/ Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros (nota 5)	114
/ Ativos fixos tangíveis (nota 6)	114
/ Ativos intangíveis (nota 7)	116
/ Locações (nota 8)	117
/ Participações financeiras - método de equivalência patrimonial (nota 9)	117

/ Participações financeiras – outros métodos (nota 10)	118
/ Ativos por impostos diferidos (nota 11)	119
/ Acionistas/Sócios (nota 12)	119
/ Impostos sobre o rendimento (nota 13)	120
/ Inventários (nota 14)	120
/ Clientes (nota 15)	121
/ Adiantamentos a fornecedores (nota 16)	122
/ Estado e outros entes públicos (nota 17)	122
/ Outras contas a receber (nota 18)	123
/ Diferimentos (nota 19)	124
/ Ativos financeiros detidos para negociação (nota 20)	124
/ Outros ativos financeiros (nota 21)	125
/ Ativos não correntes detidos para venda (nota 22)	125
/ Capital realizado (nota 23)	126
/ Ações (quotas) próprias (nota 24)	126
/ Outros instrumentos de capital próprio (nota 25)	126
/ Reservas legais (nota 26)	126
/ Outras reservas (nota 27)	127
/ Resultados transitados (nota 28)	127
/ Ajustamentos em ativos financeiros (nota 29)	128
/ Outras variações no capital próprio (nota 30)	128
/ Provisões (nota 31)	129
/ Financiamentos obtidos (nota 32)	130
/ Outras contas a pagar (nota 33)	131
/ Fornecedores (nota 34)	132
/ Adiantamentos de clientes (nota 35)	132
/ Passivos financeiros detidos para negociação (nota 36)	133
/ Vendas e serviços prestados (nota 37)	133
/ Subsídios à exploração (nota 38)	134
/ Ganhos/perdas imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (nota 39)	134
/ Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (nota 40)	134
/ Fornecimentos e serviços externos (nota 41)	135

/ Gastos com pessoal (nota 42)	136
/ Imparidades de investimento não depreciáveis/amortizáveis (nota 43)	137
/ Outros rendimentos e ganhos (nota 44)	137
/ Outros gastos e perdas (nota 45)	137
/ Aumentos/reduções justo valor (nota 46)	138
/ Gastos/reversões de depreciação e de amortização (nota 47)	138
/ Imparidade de investimentos depreciáveis e amortizáveis (nota 48)	139
/ Juros e rendimentos similares obtidos (nota 49)	139
/ Juros e gastos similares suportados (nota 50)	139
/ Passivos contingentes (nota 51)	140
/ Ativos contingentes (nota 52)	140
/ Divulgação de partes relacionadas (nota 53)	140
/ Garantias e avales (nota 54)	142
/ Acontecimentos relevantes após a data de balanço (nota 55)	143
DOCUMENTOS ANEXOS	145
/ Certificação legal de contas	146
/ Relatório de auditoria	149
/ Relatório e parecer do conselho fiscal	151

Sumário do ano



Sumário do ano

Indicadores Operacionais	2014	2013	2014-2013	2014/ 2013
Procura				
Passageiros (10 ³)	109.785	106.547	3.238	3,0%
Passageiros Quilómetro (10 ³)	3.518.813	3.310.668	208.144	6,3%
Oferta				
Comboios (10 ³)	455	449	6	1,3%
CK (10 ³)	28.950	28.567	383	1,3%
LKO (10 ⁶)	12.790	12.736	55	0,4%
Recursos Humanos				
Efectivo Final a cargo	2.718	2.766	-48	-1,7%
Efectivo Médio a cargo	2.754	2.786	-32	-1,2%
Frota - Parque Ativo				
Automotoras	234	235	-1	-0,4%
Locomotivas	89	90	-1	-1,1%
Carruagens	98	101	-3	-3,0%

Indicadores Financeiros (10 ³ €)	2014	2013	2014-2013	2014/ 2013
Proveitos Tráfego	214.496	203.948	10.548	5,2%
Indemnizações Compensatórias				
Rendimentos Operacionais *	303.955	295.703	8.252	2,8%
Gastos Operacionais *	289.185	273.751	15.434	5,6%
EBITDA*	14.770	21.953	-7.183	-32,7%
Resultado Operacional	36.747	-19.703	56.450	286,5%
Resultado Líquido	-159.869	-226.517	66.648	29,4%

* Não inclui Rescisões, Provisões, Depreciações, Imparidades, Justo Valor e Participadas.

Rácios	2014	2013	2014-2013	2014/ 2013
Produtividade do Trabalho (10 ³) (Ck/Efectivo)	10,51	10,25	0,26	2,5%
Peso dos Gastos no VN c/ Subsídio à Exploração **	108,1%	101,5%	6,6 p.p.	-
Peso dos Gastos no VN s/ Subsídios à Exploração ***	116,2%	116,7%	-0,5 p.p.	-

** (CMVMC+FSE+PESSOAL sem rescisões)/Volume de Negócios (com subs.à Expl.)

*** (CMVMC+FSE+PESSOAL sem rescisões)/Volume de Negócios (sem subs.à Expl.)

Mensagem do Presidente



Mensagem do Presidente

Em 2014, a CP transportou 109,8 milhões de passageiros, em todos os seus serviços a nível nacional, num crescimento de 3% face a 2013. Este aumento efetivo de passageiros não se verificava desde o ano de 2008 e confirma o crescimento sustentado que a Empresa tem vindo a registar desde Setembro de 2013. Estes números assumem um valor acrescido uma vez que não é possível hoje considerar o elevado número de passageiros ferroviários que beneficiavam do regime de concessões de viagem, nem os que circulavam em serviços entretanto suprimidos. Ou, seja, 2014 deve ser considerado como um ano de recuperação inédita de passageiros.

O EBITDA recorrente manteve-se positivo em 14,8 milhões de euros, impulsionado pelo aumento de receita de 10,5 milhões de euros. Quando comparado com 2013, este valor apresenta uma redução de cerca de 7,2 milhões de euros, decorrente nomeadamente do impacto da redução das indemnizações compensatórias em 16 milhões de euros. Num cenário de manutenção do valor de Indemnizações Compensatórias atribuído à CP em 2013 (cerca de 34 milhões de euros), o EBITDA teria apresentado uma melhoria de 8,9 milhões de euros.

A CP encerrou o exercício de 2014 com um Resultado Líquido de -159,9 milhões de euros, 66,7 milhões de euros melhor que o registado em 2013 (-226,5 milhões de euros).

De uma forma serena e objetiva, estes resultados são motivo de enorme satisfação.

Este crescimento foi fruto de um conjunto bem identificado de factores, todos eles tornados possíveis por via da pacificação social no seio da empresa: uma política comercial mais agressiva; modificações na gestão viradas para a optimização operacional; uma concorrência assumida com os outros modos de transporte.

Também ao nível do discurso público se assistiu a uma mudança, com a insistência na decadência do transporte ferroviário a dar lugar à defesa de um regresso aos comboios para a obtenção de uma mobilidade equilibrada e sustentável.

A partir deste ponto de viragem passou a ser possível encarar o futuro com mais optimismo, perspectivando uma CP continuamente empenhada em prestar um serviço voltado para o cliente, a justificar cada vez mais a opção pelo comboio e a consolidar a tendência de crescimento da procura e de resultados.

A meta do equilíbrio operacional deve ser prosseguida. Para a atingir a empresa deve persistir no aumento da eficiência e da qualidade, apesar da dependência em que continua de factores exógenos constrangedores. A este título deve referir-se a necessidade imperiosa de uma Política coordenada e orientada para a ultrapassagem desses constrangimentos: a permanente degradação da infraestrutura; o envelhecimento do material circulante; a ausência de uma adequada contratualização do serviço público a prestar.

Essa ultrapassagem que a CP reclama deve servir de base a um compromisso público que concilie o saneamento financeiro da dívida histórica com uma política plurianual de sustentabilidade económico-financeira.

O ano de 2014 registou uma primeira vitória. Ela não é da administração ou da gestão, é de todos os que trabalham na empresa, num espírito de concertação interna.

A equipa de gestão



A equipa de gestão



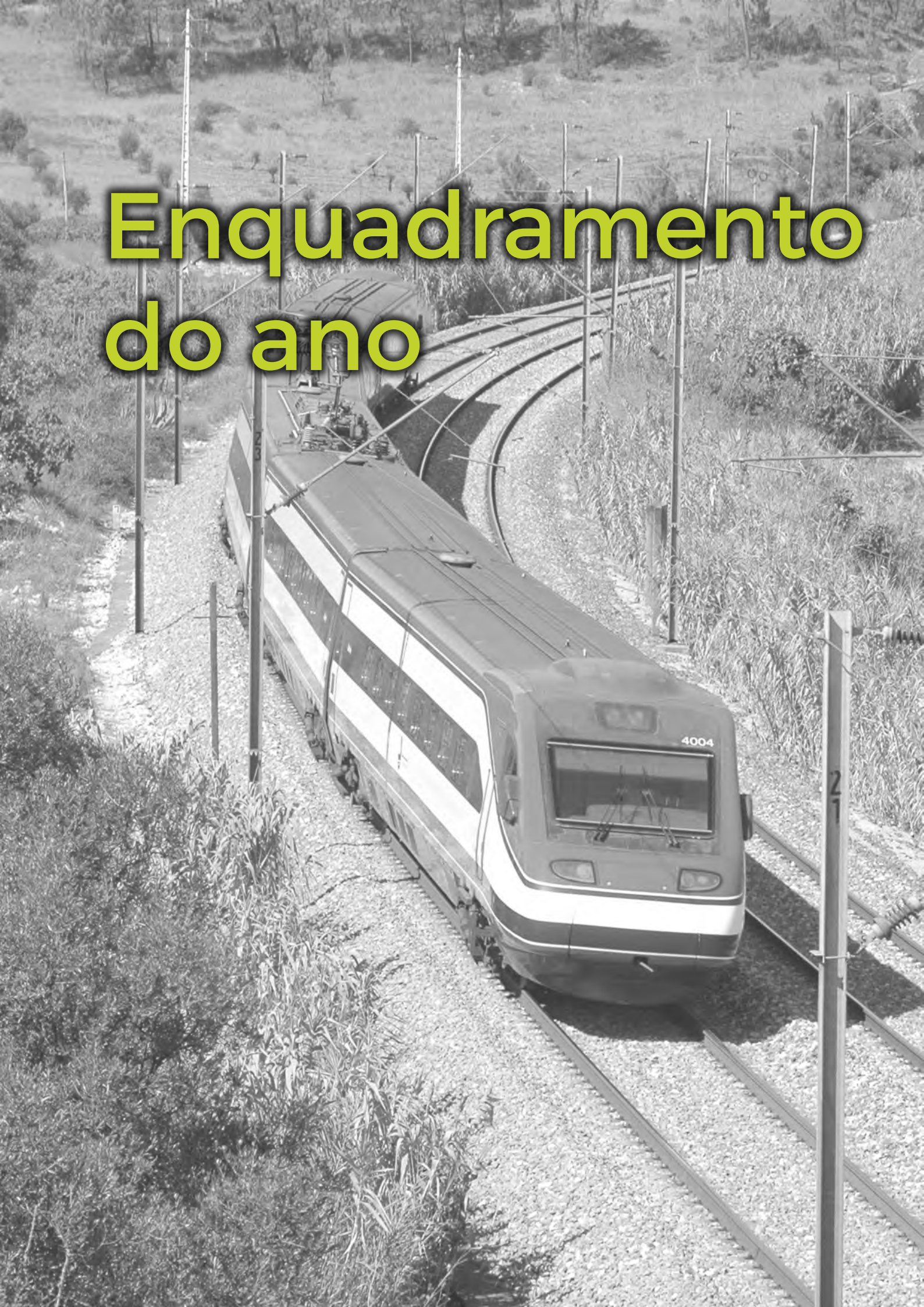
Vice-Presidente
Dra. Cristina Pinto Dias

Presidente
Eng. Manuel Queiró

Vogal
Dra. Isabel Vicente

Vogal
**Dra. Maria João
Calado Lopes**

Enquadramento do ano



Enquadramento do ano

Em 2014 concluiu-se o Programa de Assistência Económica e Financeira acordado em Maio de 2011 entre as autoridades portuguesas e a Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional.

Neste período procederam-se a reformas de carácter estrutural em diversas áreas da economia portuguesa tendo em vista a correcção dos desequilíbrios macroeconómicos que a afectavam.

No ano de 2014, a evolução da economia portuguesa continuou a estar condicionada por este processo de correcção dos desequilíbrios macroeconómicos, mas ao invés do verificado em anos anteriores, em 2014 verificou-se um crescimento, embora moderado, do PIB (0,9%)¹.

Este crescimento do produto denota que se está a iniciar o processo de retoma económica, convicção que é reforçada pelas projecções de crescimento do produto de 1,5% para 2015 e 1,6% para 2016², crescimentos ligeiramente acima da média projectada para a área do euro e que decorreu do crescimento das exportações e da procura interna.

O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IPHC) teve em 2014 um diferencial negativo (-0,1).

Apesar do elevado nível de desemprego, a ligeira recuperação económica verificada propiciou um aumento das deslocações pendulares casa / emprego, mas também as de âmbito turístico e de lazer.

É, também, de referir que o clima de paz social obtido na empresa permitiu aos clientes ter uma percepção cada vez mais positiva da CP e à empresa desenvolver práticas comerciais mais eficazes, o que se traduziu num crescimento de passageiros de 3%, algo que não se verificava desde 2008.

A actividade da empresa em 2014 foi enquadrada pelas orientações, de médio e longo prazo, constantes no Plano Estratégico de Transportes para 2011/2015 (PET) e incorporou, ainda as orientações contidas no Orçamento de Estado para 2014.

Ainda em 2014, no âmbito da reformulação da base das Contas Nacionais Portuguesas, de acordo com os princípios estabelecidos pelo novo Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais 2010 (SEC 2010) a CP passou a constar da lista das entidades que integram o sector institucional das Administrações Públicas, como Empresa Pública Reclificada (EPR), passando a integrar o perímetro de consolidação do Orçamento de Estado a partir de 2015.

1) Fonte: Banco de Portugal – “Projecções para a economia portuguesa: 2014 – 2016”.

2) Fonte: Banco de Portugal – “Projecções para a economia portuguesa: 2014 – 2016”.

Como
criamos
valor



Como criamos valor

/ Recursos Humanos

Efetivo

A empresa prosseguiu a política de racionalização dos seus recursos humanos, tendo terminado o ano de 2014 com 2718 trabalhadores a cargo, correspondendo a um efetivo médio a cargo de 2.754.

Efetivo (*) a 31 de Dezembro	2014	2013	Δ 2014-2013
Vinculado	2.753	2.797	-44
A Cargo	2.718	2.766	-48
Ao Serviço	2.712	2.760	-48

Efetivo Vinculado - efetivo que tem vínculo com a empresa, embora possa não estar a prestar serviço ou não ser pago (inclui licenças sem vencimento, efetivo cedido/requisitado que não é pago pela empresa)

Efetivo a Cargo - efetivo ao qual a empresa Paga (inclui efetivo ao serviço + efetivo cedido/requisitado pago pela empresa)

Efetivo ao Serviço - efetivo que presta serviço na empresa

O efetivo a cargo da CP diminuiu de 2.766 para 2.718, o que se traduziu numa redução de 48 trabalhadores, 38 dos quais por revogação do contrato de trabalho por mútuo acordo.

Cerca de 75% dos colaboradores são da área operacional e pertencem às carreiras profissionais comercial e tração. A média etária dos colaboradores da CP é aproximadamente de 47 anos e a antiguidade média de 22 anos.

EFECTIVO VINCULADO a 31 de Dezembro			
Carreira	2014	2013	Δ 2014- 2013
Administrativa	111	111	0
Apoio Técnico e Gestão	95	97	-2
Comercial	1.226	1.250	-24
Material	84	85	-1
Operação de Transporte	106	109	-3
Outros	27	23	4
Técnicos	294	298	-4
Tração	803	820	-17
TOTAL	2.746	2.793	-47
Conselho de Administração + Conselho Fiscal (*)	7	4	3
TOTAL	2.753	2.797	-44

(*) Acréscimo em 2014 devido à nomeação do Conselho Fiscal

Absentismo e Trabalho Suplementar

Indicadores	2014	2013	Δp.p.
Taxa de Absentismo (sem greves)	5,87%	5,39%	0,49
Taxa de Trabalho Suplementar	9,53%	5,38%	4,15

A taxa de absentismo aumentou em 5 p.p., de 5,39% para 5,87%.

Para o aumento da taxa de absentismo contribuíram essencialmente o aumento do número de dias não trabalhados por baixa por doença e por acidentes de trabalho. Estas duas causas de absentismo representam cerca de 66% das ausências.

Durante o ano foram implementados vários projetos para o combate ao absentismo:

- / Promoção da saúde dos trabalhadores da CP - Identificação e caracterização, das doenças mais frequentes dos trabalhadores da CP, em colaboração com a Ecosáude, com vista à criação de medidas de prevenção e à consequente diminuição do número de episódios de baixa por doença e respetiva duração (absentismo devido a doença natural);
- / Avaliação dos impactos psicológicos nas tripulações dos comboios resultantes dos acidentes com colhidas de pessoas nas vias férreas;
- / Análise dos impactos dos incidentes ocorridos anteriormente com agressões ou ameaças aos Operadores de Revisão e Venda dos serviços urbanos e da Linha do Algarve;
- / Avaliação dos impactos psicológicos no pessoal de contacto com passageiros, na sequência de incidentes com ameaças ou agressões.

A taxa de trabalho suplementar passou de 5,38% para 9,53%.

As principais causas do aumento do trabalho suplementar estiveram ligadas ao registo de um grande reforço das brigadas de fiscalização para o combate à fraude, principalmente na zona urbana de Lisboa, ao incremento da oferta com a realização de diversos comboios especiais, à necessidade de rejuvenescimento de algumas carreiras profissionais e à quase inexistência de greves às horas extraordinárias, aos cortes de descanso e aos dias feriados.

Formação

A CP continuou a apostar na valorização dos seus colaboradores, investindo na formação profissional contínua e adequada ao reforço, atualização e aquisição de novas competências.

Em 2014, foram realizadas 349 ações de formação, tendo a grande maioria sido ministrada através da participada Fernave. No quadro seguinte são apresentados os respetivos valores globais.

Indicadores Formação	2014
Total de horas de formação	62.402
N.º formandos	2.728
N.º ações de Formação	349

A formação ministrada ao abrigo do Plano de Formação 2014 permitiu:

1. Reforçar/atualizar competências ao nível da:

- / Venda (ILC e produtos AP e IC - elearning) e atendimento ao cliente (orientação para o cliente);
- / Segurança geral (pessoas e bens);
- / Segurança da circulação (planos de emergência, aperfeiçoamentos técnicos, regulamentares, conduções, taquimetria);
- / Marketing;
- / Sistemas de informação;
- / Gestão de recursos (humanos, financeiros, energéticos);
- / Legislação (contratação pública, direito do trabalho, administrativo, fiscal e comercial);
- / Sustentabilidade.

2. Adquirir novas competências em:

- / Certificação de maquinistas para condução no trajeto Porto-Vigo (formação técnica e na língua espanhola);
- / Condução, que habilita os maquinistas a conduzir em determinado tipo de material motor;
- / Certificação pedagógica de formadores, que permite reforçar as competências pedagógicas dos trabalhadores que ministram ações de formação interna;
- / Prevenção e luta contra incêndios/Primeiros socorros/Prevenção álcool e drogas;
- / Certificação de Auditores de Qualidade (revisão da ISO9001:2015 e da ISO31000).

/ Frota

Em 2014, a CP continuou a otimizar a utilização do parque de material circulante e a promover a realização de estudos nos domínios da manutenção e reparação dos sistemas e equipamentos, tendo em conta os últimos desenvolvimentos tecnológicos. Visou sempre a promoção da segurança, eficiência e economia na utilização do material circulante. Promoveu contactos para a venda de material circulante não necessário à operação.

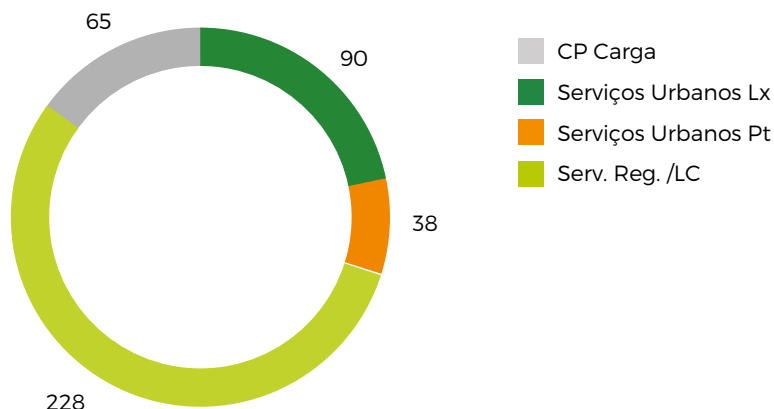
Material ao Serviço e Desativado

À data de 31 de dezembro de 2014, o parque total de material motor e rebocado da CP era constituído por 915 unidades. Destas, 421 unidades encontravam-se afectas ao parque activo, 381 unidades integravam o parque de material inoperacional e 113 unidades eram material de utilização pontual, do Comboio Histórico, do comboio socorro ou encontravam-se cedidas à Fundação Nacional Museu Ferroviário.

O parque ativo de material circulante, em serviço comercial nas Unidades de Negócio e na CP Carga, SA, era composto por 186 automotoras elétricas, 48 automotoras *diesel*, 52 locomotivas elétricas, 37 locomotivas *diesel* e 98 carruagens.

Parque Activo CP 2014

(unidades de material)



De salientar que, no parque activo se encontravam incorporadas 17 automotoras *diesel* da série 592, alugadas à RENFE.

Em 2014 foram abatidas contabilisticamente 11 automotoras *diesel*, cuja repercussão no parque físico só se verificará no ano 2015.

Foram igualmente estabelecidos contactos com entidades internacionais e nacionais que têm manifestado interesse em adquirir material circulante à CP.

Melhorias na Frota

No decurso de 2014 desenvolveram-se diversas actividades no âmbito da melhoria da qualidade do serviço ao cliente, nomeadamente:

- / Instalação do sistema Wi-Fi em carruagens Corail afectas ao serviço Intercidades;
- / Instalação de suportes para o transporte de bicicletas em seis carruagens afetas ao serviço Intercidades;
- / Início da transformação da caldeira da Locomotiva do Comboio Histórico, de tração a vapor para tração *diesel*.

Com o propósito de continuar a oferecer um serviço de transporte alicerçado nos mais elevados padrões de segurança prosseguiram os seguintes projectos:

- / Reparação geral de *bogies* dos comboios Alfa Pendular (conclusão);
- / Grandes reparações do tipo R2 e R3 em diversas séries.

A manutenção da maior parte do material circulante é desenvolvida nas oficinas da EMEF, empresa participada da CP. Apenas nas séries de locomotivas 4700 e 5600 a manutenção é prestada pela SIMEF, ACE (empresa de serviços de manutenção e engenharia ferroviária detida pela EMEF, em 51%, e pela Siemens, em 49%).

/ Oferta

Em 2014, a oferta da CP, avaliada em Comboios*Quilómetro foi de 28.950 milhares de CK, o que representa um acréscimo de 1,3% face a 2013.

O acréscimo verificado é justificado pelo cenário de paz social que foi possível manter após os acordos celebrados com as Organizações Representativas dos Trabalhadores nos meses de março e de julho de 2013 e pela realização de serviços especiais, em resposta a acréscimos pontuais de procura.

Em 2014, procedeu-se também a um aumento das paragens do comboio Celta que efetua a ligação entre a cidade do Porto e a de Vigo e a um reajustamento dos horários do Serviço Urbano do Porto. Esta alteração teve como objetivo a disponibilização de melhores ligações a este comboio internacional, de forma a contribuir para uma maior atratividade desta oferta.

O Serviço de Longo Curso reforçou a sua oferta para Braga com duas novas ligações Intercidades por extensão de serviço do eixo do Porto, justificado pelo aumento de procura.

Os lugares quilómetros oferecidos foram ligeiramente superiores ao ano anterior, pelo que dado o acréscimo da procura, se verificou um aumento das taxas de ocupação.

Comboios Quilómetro (*10 ³)	2014	2013	2014-2013	2014 /2013
Serv. Urbano Lisboa	6.861	6.786	75	1,1%
Serv. Urbano Porto	4.568	4.502	66	1,5%
Serv. Longo Curso	8.132	7.939	193	2,4%
Serv. Regional	9.388	9.340	48	0,5%
TOTAL	28.950	28.567	383	1,3%

Lugares Quilómetro Oferecidos (*10 ⁶)	2014	2013	2014-2013	2014 /2013
Serv. Urbano Lisboa	5.939	6.099	-160	-2,6%
Serv. Urbano Porto	2.166	2.098	68	3,2%
Serv. Longo Curso	2.468	2.394	74	3,1%
Serv. Regional	2.216	2.144	73	3,4%
TOTAL	12.790	12.736	55	0,4%

Taxa de ocupação	2014	2013	2014-2013
Serv. Urbano Lisboa	19,1%	18,3%	0,8 p.p.
Serv. Urbano Porto	27,1%	27,2%	-0,1 p.p.
Serv. Longo Curso	54,3%	49,1%	5,2 p.p.
Serv. Regional	20,5%	20,9%	-0,4 p.p.
TOTAL	27,5%	26,0%	1,5 p.p.

/ Qualidade do Serviço

O índice global de regularidade da CP em 2014 foi de 99%.

O aumento generalizado deste indicador face a 2013 foi justificado pela diminuição da conflitualidade laboral na Empresa.

Regularidade	2014	2013	2014-2013
Serv. Urbano Lisboa			
Sintra / Azambuja	98,7%	97,6%	1,2 p.p.
Cascais	98,3%	97,1%	1,2 p.p.
Sado	99,3%	97,2%	2,1 p.p.
Serv. Urbano Porto			
Aveiro	99,0%	98,3%	0,7 p.p.
Braga	99,4%	98,7%	0,7 p.p.
Caíde	99,3%	98,7%	0,6 p.p.
Guimarães	99,3%	98,6%	0,7 p.p.
Serv. Longo Curso			
Alfas	99,6%	98,1%	1,5 p.p.
Intercidades	99,6%	98,7%	0,9 p.p.
Serv. Regional	99,0%	97,6%	1,4 p.p.

Em 2014 verificou-se uma quebra generalizada do Índice de Pontualidade diária, face ao ano anterior.

Regista-se no entanto a melhoria em cerca de 4 p.p. da pontualidade do serviço Alfa.

Para a taxa de pontualidade média do serviço Intercidades, contribuíram as limitações de velocidade da infraestrutura, com especial ênfase para a Linha da Beira Alta, onde as obras de manutenção/modernização condicionam o seu desempenho.

Pontualidade Diária	2014	2013	2014-2013
Serv. Urbano Lisboa			
Sintra / Azambuja	86,1%	87,9%	-1,7 p.p.
Cascais	90,5%	92,7%	-2,2 p.p.
Sado	89,2%	90,9%	-1,8 p.p.
Serv. Urbano Porto			
Aveiro	88,1%	87,1%	1,0 p.p.
Braga	92,4%	95,0%	-2,6 p.p.
Caíde	91,7%	94,5%	-2,8 p.p.
Guimarães	90,0%	92,8%	-2,8 p.p.
Serv. Longo Curso			
Alfas	74,5%	70,6%	3,9 p.p.
Intercidades	68,2%	70,7%	-2,5 p.p.
Serv. Regional	80,4%	83,0%	-2,6 p.p.

/ Procura

Em 2014 foram transportados pela CP 109,8 milhões de passageiros, correspondendo a um aumento de 3% relativamente a 2013 e representando, em termos absolutos, um acréscimo de cerca de 3,2 milhões de passageiros transportados. Este crescimento da procura foi transversal a todos os serviços da CP, destacando-se o Serviço de Longo Curso que apresentou um crescimento de dois dígitos (12,1%).

A procura por título evidencia um crescimento sustentado dos títulos próprios em todos os serviços, que compensaram a quebra registada nos títulos combinados mensais.

A inversão da tendência de perda de passageiros é resultado da manutenção de um clima de paz laboral que permitiu restituir aos clientes um serviço fiável e regular, da adoção de políticas comerciais mais agressivas, do reforço das brigadas de fiscalização, fixas e itinerantes, e da ligeira recuperação de alguns indicadores económicos do país.

Passageiros (*10 ³)	2014	2013	2014-2013	2013 /2012
Serv. Urbano Lisboa	74.378	72.497	1.881	2,6%
Serv. Urbano Porto	19.665	19.060	605	3,2%
Serv. Longo Curso	5.187	4.626	560	12,1%
Serv. Regional	10.555	10.364	192	1,8%
TOTAL	109.785	106.547	3.238	3,0%

Passageiros-Quilómetro (*10 ³)	2014	2013	2014-2013	2013 /2012
Serv. Urbano Lisboa	1.136.462	1.115.770	20.693	1,9%
Serv. Urbano Porto	587.206	570.040	17.166	3,0%
Serv. Longo Curso	1.339.834	1.175.969	163.865	13,9%
Serv. Regional	455.309	448.889	6.420	1,4%
TOTAL	3.518.813	3.310.668	208.144	6,3%

/ Proveitos

Os proveitos de tráfego situaram-se nos 214, 5 milhões de euros, representando um acréscimo superior a 10,5 milhões de euros, da ordem dos 5,2% face ao ano anterior.

Os proveitos acompanharam a tendência de crescimento da procura sendo influenciados pelo maior peso relativo dos títulos ocasionais e do Serviço de Longo Curso e de ter sido nestes que se registaram os maiores crescimentos.

Contribuiu também para o crescimento de proveitos, a atualização tarifária média de 1% em todos os serviços, com exceção dos de Longo Curso.

Proveitos Tráfego (*10 ³)	2014	2013	2014-2013	2013 /2012
Serv. Urbano Lisboa	73.283	70.050	3.232	4,6%
Serv. Urbano Porto	24.366	23.664	703	3,0%
Serv. Longo Curso	88.601	82.872	5.729	6,9%
Serv. Regional	28.229	27.361	868	3,2%
TOTAL (*)	214.479	203.948	10.531	5,2%

(*) Em 2014 não inclui 17 mil € contabilizados em outros Órgãos.

/ Investimentos

As decisões de investimento em 2014 foram, à semelhança de anos anteriores, equacionadas na perspetiva de assegurar o mínimo de intervenções indispensáveis para garantir a segurança e operacionalidade do material e das instalações ferroviárias ou para conclusão de projetos que já estivessem em curso.

Assim, a CP realizou um total de 14,5 milhões de euros em investimentos, 97% dos quais destinados a material circulante e 2% a instalações fixas.

Investimentos 2014	Valores (mil euros)
Material Circulante	14.032
Equipamentos Comerciais	44
Informatização	47
Outros Investimentos	342
TOTAL	14.464

Principais Projetos

No material circulante, os investimentos mais relevantes centraram-se nos projetos de “Grandes Reparações R2+R3” (8 milhões de euros) e iniciou-se o processo de “Intervenção de Meia Vida dos Alfa Pendulares”.

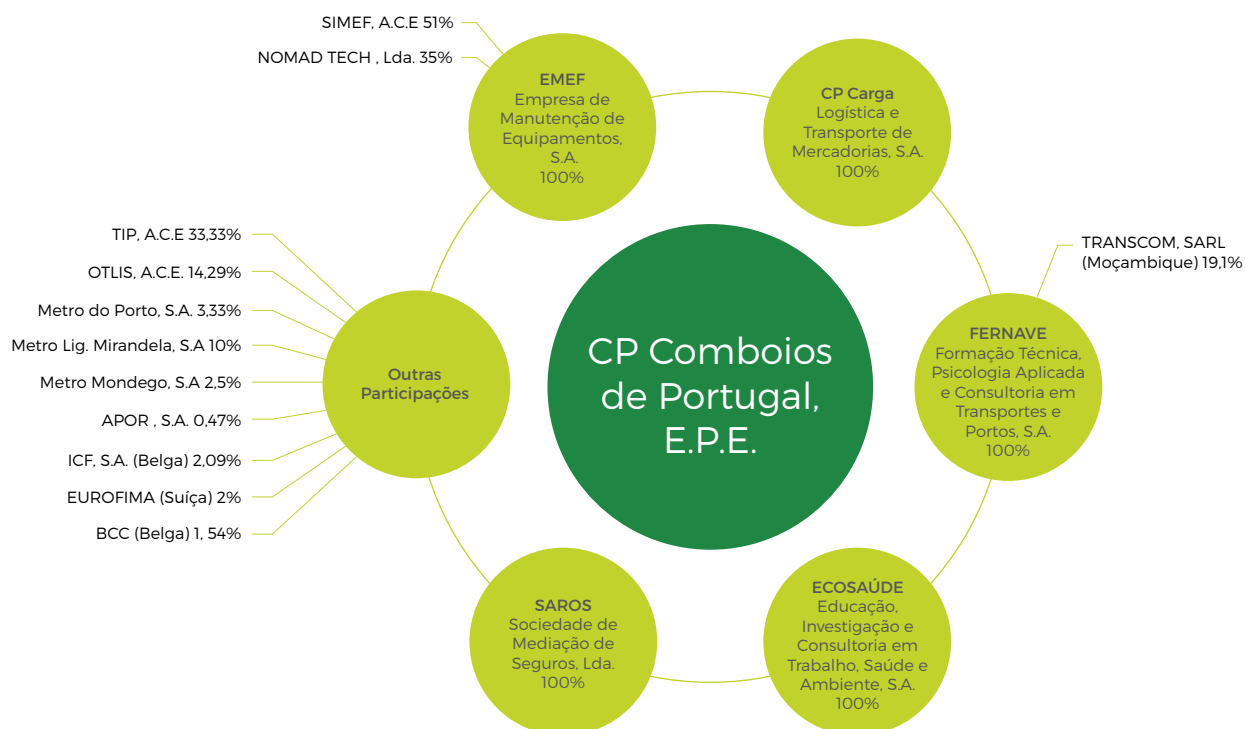
O projeto relativo a “Grandes Reparações R2+R3” reúne as intervenções de manutenção programada de material circulante com o objetivo de repor o nível de operacionalidade e segurança do mesmo. O valor do investimento realizado neste projeto foi superior ao ano anterior já que as greves ocorridas durante o ano 2012 e início de 2013 levaram a um diferimento temporal destas intervenções.

Dos restantes investimentos respeitantes a material circulante destacam-se o de “Reparação de *Bogies* CPA’s” (1 milhão de euros), projeto concluído em 2014, e aquisição de peças de parque (459 milhares de euros). Finalmente, destaca-se o início do projeto de reconversão da caldeira a vapor para *diesel* da locomotiva afeta ao Comboio Histórico do Douro (338 milhares de euros), intervenção que tem subjacente uma transformação deste produto turístico, adaptando-o às exigências deste mercado.

/ Grupo CP

A CP é uma empresa pública de transporte ferroviário detida 100% pelo Estado. Controla empresas na esfera dos fornecimentos no sector e detém participações minoritárias casuísticas.

O esquema seguinte apresenta as participações da CP e suas empresas participadas a 31-12-2014:



O Conselho de Administração traçou uma estratégia de grupo sustentável que consubstancia a estruturação das participações de controlo e o desenvolvimento de uma cultura de eficiência e de valor acrescentado que tem como objetivo a obtenção pelas empresas participadas de um EBITDA positivo.

Sem prejuízo de no Relatório & Contas Consolidado se pormenorizar as atividades das empresas participadas, apresentam-se desde já algumas informações sobre as empresas controladas a 100% com maior relevo.

CP Carga - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A.

A CP Carga é uma operadora de transporte de mercadorias, que opera com locomotivas CP e vagões de propriedade própria.

A CP Carga registou 5,3 milhões de euros de Resultado Líquido no ano de 2014. A empresa tem vindo ao longo dos anos a melhorar significativamente a sua *performance* financeira, alavancando os seus Resultados, não só através de um crescimento do seu volume de negócios, como também pelo controlo dos gastos. Contudo, em situação normal, os Resultados de 2014 ainda iriam permanecer negativos. Os Resultados positivos de 2014 decorrem do processo de transferência dos Terminais para a REFER no dia 1 de Dezembro de 2014, processo este que gerou um impacto significativo importante nos proveitos da empresa.

CP Carga Valores em milhares de €	2014	2013	2014-2013	2014 /2013
Volume Negócios	63.944.216	58.132.756	5.811.459	10,0%
Resultado Operacional	13.081.114	-15.514.933	28.596.048	184,3%
Resultado Líquido	5.341.758	-22.992.076	28.333.834	123,2%
Toneladas (10 ³)	9.235	8.288	947	11,4%

EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.

A EMEF, constituída em 1992, tem um vasto objeto nos domínios da engenharia ferroviária.

O incremento dos serviços prestados na ordem dos 8% a par da redução conseguida a nível dos gastos operacionais, conduziu a EMEF no ano 2014 a um desempenho muito positivo, tendo a empresa alcançado um resultado operacional na ordem dos 2,2 milhões de euros e um resultado líquido de 0,9 milhões de euros. O crescimento da atividade face a 2013 teve por base o aumento de 6% do negócio de reparação e manutenção de material circulante para a CP (+2 milhões de euros) e de 50% para a CP Carga (+2,5 milhões de euros).

EMEF Valores em milhares de €	2014	2013	2014-2013	2014 /2013
Volume Negócios	54.993.577	50.935.813	4.057.763	8,0%
Resultado Operacional	2.244.053	-1.686.613	3.930.666	233,1%
Resultado Líquido	909.485	-3.390.285	4.299.770	126,8%

Ecosaúde - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.

A ECOSAÚDE presta serviços de cuidados de saúde nas empresas do grupo e no mercado.

No ano de 2014 a empresa inverteu a tendência de queda do Volume de Negócios (VN), registando um crescimento de 1,2% (nos anos anteriores havia reduzido em 6% o VN). Paralelamente a este facto, também se destaca a mudança de instalações em Lisboa, de Santos para o Parque das Nações, e, já no final do ano 2014, a redução do efectivo a cargo em 8% (acordos de rescisão de contrato de trabalho por mútuo acordo). Estas medidas de gestão oneraram em cerca de 130 mil Euros a conta de exploração do ano de 2014, o que prejudicou os resultados do exercício, mas claramente beneficiou a competitividade da empresa nos anos futuros, assim como racionalizou a sua estrutura de custos. Em termos de tesouraria, a empresa foi autónoma, tendo o *Cash Flow* Operacional excedido as necessidades de investimentos e serviços da dívida.

Ecosaúde Valores em milhares de €	2014	2013	2014-2013	2014 /2013
Volume Negócios	2.081.745	2.057.630	24.115	1,2%
Resultado Operacional	-90.862	-65.500	-25.362	-38,7%
Resultado Líquido	-126.068	-119.235	-6.833	-5,7%

SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.

A SAROS presta serviços na área da mediação com a categoria de agente de seguros nos ramos VIDA e NÃO VIDA. A atividade da SAROS foca-se na gestão da carteira de seguros das empresas do Grupo CP.

Os Resultados líquidos apurados em 2014 totalizaram 269,8 milhares de euros, valor que se revelou inferior em 5,9% face ao ano anterior. Este decréscimo foi motivado, em grande medida, pela redução verificada na rubrica “Vendas/Serviços prestados”, a qual teve uma variação negativa de 13,4% face a 2013. Importa realçar o contributo positivo que a rubrica “Fornecimentos e Serviços externos” apresentou nos Resultados apurados, rubrica essa que, em 2014, atingiu uma redução na ordem dos 82,5% em comparação com o verificado em 2013.

Saros Valores em €	2014	2013	2014-2013	2014 /2013
Volume Negócios	335.868	387.756	-51.888	-13,4%
Resultado Operacional	273.186	290.681	-17.495	-6,0%
Resultado Líquido	269.828	286.749	-16.921	-5,9%

FERNAVE - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria Em Transportes e Portos, S.A.

Em 2014, apesar de a FERNAVE não ter conseguido o equilíbrio operacional, é de salientar que o EBIT registou uma recuperação na ordem dos 10 % e o Resultado Líquido, apesar de negativo, melhorou cerca de 13%. Esta variação deveu-se fundamentalmente à redução dos gastos operacionais, especialmente da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos.

FERNAVE Valores em milhares €	2014	2013	2014-2013	2014 /2013
Volume Negócios	1.098.160	1.469.264	-371.104	-25,3%
Resultado Operacional	-500.058	-557.505	57.447	10,3%
Resultado Líquido	-674.735	-781.741	107.006	13,7%

A nossa atividade no ano



A nossa atividade no ano

/ Timeline



/ Atividade Desenvolvida

Oferta / Operação

Aumento de paragens do comboio Celta e melhoria das ligações aos Urbanos do Porto

O Comboio Celta, que estabelece a ligação entre as cidades do Porto e Vigo, passou a efetuar paragem em Valença, Viana do Castelo e Nine, para servir um maior número de clientes.

Na mesma data, foi também ajustada a oferta urbana da linha de Braga, para garantir melhores ligações ao comboio CELTA em Nine.

Mais ligações Intercidades a Braga

Lançamento de duas novas ligações Intercidades a Braga (uma em cada sentido), passando esta cidade a dispor de doze ligações ferroviárias de longo curso, a partir de Lisboa.

Final da *Champions League*



Coordenação entre a CP e a RENFE na concretização de um reforço de oferta do comboio internacional Lusitânia Comboio Hotel para transporte dos adeptos do Atlético de Madrid e do Real Madrid, que vieram a Lisboa assistir à final da UEFA *Champions League*.

Prestação de mobilidade a eventos de grandes dimensões de participantes



Serviços especiais decorrentes dos acréscimos pontuais de Procura, tanto nas épocas festivas (Páscoa, santos populares, etc.) como em outros eventos (concertos, jogos de futebol, etc.).

Renovação do contrato de aluguer de material circulante à RENFE

Renovação do contrato de aluguer de material circulante à RENFE, que passa a abranger vinte automotoras, seis pertencentes à série atualmente em circulação e as restantes catorze de uma nova série com melhorias ao nível do desempenho e conforto interior.

Combate à fraude

Ações de fiscalização e combate à fraude

Intensificação de ações de fiscalização em várias estações e a bordo dos comboios e desenvolvimento de ações pedagógicas e preventivas destinadas a sensibilizar os clientes para validação dos títulos de transporte.

Promoção do Passe InterRail



Designada por Early Bird 2014, permite usufruir de 15% de desconto sobre o passe InterRail Global durante a época de menor procura.

Bilhética / Distribuição

Lançamento de novos cartões sem contacto da CP Porto (SIGA)

Mais evoluídos tecnologicamente, nomeadamente ao nível da capacidade de armazenamento de informação, e com imagem mais moderna e apelativa.

Protocolo com a PAYSHOP



Alargamento da rede de vendas dos títulos de transporte da CP Porto para venda na rede PAYSHOP.

Venda do PortoCard nas bilheteiras da CP Porto

O Porto Card, é um produto turístico que permite o acesso gratuito ou com desconto a museus e monumentos, para além de preços reduzidos em circuitos turísticos, salas de espetáculos, restaurantes e comércio local. Inclui também viagens ilimitadas no Metro, STCP e Comboios Urbanos do Porto entre Valongo-Espinho, durante o período de validade do cartão.

Venda de títulos no Lounge do Oriente

Para além do atendimento personalizado, informação sobre produtos e serviços CP, informação sobre partidas e chegadas de comboios, espaço para descanso, leitura e reuniões de trabalho, televisão, internet, imprensa diária e bebidas, os clientes têm agora a possibilidade de adquirir, no CP Lounge da estação do Oriente, o seu bilhete ou proceder a alterações a bilhetes já adquiridos.

Inovação

Instalação de Wi-Fi nos Intercidades da Linha do Norte



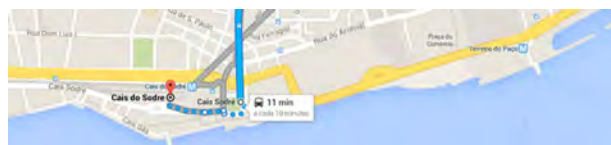
O serviço WI-FI encontra-se disponível para os clientes do serviço Alfa Pendular desde Julho de 2013 e do serviço Intercidades da Beira Baixa desde Novembro de 2013. Ao longo de 2014 foi instalado nas carruagens do serviço Intercidades da Linha do Norte.

Novo *site* da CP



A nova versão visa um maior destaque da venda e o aumento dos níveis de conforto do cliente, na utilização deste canal, tornando mais intuitiva a pesquisa e a navegação. Assente numa nova estrutura de conteúdos, ancorada na pesquisa de horários e venda de bilhetes, o *site* adapta-se a vários dispositivos, permitindo uma experiência mais amigável nos *tablets* e *smartphones*.

CP no GOOGLE TRANSIT



O GOOGLE TRANSIT, integrado no serviço GOOGLE MAPS, passou a conter os trajectos e os horários da CP. Funciona com a definição de origem e destino da viagem e disponibiliza informação acerca das alternativas de transporte possíveis, a duração da viagem e tempos de espera.

Para a CP, esta ferramenta permite alargar os canais de pesquisa dos serviços, através de um dos maiores motores de busca à escala global, em particular para o mercado de turismo estrangeiro. Mediante os pontos geográficos da pesquisa para Portugal, o utilizador passa a ter disponível mais um modo de transporte (comboio) e, caso o seleccione, ficará a saber não só o tempo de trajeto e a visualizá-lo no mapa, bem como os horários regulares dos comboios seguintes à hora da pesquisa.

Parcerias

Parceria CP/TAP



Lançamento do produto Rail&Fly, que permite aos clientes TAP condições privilegiadas na compra das suas viagens na rede de comboios Alfa e Intercidades da CP.

Parcerias com eventos geradores de deslocações



Parcerias diversas, para concertos ou eventos culturais e desportivos.

Neste âmbito destaca-se o protocolo com a Blueticket para a venda de bilhetes integrados Comboio + Espetáculos e a parceria com as Casas do Benfica para transporte de adeptos.

CARSHARING

COMBOIOS DE PORTUGAL > Citizenn Car-Sharing

Vá de comboio ao Porto e depois siga viagem de Car-Sharing. Aluguer de carros à hora - seguro e combustível incluídos!

A partir de €0,99 hora

Vantagens únicas para clientes CP Porto:

- Sem despesas de contrato.
- Sem assinatura mensal.
- Sem taxa de reserva.

O seu cartão de assinatura é a sua chave.

Chave na mão em 4 passos:

- Aderir
- Reservar
- Abrir
- Conduzir

Para mais informações: 707 509 509

www.citizenn.com

COMBOIOS DE PORTUGAL

Adesão gratuita ao Carsharing para clientes CP.

Intervenção Social

Lançamento da linha de apoio *online*



Ferramenta de interação com os clientes, acessível em permanência no *site* da Empresa, proporciona ajuda interativa ao visitante de cp.pt, através de conversação em tempo real, vulgo *chat*, fornecendo as informações solicitadas, quer sobre a Empresa, quer sobre os produtos ou serviços e promovendo o fecho da venda *online*, sempre que possível.

Programa LOCALS - Verão na Linha de Cascais



Parceria entre a CP Lisboa e a Câmara Municipal de Cascais, destinada a jovens entre os 18 e os 30 anos que, diariamente prestaram informações, apoio na aquisição de títulos nas Máquinas de Venda Automática e ajuda na monitorização do estado dos equipamentos de venda e validação.

Melhoria de tempos de resposta do Serviço SIM

A antecedência do pedido de assistência no embarque, durante a viagem e no desembarque reduziu-se para 24h. O SIM - Serviço Integrado de Mobilidade é orientado para Clientes com Necessidades Especiais e disponibiliza igualmente informação sobre táxis adaptados em Lisboa e no Porto.

Obras nos espaços de apoio aos colaboradores

De modo a dotar os espaços de maior conforto e equipamentos necessários à preparação e toma de refeições.

Comunicação

Campanha Alfa Pendular e Intercidades



Com presença em TV durante 5 semanas. No âmbito da campanha de promoção dos serviços Alfa Pendular e Intercidades, a CP produziu, em estreita articulação com a SIC, um conjunto de cinco mini conteúdos editoriais, cada um dos quais com temáticas diferenciadas e específicas, de acordo com os atributos destes produtos e com os objetivos de comunicação da Marca.

Campanha Internacional - Lusitânia Comboio Hotel e Sud Expresso

Realizada para dar a conhecer estes serviços, preços e descontos – especialmente as tarifas PROMO e PROMO+, assim como comunicar a ligação Intercidades entre Porto-Campanhã e Coimbra-B a este serviço.

Campanha de experimentação - Comboios Urbanos do Porto

Com o objetivo de promover os comboios e levar à experimentação novos clientes, a campanha retratou clientes reais nas suas deslocações diárias e pretendeu dar a conhecer, aos potenciais clientes, que as viagens de comboio podem dar mais tempo ao seu dia-a-dia. Foram oferecidas viagens de comboio a utilizadores de transporte individual nas deslocações pendulares casa / trabalho / escola e a segunda mensalidade para os primeiros 1.000 novos clientes que fizessem a sua primeira assinatura mensal.

Comunicação Comboio Histórico 2014



Da sua história à descrição das suas principais características, passando pela oferta comercial que lhe está associada – preços, packs promocionais e parcerias – procurou-se dar a conhecer melhor este produto.

Campanhas de divulgação das “Rotas”



Foram divulgadas, entre outras, a Rota das Amendoeiras, a Rota da Lampreia, a Rota Sabores da Aldeia - Cabrito

Estonado, a Rota das Cerejas do Fundão, a Rota Sabores da Aldeia, o Borrego da Marofa e a Festa das Vindimas.

Campanha Linha de Braga



Promoção de viagens a €2 em dois dias para promover o destino de Braga. Com este bilhete da CP os clientes puderam entrar nestes dias gratuitamente em alguns museus da cidade e beneficiar de condições especiais em alguns restaurantes aderentes.

ROCKCARD CP 2014



No âmbito da realização do Rock in Rio 2014 a CP reeditou um dos seus produtos de marca para a música, o ROCKCard CP e foi alvo de um plano de comunicação na rede *online* e *offline* da CP e dos seus parceiros, em social media, e no Canal Superior. O produto compreendeu: uma entrada para o festival Rock in Rio, viagem de ida e volta de comboio, no eixo Porto-Lisboa-Porto e *transfers* rodoviários entre a estação de Lisboa Oriente e o Parque da Bela Vista.

Campanha Linha do Oeste



2ª vaga de comunicação, decorridos 6 meses das alterações horárias na Linha do Oeste, com objetivos de comunicação transversais: divulgar a ligação direta Caldas da Rainha – Coimbra; evidenciar a proximidade da Linha do Oeste ao centro do País e reforço da comunicação junto do segmento Jovem /serviço Regional: Desconto 25% Jovem.

Campanha INTRA_RAIL - relançamento do produto



No final do ano foi relançado o produto Intra_Rail. Criado em 2006, o Intra_Rail surge, agora, revitalizado, pela anulação da sua anterior delimitação por zonas, facilitando a livre circulação por todo o território continental, bem como pela alteração na duração de uma das suas modalidades.

Outras Ações

Beneficiação da via-férrea no Parque de Material e Oficinas de Campolide



Esta área encontrava-se bastante danificada devido ao intenso uso, tendo melhorado substancialmente a segurança da circulação ferroviária no local e facilitar, deste modo, as operações de manobras, estacionamento e manutenção das unidades afetas à Linha de Sintra.

Renovação da Certificação da Qualidade



A CP renovou a certificação do seu Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) de acordo com a norma ISO 9001:2008.

Grupo de Trabalho de Prioridades de Investimento nas Infraestruturas

Participação da Empresa no Grupo de Trabalho de Prioridades de Investimento nas Infraestruturas.

125 anos da Linha de Cascais



Como forma de marcar comercialmente esta efeméride, a CP Lisboa disponibilizou, exclusivamente no dia 30 de setembro, 125 Assinaturas especiais Cascais/Lisboa, válidas durante 1 ano, ao preço simbólico de 125€ cada.

Para assinalar estas duas efemérides, a CP e a Câmara Municipal de Cascais, em estreita colaboração com o Museu Nacional Ferroviário, proporcionaram, a cerca de uma centena de convidados, a oportunidade de viajar, entre Cascais e Cais do Sodré, a bordo do Comboio Presidencial.

Prémios Recebidos

Marca de Confiança Ambiente 2014



O estudo "Marcas de Confiança" das Seleções do Reader's Digest abordou, mais uma vez, a questão ambiental, tendo a edição de 2014, numa nova categoria dedicada a Empresas de Serviço Público, revelado a CP, em terceiro lugar.

Esta distinção revela o reconhecimento, por parte dos clientes e da população em geral, da dedicação da CP face às questões ambientais e do esforço pela integração crescente de práticas ambientalmente responsáveis em várias vertentes da sua atividade.

Cumprimento das obrigações legais



Cumprimento das obrigações legais

/ Resumo

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento	Quantificação	Justificação
	S/N/NA		
Objectivos de Gestão / Planos de Atividade e Orçamento			
Melhorar EBITDA	N	-32,7% face a 2013	Justificado pela quebra de Subsídios à Exploração em 16,5 milhões de euros (-48%).
Diminuir peso dos Gastos no Volume de Negócios	N	+6,6 p.p. face a 2013	(CMVMC+FSE+Pessoal sem rescisões) / Volume de Negócios (c/ Subs. Exploração) (*)
Gestão do Risco Financeiro			
	S	4,90%	Custo médio de financiamento (*)
Limites de Crescimento do Endividamento			
	S	+8,5% face a 2013	(*)
Evolução do PMP a fornecedores			
	S	+95 dias	Varição entre 2013 e 2014 (*)
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos (*Arrears*)			
	S	2.146.031 €	(*)
Recomendações do acionista na aprovação de contas			
	S		A Tutela recomendou à CP que dê cumprimento ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, conforme legislação em vigor. A CP canaliza todos os fundos libertos pela operação ao IGCP.
Remunerações:			
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 41º da Lei 83-C/2013	S	Não aplicável	(*)
Órgãos Sociais - reduções remuneratórias vigentes em 2014	S	61.685 €	(*)
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 73º da Lei 83-C/2013	S	Não aplicável	(*)
Restantes trabalhadores - reduções remuneratórias vigentes em 2014	S	2.927.123 €	(*)
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 39º da Lei 83-C/2013	S	Não aplicável	(*)
Artigo 32º do EGP			
Utilização de cartões de crédito	S	Não utilizados	Não são utilizados cartões de crédito ou outros instrumentos de pagamento, para realização de despesas ao serviço da Empresa, pelos Membros do Conselho de Administração.
Reembolso de despesas de representação pessoal	S	Não existem	Não há lugar a reembolso aos Membros do Conselho de Administração de quaisquer eventuais despesas de representação pessoal.
Contratação Pública			
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	S	Não aplicável	(*)
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	S	Não aplicável	(*)
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	0	
Auditorias do Tribunal de Contas			
	NA		Não ocorreram auditorias do Tribunal de Contas durante o ano de 2014.
Parque Automóvel			
Nº viaturas	S	-6	(*)
Gastos com viaturas	S	-106.879,00 €	(*)
Gastos Operacionais da Eps (Artº 61º da Lei nº83-C/2013)			
CMVMC	S	-32% face a 2010	(*)
FSE	S	+3% face a 2010	(*)
Pessoal (com rescisões)	S	-15% face a 2010	(*)
Redução de Trabalhadores (Artº 60º da Lei nº83-C/2013)			
Nº de trabalhadores	S	-495 ou -15% face a 2010	Efetivo médio a cargo (*)
Nº de cargos dirigentes	S	-27 ou -59% face a 2010	
Princípio da Unidade de Tesouraria (artº 123º da Lei nº83-C/2013)			
Disponibilidades Centralizadas no IGCP	S	90%	Valor depósitos à ordem no IGCP / Valor total de depósitos à ordem (*)
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	NA	0	Uma vez que a CP cumpriu o princípio da Unidade de Tesouraria não existem juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado.

(*) Explicado em ponto autónomo deste relatório.

/ Objetivos de gestão

A atividade da CP durante o ano foi enquadrada pelo Plano de Atividades e Orçamento 2014 (PAO 2014) enviado às Tutelas Setorial e Financeira em 12 de dezembro de 2013. A promoção da eficiência continuou a ser o foco estratégico da Empresa para 2014.

A CP encerrou o exercício de 2014 com um resultado líquido de -159,9 milhões de euros, cerca de 48% melhor que o previsto. Para este facto contribuíram os desvios positivos registados tanto no resultado operacional como no resultado financeiro e justo valor da carteira de derivados da CP.

O resultado financeiro em 2014 foi de -198,8 milhões de euros, 43,6 milhões de euros melhor que o previsto, em virtude das taxas de juro praticadas para os novos financiamentos ficarem abaixo do inicialmente esperado, em consequência da substituição da dívida bancária de curto prazo por endividamento a médio e longo prazo junto do Estado.

Durante o exercício de 2014 verificou-se o término de dois contratos de *swaps*, originando uma variação positiva do justo valor da carteira de derivados em cerca de 65,5 milhões de euros. Em termos de PAO 2014, admitira-se que a rescisão do *swap* do BES pudesse ocorrer ainda durante o exercício de 2013, o que não se viria a concretizar.

O resultado operacional, sem justo valor, situou-se em 2014 nos -28,7 milhões de euros, representando um desvio positivo de cerca de 41 milhões de euros face ao previsto.

Este desvio é justificado essencialmente pelo impacto nas contas da CP e da CP Carga da alienação à REFER dos Terminais de Mercadorias, pelo aumento dos réditos e pela contenção de gastos, generalizada à maioria das rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos.

Estes desvios foram parcialmente compensados pelo acréscimo dos gastos com pessoal, em resultado da reposição da totalidade dos cortes nas remunerações a partir do mês de junho e da retoma dos cortes de 2013 a partir de meados de setembro, do acréscimo do trabalho extraordinário, decorrente das ações de combate à fraude e do facto das rescisões só terem ocorrido maioritariamente no final do ano.

O EBITDA recorrente (EBITDA antes de indemnizações por rescisões, imparidades, provisões, participadas e justo valor) foi positivo em 14,8 milhões de euros, 5,9% melhor que o previsto.

/ Gestão do risco financeiro

O Despacho n.º 101/09-SETF, de 30.01 define um conjunto de instruções visando a mitigação dos efeitos da volatilidade dos mercados financeiros sobre a situação financeira das empresas e especifica a obrigação do reporte de informação nesse âmbito. No quadro seguinte sintetiza-se a situação da CP em 2014 no que respeita a estas matérias.

Gestão de Risco Financeiro Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01	CUMPRIDO			Descrição
	S	N	NA	
Procedimentos adoptados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respectiva				
Diversificação de instrumentos de financiamento			x	
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis			x	No 1º semestre de 2014 a CP manteve o seu financiamento em curto prazo junto da Banca Nacional a taxa variável Euribor. No 2º semestre essa situação foi alterada, com conversão da dívida de curto prazo em empréstimo do Estado de médio e longo prazo a taxa fixa.
Diversificação de entidades credoras			x	
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado			x	Não existiu contratação de instrumentos de gestão de cobertura de risco
Adopção de política activa de reforço de capitais permanentes				
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em ML prazo, em condições favoráveis	x			No 1º semestre de 2014 a CP manteve o seu financiamento em curto prazo junto da Banca Nacional a taxa variável Euribor. No 2º semestre essa situação foi alterada, com conversão da dívida de curto prazo em empréstimo do
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação	x			Empréstimos contratados com base no custo total
Minimização da prestação de garantias reais	x			Diminuição da dívida garantida pelo Estado
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)	x			Empréstimos contratados negociando sempre a minimização das cláusulas restritivas.
Medidas prosseguidas com vista à optimização da estrutura financeira da empresa				
Adopção de política que minimize afectação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos	x			ACP manteve em 2014 o volume de investimento no mínimo indispensável para garantir a segurança e operacionalidade do material circulante e das instalações fixas.
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP	x			Em 2014 as actividades de investimento apresentam fluxos positivos, em resultado da alienação à REFER dos terminais de mercadorias e da aceitação e pagamento pela REFER da fatura referente à alienação do edifício da ex-FERGRÁFICA.
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento	x			
Inclusão nos R&C				
Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos	x			Em ponto autónomo deste Relatório.
Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos	x			Em ponto autónomo deste Relatório.
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro	x			Em ponto autónomo deste Relatório.
Reflexão nas DF 2014 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira				
	x			

Legenda:

FC - Fundos comunitários
 CP - Capital próprio
 S - Sim
 N - Não
 N.A. - Não Aplicável

No capítulo "Financiamento" do presente relatório é possível obter informação adicional sobre a gestão financeira durante o ano de 2014.

/ Prazo médio de pagamento

No decurso do ano de 2014 a CP libertou fundos suficientes para assegurar a sua atividade operacional. No entanto, a empresa não teve condições para assegurar por meios próprios o serviço da dívida histórica e, na sequência da redução do valor de indemnizações compensatórias atribuídas, deixou de dispor de fundos suficientes para assegurar os seus investimentos.

Nesse contexto, durante os primeiros meses do ano, a CP continuou a recorrer à Banca Nacional, obtendo empréstimos de curto prazo para fazer face às suas responsabilidades decorrentes do serviço de dívida.

No entanto, nem sempre conseguiu obter a totalidade do financiamento necessário para assegurar o pagamento de compromissos decorrentes do serviço da dívida, tendo de recorrer a receita da sua atividade de exploração para garantir o cumprimento desses compromissos.

Esta situação acabou por inviabilizar o pagamento a alguns fornecedores, nomeadamente REFER e contribuir para o agravamento do prazo médio de pagamentos.

A partir de setembro, com a integração da CP no perímetro de consolidação do Orçamento de Estado, a empresa deixou de recorrer a financiamento junto de instituições de crédito, passando as suas necessidades de financiamento a ser supridas por empréstimos do Estado, conforme legislação aplicável para as empresas públicas reclassificadas.

No âmbito do contrato de financiamento do Estado celebrado em outubro de 2014, foi possível à CP não só converter a sua dívida de curto prazo em médio e longo prazo, mas também obter o financiamento necessário para assegurar o pagamento de parte significativa da dívida histórica à REFER.

Os valores de dívida em atraso superior a 360 dias, a 31 de dezembro de 2014, ascendiam a cerca de 474 milhares de euros, sendo que destes, 145 milhares de euros respeitavam à REFER. Todos os valores em dívida referiam-se a situações que se encontravam pendentes da realização de encontros de contas ou da resolução de litígios.

Dívidas Vencidas (valores em euros)	0-90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o Art.1.º DL 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	>360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	1.502.277	21.124	107.051	41.942	473.636
Aquisição de Capital	0	0	0	0	0
Saldo em Dívida a Fornecedores (Total)	1.502.277	21.124	107.051	41.942	473.636
REFER	-53.318	0	6.899	0	144.612
Outros	1.555.595	21.124	100.153	41.942	329.024

No quadro seguinte apresenta-se o PMP com referência ao 4º trimestre de 2013 e 2014.

PMP	2013	2014	Var. 2014/2013
Prazo (dias)	229	266	16%
Prazo Sem REFER (dias)	68	60	-12%

O PMP apresentou uma tendência de crescimento até ao 3º trimestre de 2014. Esta situação, conforme já analisado anteriormente, decorreu das dificuldades sentidas pela CP na obtenção de financiamento, o que obrigou a empresa a canalizar verbas provenientes da sua exploração para pagamento de responsabilidades inerentes ao serviço de dívida, e afetou o pagamento a fornecedores, especialmente à REFER.

No mês de dezembro de 2014 foi possível a CP alterar este cenário, e saldar a quase totalidade da dívida à REFER. Esta redução substancial da dívida de fornecedores só terá impacto positivo no indicador do PMP trimestral dos períodos seguintes, por este apurado com base na média da dívida dos 12 meses anteriores.

Desta forma, o PMP da CP no final do 4º trimestre de 2014 ascendia a 266 dias, mais 37 dias que em período homólogo de 2013. Se a este indicador, excluirmos a dívida à REFER relativa a serviços do Diretório de Rede, o PMP situar-se-ia nos 60 dias no final do 4º trimestre de 2014, apresentando uma redução de 8 dias face ao apurado em 2013. De referir que o PMP sem REFER inclui, ainda assim, outras dívidas à REFER relativas a serviços extra-Diretório que não são facilmente expurgadas do indicador.

/ Recomendações do acionista emitidas aquando da aprovação das contas de 2013

A Tutela recomendou à CP que dê cumprimento ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, conforme legislação em vigor.

Neste contexto, a CP manteve os esforços no sentido de canalizar todos os fundos libertos pela operação ao IGCP, sendo que a aplicação de excedentes foi efetuada em CEDIC's.

/ Remunerações

Medidas de Redução Salarial

- / Durante o ano de 2014 foram aplicadas as normas relativas às reduções remuneratórias previstas na Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2014, até à respectiva declaração de inconstitucionalidade, bem como na Lei n.º 75/2014, de 12 de Setembro;
- / Manteve-se, aos membros do Conselho de Administração, a redução de 5,0% da remuneração fixa mensal ilíquida (cfr. n.º 1 do artigo 12.º e n.º 4 do artigo 20.º da Lei n.º 12-A/2010 de 30 de junho), assim como a limitação imposta às respetivas remunerações que, durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira, não podem ultrapassar o valor que já era pago (cfr. DL n.º 8/2012, de 18 de janeiro e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2013, de 19 de julho e art 256.º da Lei 83-C/2013) e a não atribuição de prémios de gestão (cfr. artigo 41.º da lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro);
- / No ano de 2014 manteve-se o reconhecimento da inaplicabilidade do regime previsto para os trabalhadores em funções públicas, em relação às deslocações e às ajudas de custo do pessoal itinerante, continuando nestas matérias a serem aplicadas as regras dos AEs;
- / O pagamento do trabalho extraordinário foi feito de acordo com as regras previstas no Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, por força do art.º 18.º do DL 133/2003, de 3 de Outubro. Durante o ano de 2014 foi prorrogada a vigência dos acordos feitos em 2013, com os sindicatos, relativos apenas ao pagamento do trabalho prestado em dia de descanso não compensado e em dia feriado igualmente não compensado. Estes acordos foram oportunamente transmitidos às tutelas;
- / Em relação aos trabalhadores que laboram 35 horas foi aplicado o regime previsto no artigo 45.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro;
- / A remuneração fixa mensal ilíquida dos membros dos órgãos de fiscalização e do ROC foi reduzida em 10% tendo em conta a sua remuneração total (CP + remunerações de outras entidades);
- / A prestação de serviços do auditor externo foi alvo em Julho de 2014 de um concurso internacional que possibilitou uma redução dos encargos suportados com os serviços de auditoria às contas individuais e consolidadas das empresas do grupo. Este contrato vigora para os exercícios dos três anos subsequentes.

As reduções, no que respeita aos Órgãos Sociais e restantes trabalhadores, podem resumir-se no quadro seguinte:

Designação Unid: €	2010	2011	2012	2013	2014
Gastos com pessoal (€)	0	0	83.530.337	98.036.837	103.342.128
Gastos com Órgãos Sociais (€)	509.746	468.233	418.369	442.818	499.442
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	0	66.716	76.758	67.952	61.685
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)	0	0	0	0	0
Gastos com Efetivos sem O.S. (€) (*)	-9.805.994	-15.992.122	80.006.790	92.423.563	100.421.229
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	0	2.589.338	2.119.059	2.501.077	2.927.123
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)	0	0	0	0	0
Rescisões / Indemnizações (€)	9.296.247	15.523.889	3.105.178	5.170.456	2.421.457

(*) O aumento dos Gastos com Pessoal (sem indemnizações) em 8,1 milhões de euros resultou essencialmente de se ter efetuado um ajustamento do valor de gastos relativos a pensões de acidentes de trabalho de 11,1 milhões de euros. Este movimento teve, no entanto, contrapartida de igual montante na redução das provisões constituídas para estas pensões, pelo que, em termos líquidos estes ajustamentos contabilísticos não tiveram qualquer impacto nos resultados da empresa.

Remunerações dos órgãos sociais

Conselho de Administração

Início-Fim Mandato	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Forma	Data	Identificação Entidade	Pagadora (O/D)
21-02-2013 a 31-12-2015	Presidente	Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	RCM n.º6-A/2013 (DRE II série, n.º 42) de 28-02-2013 com Declaração de Retificação n.º 285/2013 (DRE II série, n.º 45) de 05-03-2013		N.A.	N.A.
21-02-2013 a 31-12-2015	Vice-Presidente	Cristina Maria dos Santos Pinto Dias			N.A.	N.A.
21-02-2013 a 31-12-2015	Vogal Executiva	Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente			N.A.	N.A.
21-02-2013 a 31-12-2015	Vogal Executiva	Maria Joao S. C. Rosa Calado Lopes			N.A.	N.A.

Legenda:

OPRLO - Opção pela remuneração do lugar de origem

O/D - Origem/destino

Nome	Acumulação de Funções 2014		
	Entidade	Função	Regime (Pública/Privada)
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	CP Carga	Presidente do C.A.	Pública
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	EMEF	Presidente do C.A.	Pública
	TIP	Presidente do C.A.	Pública
	SIMEF	Presidente do C.A.	Pública
	OTLIS	Vogal do C.A.	Pública
	Nomad Tech	Gerente	Privada
Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente	EMEF	Vogal do C.A.	Pública
	ECOSAÚDE	Administrador Único	Pública
	SAROS	Gerente	Pública
	FMNF	Vogal não executiva do C.A.	Pública
	FMNF	Vogal do C.C.	Pública
Maria Joao S. C. Rosa Calado Lopes	CP Carga	Vogal do C.A.	Pública
	FERNAVE	Administrador Único	Pública

Legenda:

CP Carga: CP Carga- Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A.

EMEF: EMEF- Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.

ECOSAÚDE: Ecosaúde- Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho Saúde e Ambiente, S.A.

FERNAVE: Fernave-Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultadoria em Transportes e Portos, S.A.

SAROS: Saros-Sociedade de Mediação de Seguros, Ld.ª

Nomad Tech, Lda

SIMEF A.C.E.: Serviços Integrados de Manutenção e Engenharia Ferroviária, A.C.E.

FMNF: Fundação do Museu Nacional Ferroviário Ginestal Machado

TIP: Transportes Intermodais do Porto, ACE

OTLIS: Operadores de Transportes da Região de Lisboa, ACE

C.A.: Conselho de Administração

C.C.: Conselho Consultivo

Nome	EGP			
	Fixado	Classificação	Valores Mensais Bruto(€)	
	S/N	A,B,C	Remuneração Base	Despesas de Representação
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	S	A	5.722,75 €	2.289,10 €
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	S	A	5.150,48 €	2.060,19 €
Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente	S	A	4.578,20 €	1.831,28 €
Maria Joao S. C. Rosa Calado Lopes	S	A	4.578,20 €	1.831,28 €

Legenda:
EGP - Estatuto do Gestor Público

Nome	Remuneração Anual (€)						
	Variável	Fixa **	Outra	Redução Lei 12-A/2010	O. Reduções Remuneratórias	Redução Anos Anteriores *	Bruta Após Reduções
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	0,00 €	107.587,75	0,00 €	5.379,39	14.771,78	0,00 €	87.436,58
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	0,00 €	96.828,88	0,00 €	4.841,44	11.003,29	0,00 €	80.984,15
Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente	0,00 €	86.070,20	0,00 €	4.303,51	6.540,05	0,00 €	75.226,64
Maria Joao S. C. Rosa Calado Lopes	0,00 €	86.070,20	0,00 €	4.303,51	6.540,05	0,00 €	75.226,64

Notas: "Redução Anos Anteriores" refere-se a remunerações regularizadas no ano em referência pertencentes a anos anteriores

* Indicar os motivos subjacentes a este procedimento

** Remuneração+despesas de representação

Nome	Remuneração Anual (€)				
	Variável	Fixa *	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Após Reduções (3)=(1)-(2)
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	0,00 €	107.587,75	107.587,75 €	20.151,17	87.436,58
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	0,00 €	96.828,88	96.828,88 €	15.844,73	80.984,15
Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente	0,00 €	86.070,20	86.070,20 €	10.843,56	75.226,64
Maria Joao S. C. Rosa Calado Lopes	0,00 €	86.070,20	86.070,20 €	10.843,56	75.226,64

Nota: * Remuneração+despesas de representação (sem reduções)

Nome	Benefícios Sociais							
	Subsídio Refeição (€)		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde (€)	Seguro de Vida (€)	Outros	
	Valor/Dia	Montante Pago Ano	Identificação	Valor (€)			Identificação	Valor (€)
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	6,86 €	1.474,90 €	Segurança Social	20.896,60 €	247,83 €	0,00 €	Seguro de Acidentes Pessoais	8,06 €
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	6,86 €	1.488,62 €	Segurança Social	19.235,22 €	247,83 €	0,00 €	Seguro de Acidentes Pessoais	8,06 €
Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente	6,86 €	1.715,00 €	CGA	18.020,73 €	247,83 €	0,00 €	Seguro de Acidentes Pessoais	8,06 €
Maria Joao S. C. Rosa Calado Lopes	6,86 €	1.715,00 €	Segurança Social	17.868,02 €	247,83 €	0,00 €	Seguro de Acidentes Pessoais	8,06 €

Nome	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond mensal definido	Valor Anual	Obs
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	80,00 €	283,20 €	
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	80,00 €	662,29 €	
Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente	80,00 €	193,84 €	
Maria Joao S. C. Rosa Calado Lopes	80,00 €	83,84 €	

Nome	Encargos com viaturas								
	Viatura Atribuída	Celebração de Contrato	Valor de Referência da Viatura	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Nº Prestações Contratuais Remanescentes
	S/N	S/N	(€)	(1)			(€)	(€)	
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	S	S	49.745,80	Renting	2010	2016	979,16	11.749,92	72
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	S	S	57.575,98	Renting	2008	2016	708,15	8.497,80	96
Maria Isabel de J. da S. Marques Vicente	S	S	59.418,04	Renting	2008	2016	681,98	8.183,76	96
Maria João S. C. Rosa Calado Lopes	S	S	57.575,98	Renting	2008	2016	676,39	8.116,68	96

(1) Aquisição; ALD; Leasing ou outra

Nome	Plafond mensal definido para Combustível	Gastos anuais associados a viaturas (€)				Observações
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	1/4 despesas representação	2.807,27 €	352,70 €	0,00 €	0,00 €	Viatura em AOV, com seguro e manutenção incluídos na renda
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias		1.325,30 €	146,00 €	0,00 €	522,71 €	Viatura em AOV, com manutenção incluída na renda
Maria Isabel de J. da S. Marques Vicente		1.652,91 €	228,05 €	0,00 €	522,71 €	Viatura em AOV, com manutenção incluída na renda
Maria João S. C. Rosa Calado Lopes		1.334,36 €	11,00 €	0,00 €	522,73 €	Viatura em AOV, com manutenção incluída na renda

Nome	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço					Gasto Total com Viagens (€)
	Deslocações em Serviço (€)	Custo com Alojamento (€)	Ajudas de Custo (€)	Outras		
				Identificar	Valor (€)	
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	4.501,57 €	1.556,74 €	1.590,55 €	Taxi	82,30 €	7.731,16 €
Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	421,35 €	401,66 €	654,94 €	Taxi	85,50 €	1.563,45 €
Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Maria Joao S. C. Rosa Calado Lopes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Fiscalização

Conselho Fiscal

Mandato Início-Fim	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (Mensal)
			Forma	Data	
13-11-2013 a 31-12-2015	Presidente	António José Farinha Simão	Despacho Conjunto s/número dos Ministérios das Finanças e da Economia	13.11.2013	1.602,37 €
13-11-2013 a 31-12-2015	Vogal Efetivo	Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro			1.201,78 €
13-11-2013 a 31-12-2015	Vogal Efetivo	Cláudio de Castro Garcia do Couto Cabral			1.201,78 €
13-11-2013 a 31-12-2015	Vogal Suplente	Nelson Manuel Costa Santos			N.A.

Nome	Remuneração Anual 2014 (€)		
	Bruta (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Após Reduções (3)=(1)-(2)
António José Farinha Simão	22.433,17 €	1.624,44 €	20.808,73 €
Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro	16.824,94 €	1.188,70 €	15.636,24 €
Cláudio de Castro Garcia do Couto Cabral	16.824,94 €	1.188,70 €	15.636,24 €
Nelson Manuel Costa Santos	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Revisor Oficial de Contas

Mandato Início-Fim	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação		Contratada	Nº de mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Número	Forma	Data		
9-12-1993 a 31-7-2014	ROC	Alves da Cunha, A. Dias e Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada pelo Dr. José Luis Areal Alves da Cunha	585	Após a nomeação do Conselho Fiscal em 13 de novembro de 2013 manteve-se a assegurar a função ROC até 31 de julho de 2014.		09-12-1993	5
01-08-2014 a 31-12-2015	ROC	Oliveira Reis e Associados-Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Ldª, representada pelo Dr. Joaquim Oliveira de Jesus	1.056	Despacho Conjunto s/número de 16 de maio de 2014, dos Ministérios das Finanças e da Economia, iniciou funções em 1 de agosto de 2014 para completar o mandato de 2013-2015.		16-05-2014	1
01-08-2014 a 31-12-2015	ROC Suplente	Oliveira, Reis e Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Ldª, ROC suplente Dr. José Vieira dos Reis.	359	Despacho Conjunto s/número de 16 de maio de 2014, dos Ministérios das Finanças e da Economia, iniciou funções em 1 de agosto de 2014 para completar o mandato de 2013-2015.		16-05-2014	1

Nome	Remuneração Anual 2014	
	Fixada (€) (1)	Bruto Pago (€) (2)
Alves da Cunha, A. Dias e Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada pelo Dr. José Luis Areal Alves da Cunha	23.676,00 €	14.638,75 €
Oliveira Reis e Associados-Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Ld ^ª , representada pelo Dr. Joaquim Oliveira de Jesus (*)	21.500,00 €	8.313,32 €

(1) Valor Bruto Anual Fixado

(2) Valores pagos com reduções remuneratórias

(*) Remunerações relativas a 5 meses.

Auditor externo

Nome	NºRegisto na OROC	NºRegisto na CMVM	Data da Contratação		Remuneração Anual (€)		
			Data	Período	Valor da Prestação de Serviços	Reduções Remuneratórias	Valor Após Reduções
Pinto Ribeiro, Lopes Rigueira & Associados, SROC, LDA	197	9199	10-07-2014	3 anos	11.750,00 €	(Ver nota)	N.A.

Nota: O valor da prestação de serviços contratados respeita a 3 exercícios e engloba os serviços de auditoria da CP (contas individuais e consolidadas) e das empresas do grupo CP. O total do contrato para o triénio foi de 84.750€. Os encargos respeitantes exclusivamente à CP para os 3 anos são de 35.250€.

/ Aplicação do Art.º 32º do estatuto do gestor público

No âmbito da CP-Comboios de Portugal, E.P.E., em cumprimento do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 32º do Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro), não são utilizados cartões de crédito ou outros instrumentos de pagamento, para realização de despesas ao serviço da Empresa, pelos Membros do Conselho de Administração, não havendo igualmente lugar a reembolso aos mesmos de quaisquer eventuais despesas de representação pessoal.

/ Contratação pública

Os procedimentos adotados pela empresa em sede de contratação regem-se pelo Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, tendo sido considerada entidade adjudicante do sector especial dos transportes. A empresa neste momento tem contratualizado com a ACINGOV a utilização de uma plataforma eletrónica de contratação, dotando-se, assim, dos meios necessários para a realização de procedimentos públicos de aquisição, em conformidade com a legislação em vigor.

A CP, nos procedimentos relacionados com aquisições de bens e serviços, recorre à realização de concursos públicos e limitados, por prévia qualificação ou a consulta a diversas entidades.

A CP em 2014 celebrou um contrato com valor superior a 5 milhões de euros com a ENDESA Energia, SA para a energia elétrica de alta tensão para tração.

/ Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e Parque de veículos do Estado

Sistema Nacional de Compras Públicas

A CP assinou em julho de 2010 um contrato de adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) na qualidade de entidade compradora voluntária.

Tendo em conta os acordos-quadro existentes na ANCP, a CP tem vindo a analisar caso a caso se a utilização desses acordos lhe é vantajosa face aos valores contratuais conseguidos diretamente pela empresa, bem como se as características técnicas em causa correspondem às suas necessidades.

Desde 2012 que a CP tem recorrido aos acordos da ESPAP para as áreas de vigilância e segurança humana, renting de viaturas, contratação de agência de viagens, aquisição de consumíveis de impressão, economato e papel.

Parque de veículos do Estado

A CP não se encontra vinculada ao chamado Parque de Veículos do Estado, apesar da sua adesão voluntária ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e de ter feito as últimas contratações de veículos em renting através de tal sistema.

Tendo em consideração o disposto no Ofício Circular da Direção Geral do Tesouro e Finanças, n.º 4238 de 1 de julho de 2013 e no Despacho n.º 5410/2014 do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e da Secretária de Estado do Tesouro de 17 de abril de 2014, foi dado cumprimento durante 2014 ao rácio de dois veículos abatidos por cada nova aquisição, à redução de gama das viaturas e às rendas máximas definidas, o que se traduziu num parque automóvel mais reduzido e com menores gastos de utilização.

Em 2014 foi determinado o abate de 8 viaturas, que foram substituídas pela contratação de 3 novas viaturas em regime de AOV (dois veículos da gama LP Inferior, por 48 meses e 120.000Km e um veículo LP Inferior-Furgoneta 5 lugares, por 48 meses e 200.000 Km). Conjugando estas medidas de abates e novos rentings com a decisão de prorrogar a validade de contratos AOV que terminavam em 2014, estima-se em 2 200€ a poupança mensal conseguida.

/ Medidas de redução de gastos operacionais

PRC (valores em euros)	Meta 2014	2010 Exec.	2011 Exec.	2012 Exec.	2013 Exec.	2014 Exec.	Δ 2014/2013		Δ 2014/2010	
							Absoluta	%	Absoluta	%
EBITDA	12.669.726	13.358.199	39.441.453	35.405.712	21.952.591	14.769.653	-7.182.938	-33%	1.411.455	11%
(1) CMVMC	8.841.470	11.400.400	11.440.560	9.284.408	8.477.671	7.715.510	-762.161	-9%	-3.684.890	-32%
(2) FSE	174.198.338	165.726.647	163.269.005	165.580.922	166.757.128	169.938.629	3.181.501	2%	4.211.982	3%
Deslocações/Estadas	389.678	481.207	444.708	460.901	374.713	341.010	-33.703	-9%	-140.197	-29%
Ajudas de Custo										
Comunicações	843.833	1.382.359	1.236.341	954.755	788.014	759.112	-28.902	-4%	-623.247	-45%
(3) Gastos com Pessoal	84.635.105	122.251.077	108.072.860	83.530.337	98.000.235	103.342.128	5.341.892	5%	-18.908.949	-15%
(3.1) dos quais indemnizações	2.400.000	9.296.567	15.523.889	3.105.178	5.170.456	2.421.457	-2.748.999	-53%	-6.875.110	-74%
(4) Total Gastos =(1)+(2)+(3)-(3.1)	265.274.913	290.081.557	267.258.537	255.290.489	268.064.578	278.574.810	10.510.232	4%	-11.506.747	-4%
(5) Volume de Negócios (c/subs.à Expl.)	252.012.909	273.263.770	275.016.672	271.772.406	264.081.550	257.663.529	-6.418.021	-2%	-15.600.241	-6%
Peso dos Gastos no VN (%) (4)/(5)	105%	106%	97%	94%	102%	108%	+6 p.p.	-	+2 p.p.	-
Número de RH	2.741	3.275	3.153	2.924	2.786	2.754	-32	-1%	-521	-16%
Órgãos Sociais (*)		6	6	6	5	7	2	40%	1	17%
Número Cargos de Direção (**)		46	39	36	28	19	-9	-31%	-27	-59%
Número Efetivos		3.223	3.108	2.882	2.754	2.728	-26	-1%	-495	-15%
Número Efetivos/Cargos de Direção		70,07	79,69	80,06	100,13	143,58	43,45	3%	73,51	105%
Viaturas										
Número de viaturas		n.a.	n.a.	n.a.	57	51	-6	-11%	n.a.	n.a.
Gastos com as viaturas		n.a.	n.a.	n.a.	381.905	275.026	-106.879	-28%	n.a.	n.a.

(*) Em 2014 verifica-se um acréscimo dos Órgãos Sociais devido à nomeação do Conselho Fiscal no final de 2013.

(**) Cargos de Direção de 1º nível.

O peso das principais rubricas de gastos no volume de negócios apresenta uma evolução desfavorável de 2p.p. face a 2010. Esta variação é justificada, essencialmente, pela redução em cerca de 50% das indemnizações compensatórias (-17 milhões de euros). Excluindo este impacto, verifica-se que o peso das principais rubricas de gastos no volume de negócios, sem indemnizações compensatórias, apresentaria uma melhoria de cerca de 6 p.p., passando de 122% em 2010 para 116% em 2014, evidenciando um significativo esforço de redução de gastos, justificado pelas medidas de racionalização de serviços e de processos e de contenção de custos implementadas pela Empresa.

De referir, ainda, que este rácio exclui um conjunto de rendimentos e gastos de natureza operacional e recorrente, contabilizados nas rubricas de outros rendimentos e gastos, que são fundamentais para a avaliação do equilíbrio operacional da empresa³.

A rubrica que apresenta uma redução mais significativa é a dos Gastos de Pessoal, com cerca de -19 milhões de euros, na sequência da diminuição do efectivo e das reduções salariais decretadas. De considerar ainda o impacto da variação no número de rescisões. De notar, que o decréscimo não foi superior, porque 2014 se encontra influenciado pelo ajustamento de gastos relativos a pensões de acidentes de trabalho no valor de 11,1 milhões de euros. Este movimento teve, no entanto, contrapartida de igual montante na redução das provisões constituídas para estas pensões, pelo que em termos líquidos, não existiu qualquer impacto ao nível dos resultados. Expurgando este efeito, a redução dos Gastos com Pessoal com rescisões seria de cerca de 30 milhões de euros, o que representaria um decréscimo de, aproximadamente, 25% face a 2010.

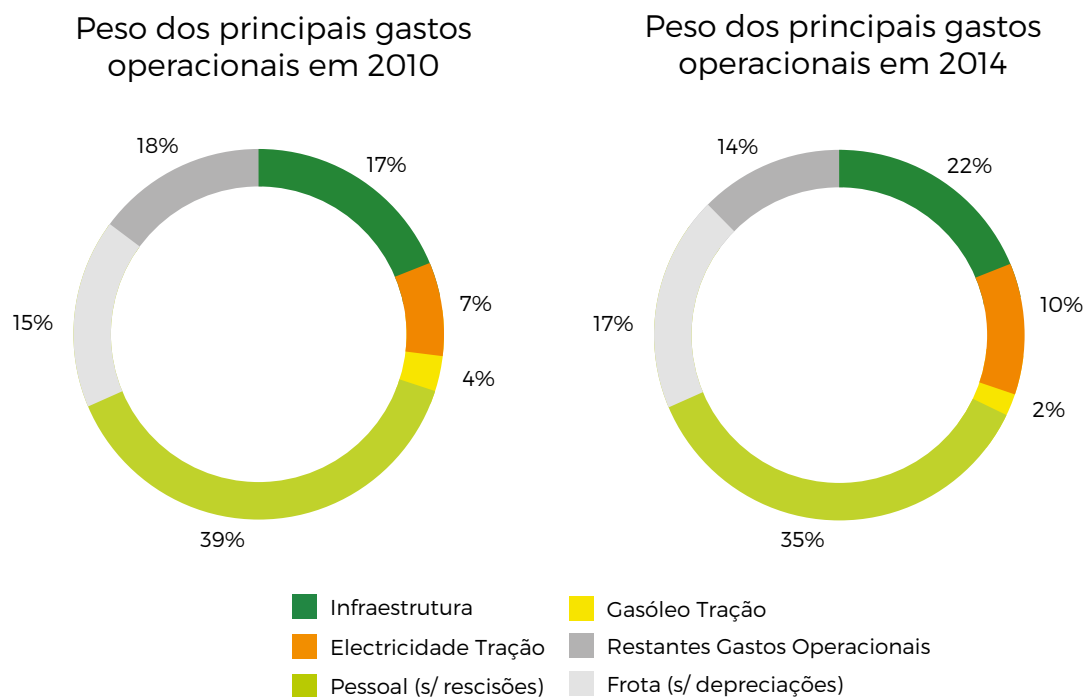
Relativamente ao número de efetivos e de cargos dirigentes a Empresa em 2014 reduziu 16%, em comparação com 2010, incluindo um decréscimo de 59% dos cargos de direção de primeiro nível (valores médios anuais).

3) A título de exemplo, referem-se as refaturações de Eletricidade e Gasóleo para a Tração à CP Carga, cujos rendimentos são contabilizados em outros rendimentos operacionais, mas cujos respetivos gastos, estão a ser suportados pela CP nas rubricas de CMVMC e FSE.

A diminuição dos Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas em 3,7 milhões de euros resultou, por sua vez, de uma racionalização da oferta, e de alguns serviços terem passado a ser realizados integralmente em tração elétrica. Também houve a transferência para a CP Carga dos depósitos de combustível para tração estritamente afetos à atividade daquela empresa, que permitiu compensar as variações de preço ocorridas.

Os Fornecimentos e Serviços Externos, apesar do esforço de contenção de gastos desenvolvido pela Empresa generalizado à maioria das rubricas, apresentaram um crescimento global de 3%. Este acréscimo é justificado essencialmente pelos aumentos de gastos suportados com a Taxa de Utilização da Infraestrutura (+38% em 2014 que em 2010), correspondendo a um crescimento de cerca de 17 milhões de euros, de eletricidade para a tração (+33% em 2014 que em 2010), correspondendo a um crescimento de cerca de 7 milhões de euros, devido a aumentos significativos dos preços e à perda do regime de interruptibilidade em algumas subestações e de gastos com o aluguer de material circulante (+193% em 2014 que em 2010), representando um aumento de cerca de 5 milhões de euros, devido à falta de investimento na electrificação de infraestruturas e às limitações ao investimento em material circulante. Excluindo estes impactos os fornecimentos e serviços externos apresentariam uma redução de, aproximadamente, 25 milhões de euros, o que representaria um decréscimo de cerca de 15% face a 2010.

Os gráficos seguintes representam a estrutura global de gastos da Empresa em 2010 e em 2014. É possível constatar a redução do peso dos gastos com pessoal, gásóleo para tração e dos restantes gastos (subcontratos, consumíveis, *utilities*, etc), objeto de medidas de racionalização e renegociação / contenção. Em contrapartida regista-se um acréscimo do peso dos gastos relacionados com a taxa de utilização da infraestrutura, a eletricidade para a tração e a frota de material circulante.



No âmbito dos gastos com deslocações, estadas e ajudas de custo verificou-se uma diminuição de 29% face a 2010. Estas rubricas incluem transporte de pessoal operacional de e para os locais de trabalho/dormitórios, ou seja ligados à produção de transportes.

Também os gastos com comunicações registaram, desde 2010, uma evolução decrescente (-45% que em 2010). Esta rubrica inclui, para além das comunicações fixas e móveis, as comunicações de dados, nomeadamente com as estações, indispensáveis ao negócio.

/ Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Após a publicação da Lei n.º 55-A/2010 a CP considerou que o Regime de Tesouraria do Estado, criado pelo Decreto-Lei n.º 191/99 de 5 junho, com redação atualizada através da Lei n.º 39-A/2005, lhe passava a ser aplicável.

Na sequência, e perante as dificuldades de aplicação da UTE derivadas do desajustamento do regime à atividade da empresa, a CP solicitou à Tutela Financeira, autorização para que a movimentação das contas bancárias permanecesse no quadro do relacionamento bancário necessário ao apoio financeiro da Empresa e ao normal desenvolvimento da exploração dos serviços, sem prejuízo de providenciar o aumento significativo de movimentos através do IGCP e a aplicação de todas as disponibilidades mobilizáveis na respetiva conta.

Apesar de não existir resposta aos procedimentos propostos pela CP, têm sido desenvolvido todos os esforços para o cumprimento, sempre que possível, do princípio da unidade de tesouraria do Estado:

- / O número de movimentos da conta do IGCP aumentou significativamente, quer a nível de recebimentos quer de pagamentos, sendo a conta movimentada com a máxima regularidade;
- / A generalidade dos pagamentos é efectuada via IGCP, bem como alguns pagamentos a fornecedores nacionais e estrangeiros;
- / Os recebimentos dos clientes estão a ser canalizados para a conta do IGCP;
- / Desde Dezembro de 2010 que, excedentes de tesouraria pontuais são aplicados no IGCP - Cedic's.
- / Os valores disponíveis ainda que não aplicados, dado o seu montante, são mantidos na conta do IGCP.

Manteve-se a movimentação das contas bancárias junto da Banca Nacional, não só pelo necessário apoio financeiro até final do 2º semestre de 2014, como também pela impossibilidade de alguns pagamentos e recebimentos serem efectuados via conta do IGCP dadas as funcionalidades operacionais do Banco.

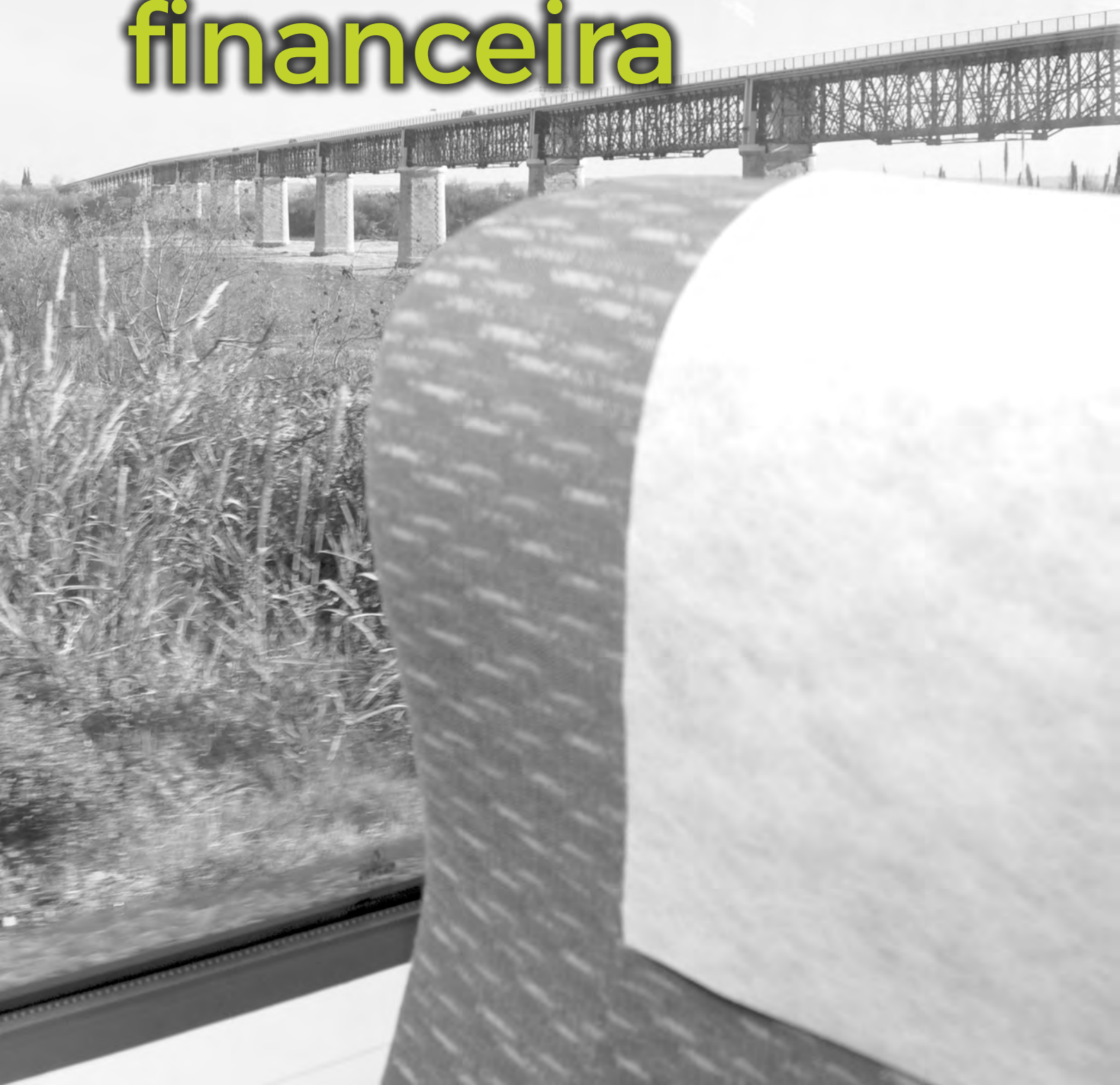
/ Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

Não ocorreram auditorias do Tribunal de Contas durante o ano de 2014.

/ Informação no *site* do SEE

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S	14-03-2012	
Caracterização da Empresa	S	25-05-2014	
Função tutela e accionista	S	21-08-2013	
Modelo Governo / Membros dos Órgãos Sociais:	S	10-10-2014	
Identificação dos órgãos sociais	S	10-10-2014	
Estatuto remuneratório fixado	S	10-10-2014	
Divulgação das Remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	10-10-2014	
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do CA	S	10-10-2014	
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	10-10-2014	
Esforço Financeiro Público	S	25-05-2014	
Ficha síntese	S	10-10-2014	
Informação Financeira histórica e atual	S	23-07-2013	
Princípios de Bom Governo	S	26-05-2014	
Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	S	26-05-2014	
Transações Relevantes c/entidades relacionadas	S	26-05-2014	
Outras transações	S	26-05-2014	
Análise de sustentabilidade nos domínios:	S	26-05-2014	
Económico	S	26-05-2014	
Social	S	26-05-2014	
Ambiental	S	26-05-2014	
Avaliação do cumprimento dos PBC	S	26-05-2014	
Código de Ética	S	26-05-2014	

Análise económico- financeira



Análise económico-financeira

/ Evolução da conta de exploração

As demonstrações financeiras são apresentadas adiante de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística em vigor. Para efeitos de análise de gestão construiu-se o quadro seguinte que ilustra, de forma mais adequada o desempenho da empresa.

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em m€)	PERÍODOS		Variação 2014/2013	
	REAL 31-12-2014	REAL 31-12-2013	Valor	%
Vendas e serviços prestados	239.759	229.698	10.061	4%
Subsídios à exploração	17.905	34.384	-16.479	-48%
Outros rendimentos e ganhos	46.291	31.622	14.670	46%
SUB-TOTAL	303.955	295.703	8.252	3%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-7.716	-8.478	762	9%
Fornecimentos e serviços externos	-169.939	-166.757	-3.182	-2%
Gastos com o pessoal (s/ Indemnizações)	-100.921	-92.866	-8.054	-9%
Outros gastos e perdas	-10.611	-5.649	-4.961	-88%
SUB-TOTAL	-289.185	-273.751	-15.435	-6%
Resultado operacional da atividade de transportes* (EBITDA)	14.770	21.953	-7.183	-33%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-65.063	-69.296	4.233	6%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-4.707	-2.524	-2.183	-86%
Indemnizações por rescisão	-2.421	-5.170	2.749	53%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreend. conjuntos	1.226	-2.956	4.183	141%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-117	-122	5	4%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	1.604	-1.029	2.634	256%
Provisões (aumentos/reduções)	15.387	-19.169	34.556	180%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	10.614	-7.409	18.023	243%
Aumento/Reduções de Justo Valor	65.456	66.022	-566	-1%
Resultado operacional	36.747	-19.703	56.450	287%
Juros e rendimentos similares obtidos	5.188	4.732	456	10%
Juros e gastos similares suportados	-204.017	-211.256	7.239	3%
Resultado financeiro	-198.829	-206.524	7.695	4%
Resultado antes de impostos	-162.082	-226.227	64.145	28%
Imposto sobre o rendimento do período	2.213	-289	2.502	866%
Resultado líquido do período	-159.869	-226.517	66.647	29%

RESULTADO OPERACIONAL DA ATIVIDADE DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (EBITDA)	14.770	21.953	-7.183	-33%
Indemnizações por rescisão	-2.421	-5.170	2.749	53%
Aplicação MEP, justo valor, imparidade e provisões	94.169	35.335	58.834	167%
Depreciações	-69.770	-71.821	2.050	3%
RESULTADO OPERACIONAL	36.747	-19.703	56.450	287%
RESULTADO FINANCEIRO	-198.829	-206.524	7.695	4%
RESULTADO LÍQUIDO	-159.869	-226.517	66.647	29%

* Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos

A CP encerrou o exercício de 2014 com um Resultado Líquido de -159,9 milhões de euros, 66,7 milhões de euros melhor que o registado em 2013 (-226,5 milhões de euros).

Esta melhoria resulta fundamentalmente do incremento das vendas e serviços prestados em 10,1 milhões de euros, do aumento dos outros rendimentos e ganhos em 14,7 milhões de euros, em virtude, nomeadamente, da alienação dos Terminais de Mercadorias e da melhoria generalizada das restantes rubricas do resultado operacional não relacionadas com a atividade de transporte, nomeadamente no que respeita a provisões e imparidades. O Resultado Financeiro apresentou-se melhor que o registado em 2013 em 7,7 milhões de euros, em resultado da descida das taxas de juro aplicadas na renovação dos financiamentos das operações de financiamento.

O EBITDA recorrente (Resultado Operacional da atividade de Transporte de Passageiros) foi positivo em 14,8 milhões de euros. Face a 2013, este indicador apresentou uma redução de 7,2 milhões de euros, justificada designadamente pela redução do valor das Indemnizações Compensatórias atribuídas em 16,1 milhões de euros, ainda que parcialmente compensada pelo aumento das prestações de serviço (+10,1 milhões de euros).

O aumento dos Custos com Pessoal (sem indemnizações) em 8,1 milhões de euros resultou essencialmente de se ter efetuado um ajustamento do valor de gastos relativos a pensões de acidentes de trabalho de 11,1 milhões de euros. De referir, que este movimento foi efetuado com vista a alterar o tratamento contabilístico e fiscal dos benefícios de empregados relacionados com pensões de acidentes de trabalho. Este movimento teve, no entanto, contrapartida de igual montante na redução das provisões constituídas para estas pensões, pelo que, em termos líquidos estes ajustamentos contabilísticos não tiveram qualquer impacto nos resultados da empresa.

Caso não tivesse sido efetuada esta alteração de procedimento, os gastos com pessoal da empresa ter-se-iam reduzido em cerca de 3 milhões de euros face ao ano anterior, em virtude de, em 2013, se ter contabilizado o impacto da reposição do subsídio de férias de 2012 e 2013, que passou a ser remunerado desde junho de 2013, na sequência da publicação da Lei n.º39/2013. Ainda com impacto na variação dos gastos com pessoal, de referir a redução do efetivo em 48 colaboradores, o aumento do trabalho extraordinário, decorrente das ações de combate à fraude, e a aplicação dos cortes remuneratórios previstos no Orçamento de Estado para 2014 nos primeiros cinco meses do ano e da decisão do Tribunal Constitucional para cessação das reduções salariais, que afetou os vencimentos e subsídios pagos após 31 maio de 2014 e que vigorou até meados de setembro, momento a partir do qual foram retomados os cortes de 2013.

Apesar do esforço generalizado de contenção de gastos, os Fornecimentos e Serviços Externos registaram um acréscimo de 3,2 milhões de euros face a 2013, por via fundamentalmente da taxa de utilização de infraestrutura, que registou um aumento de 2,2 milhões de euros, e os gastos com conservação e reparação de material circulante por avaria que subiram 1,4 milhões de euros.

O abate de 10 UTD´s 600 e de uma ALLAN contribuíram para o acréscimo dos Outros Gastos e Perdas em 5 milhões de euros. Em termos líquidos, o impacto destes abates nas contas da empresa foi de aproximadamente 1,2 milhões de euros, refletindo-se 5,6 milhões de euros em outros gastos e perdas e 4,4 milhões em rendimentos relacionados com reversões de imparidades e reconhecimentos de subsídios ao investimento.

Ao nível das restantes rubricas do resultado operacional não relacionadas com a atividade de transporte, destaca-se a diminuição das provisões em 34,6 milhões de euros, devido à redução já explicada anteriormente da provisão constituída para acidentes de trabalho em 11,1 milhões de euros e da diminuição das provisões constituídas para fazer face às responsabilidades inerentes aos capitais próprios negativos das empresas do Grupo, ressaltando o contributo para o efeito da melhoria dos resultados da CP Carga, e a diminuição das imparidades relacionadas com ativos não correntes detidos para venda em 18 milhões de euros, em resultado da não constituição de imparidades adicionais para os ativos não correntes detidos para venda e da reversão das imparidades constituídas para material circulante entretanto abatido (10 UTD´s 600 e uma ALLAN), e/ou reafecto à atividade operacional da empresa.

Referência ainda para a diminuição do valor das depreciações, face a 2013, em 4,2 milhões de euros e para a diminuição das perdas imputadas a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos em 4,2 milhões de euros, ressaltando o contributo para o efeito da melhoria dos resultados da EMEF.

/ Evolução das principais rubricas do Balanço

RUBRICAS (Valores em milhares de euros)	PERÍODOS		Variação 2014/2013	
	31-12-2014	31-12-2013	Valor	%
ATIVO				
Ativo não corrente	854.610	910.882	-56.272	-6%
Ativo corrente	115.370	117.966	-2.597	-2%
Total do ativo	969.980	1.028.848	-58.868	-6%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio que inclui:	-3.406.037	-3.236.374	169.663	5%
Resultado líquido do período	-159.869	-226.517	-66.647	-29%
Total do capital próprio	-3.406.037	-3.236.374	169.663	5%
PASSIVO				
Passivo não corrente	3.638.043	1.965.172	1.672.871	85%
Passivo corrente	737.974	2.300.050	-1.562.076	-68%
Total do passivo	4.376.017	4.265.222	110.795	3%
Total do capital próprio e do passivo	969.980	1.028.848	-58.868	-6%

Ativo

Em 2014, o ativo da CP diminuiu 58,9 milhões de euros, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- / Diminuição dos ativos fixos tangíveis em 73,8 milhões de euros, em resultado da alienação à REFER dos terminais das mercadorias ⁴ e das depreciações dos ativos apenas terem sido parcialmente compensadas pelo investimento realizado;
- / Aumento do valor de participações financeiras - MEP em 15,2 milhões de euros, decorrente de concessão de empréstimos às empresas do Grupo (9 milhões de euros à CP Carga, 3 milhões de euros à EMEF e de 2,1 milhões de euros, à Fernave). Aplicou-se igualmente o MEP aos resultados líquidos das empresas do Grupo, com referência ao exercício de 2014, destacando-se o impacto positivo no valor das participações financeiras decorrente do resultado líquido da EMEF;
- / Reconhecimento de ativos por impostos diferidos no valor de 2,5 milhões de euros em resultado da adesão da CP ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos (Lei n.º 61/2014 de 26 de agosto), possibilitando nesse contexto a obtenção de créditos tributários relacionados com a aplicação do referido regime no tratamento das pensões por acidentes de trabalho;
- / Aumento do saldo de clientes e de outras contas a receber em 13,4 milhões, contribuindo para esta situação fundamentalmente o aumento da dívida da CP Carga. A dívida líquida dos principais clientes e outros devedores totalizava no final de 2014, 43,9 milhões de euros, representando a dívida da CP Carga 70% do total;
- / Diminuição do saldo do Estado e outros Entes Públicos em 5,2 milhões de euros em resultado da diminuição dos valores de IVA a recuperar e reembolsos pedidos de IVA;
- / Diminuição das aplicações financeiras de curto prazo no IGCP em 16 milhões de euros;
- / Diminuição dos ativos não correntes detidos para venda em 4 milhões de euros, decorrente do abate de material circulante classificado nesta rubrica do balanço (10 UTD´s 600 e uma ALLAN) e da reclassificação para ativos fixos de material reafecto à exploração;
- / Aumento do saldo de caixa e depósitos bancários em 9,7 milhões de euros em resultado de pagamento decorrente de encontro de contas efetuado pela REFER no dia 31/12/2014.

4) Despacho conjunto de 23 de abril de 2014, das Secretarias de Estado do Tesouro e das Infraestruturas, Transportes e Comunicações.

Passivo

O total do passivo da CP registou, em 2014, um incremento de 110,8 milhões de euros, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- / Aumento dos financiamentos obtidos em 326,7 milhões de euros. Este aumento da dívida cingiu se exclusivamente ao necessário para assegurar o pagamento de juros e da dívida histórica à REFER.
- / Diminuição das dívidas a fornecedores e outros credores em 134,3 milhões de euros, contribuindo para esta situação fundamentalmente o pagamento da dívida à REFER em 124,7 milhões de euros;
- / Diminuição das provisões constituídas em 16,4 milhões de euros em resultado da anulação das provisões constituídas para fazer face a responsabilidades com pensões de acidentes de trabalho (11,7 milhões de euros) e para fazer face às responsabilidades inerentes aos capitais próprios negativos das empresas do Grupo (4,5 milhões de euros), destacando-se o contributo da CP Carga;
- / Variação favorável do valor dos *swaps* potencialmente desfavoráveis entre o final do ano 2013 e o final do mês de dezembro de 2014 em 65,5 milhões de euros.

/ Financiamento

Política de Financiamento

Durante o 1º semestre de 2014 a CP continuou a recorrer à Banca Nacional, obtendo empréstimos de curto prazo para fazer face às suas responsabilidades decorrentes do serviço da dívida.

A partir de setembro, com a integração da CP no perímetro de consolidação do Orçamento de Estado, a CP deixou de recorrer a financiamento junto das instituições de crédito, passando as suas necessidades de financiamento a ser supridas por empréstimos do Estado Português, conforme estipulado na legislação em vigor para as EPRs.

Neste contexto, em outubro foi celebrado entre a CP e o Estado Português um empréstimo de médio e longo prazo, no montante total de 2.283.084.000 de euros, para fazer face às necessidades de financiamento no período compreendido entre outubro e dezembro de 2014.

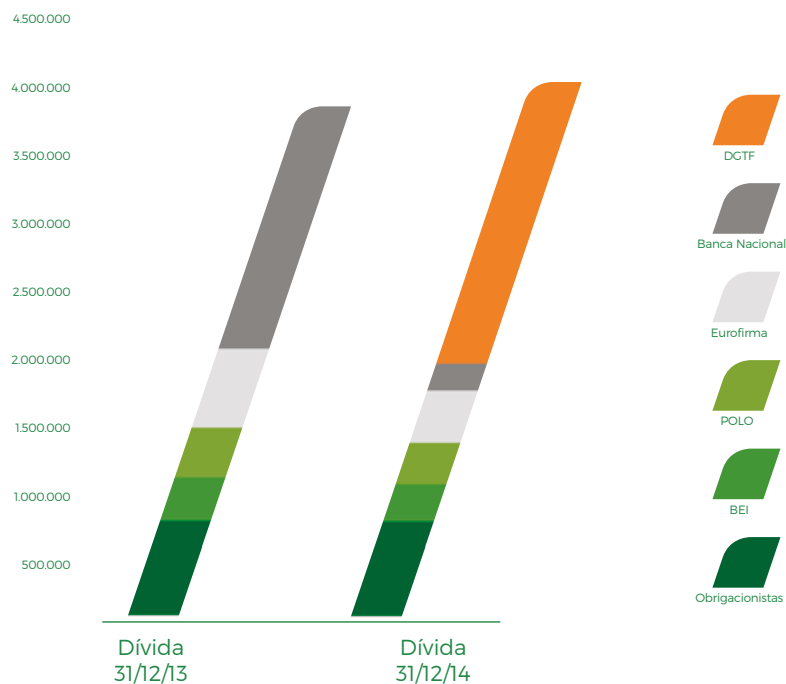
Este empréstimo, totalmente utilizado em 2014, permitiu converter a dívida de curto prazo que a empresa detinha no final de setembro, efetuar o pagamento da operação de *swap* detida junto do BESI/Novo Banco e efetuar o pagamento da dívida histórica à REFER.

Estrutura da dívida remunerada

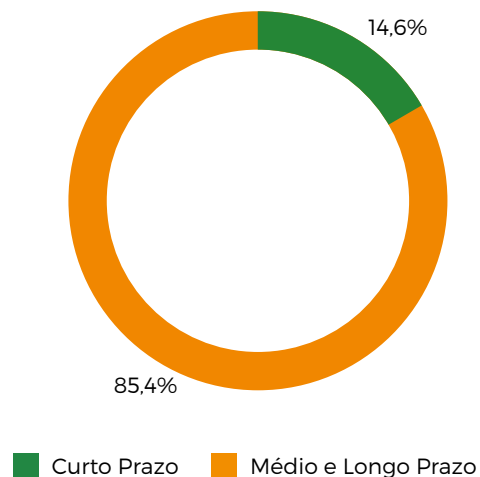
No ano de 2014, o crescimento do endividamento deveu-se, ao financiamento dos encargos financeiros e à regularização da dívida histórica à REFER.

A 31.12.2014 a dívida remunerada ascendia a 4,134 mil milhões de euros.

A dívida de curto prazo, detida pela Banca Nacional, foi quase na sua totalidade substituída por dívida de médio e longo prazo à DCTF:



Com a conversão da quase totalidade da dívida de curto prazo em médio e longo prazo, a estrutura da dívida sofreu uma alteração significativa, passando a dívida de curto prazo a ter um peso reduzido na dívida total, contrariando a tendência dos últimos anos.



Fontes de cofinanciamento

A CP dispôs em 2014 de financiamento a fundo perdido no valor de 1,6 milhões de euros, a título de cofinanciamento de investimentos pelo Estado Português, no âmbito do PIDDAC.

Os montantes de cofinanciamento obtidos destinaram-se aos seguintes projectos:

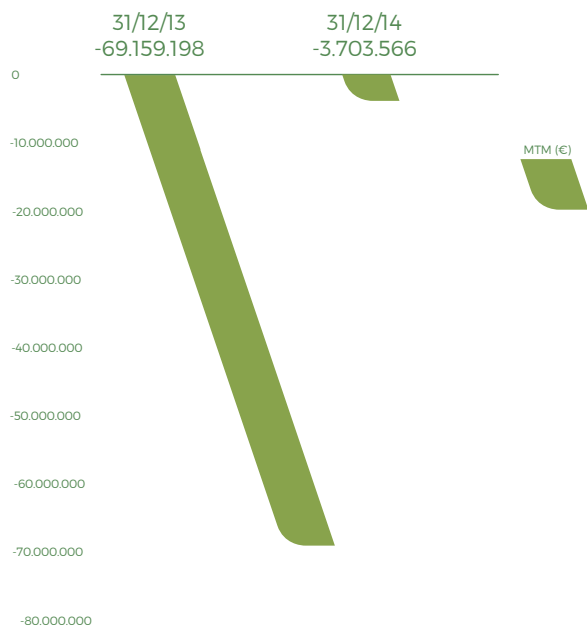
PIDDAC 2014 Valores em milhares de euros	Valores
Reparações de material circulante	1.556
Beneficiação de UDD's 450	44
TOTAL	1.600

No âmbito do programa de financiamento Eixo Atlântico obteve ainda de Fundos Comunitários para a última *tranche* de financiamento do seguinte projecto:

Eixo Atlântico Valores em milhares de euros	Valores
CP Kids	17
TOTAL	17

Instrumentos de gestão de risco

O exercício da opção de cancelamento do *swap* do BESI/Novo Banco, negociada através do IGCP, implicou o pagamento de 49,7 milhões de euros, tendo sido obtido um desconto de 3,8 milhões face ao valor de mercado. Permitiu, no entanto, uma melhoria significativa da carteira de derivados, com uma variação bastante favorável do seu justo valor:



Assim, a carteira de derivados da CP passou a ser composta apenas por um instrumento de gestão de risco financeiro.

Contraparte	Empréstimo Associado	Notional (M€)	Vencimento
ABN/RBS	Eurofirma 126	75.000	07-04-2016

Encargos financeiros

Os encargos financeiros tiveram uma diminuição relativamente a 2013, essencialmente devido às taxas mais baixas aplicadas nos financiamentos de substituição de dívida.

Descrição Valores em milhares de €	2010	2011	2012	2013	2014
Juros	152.206	169.472	185.516	200.844	197.703
Aval	2.394	2.338	1.808	1.804	1.504
Outros encargos	2.732	15.701	7.107	7.521	3.855
Encargos Financeiros	157.332	187.511	194.431	210.169	203.062
Dívida	3.324.312	3.522.394	3.637.063	3.807.787	4.134.441
Custo médio de financiamento	4,73%	5,32%	5,35%	5,52%	4,91%

Passivo Remunerado Valores em milhares de €	2013	2014	Var. Absol.	Var. %
Financiamentos Obtidos (*)	3.807.786,56	4.134.440,94	326.654,38	9%
...dos quais, concedidos pela DGTF	0	2.283.084,00	2.283.084,00	100%
Aumentos de Capital por dotação	0	0	0	0
Aumentos de Capital por conversão de créditos	0	0	0	0
Endividamento Ajustado	0	0	0	0

(*) Corresponde à dívida constante do Balanço nas rubricas de Financiamentos Obtidos a 31/12/2014.

Limites de endividamento

No ano de 2014, o crescimento do endividamento (8,5%) deveu-se, ao financiamento dos encargos financeiros e à regularização da dívida histórica à REFER, tendo a operação libertado os meios necessários ao funcionamento corrente e a investimentos no material circulante.

Perspectivas para 2015



Perspectivas para 2015

Os sinais de recuperação económica, o clima de paz laboral decorrente dos acordos celebrados com as Organizações Representativas dos Trabalhadores e uma aposta mais efetiva em políticas comerciais e de comunicação, permitiram infletir a situação de perda de procura que se verificou nos últimos anos e constituem um estímulo para a melhoria dos níveis de atividade da CP para 2015.

Prevê-se que, em 2015, a economia portuguesa deverá acelerar a recuperação económica iniciada em 2014, desempenho associado à manutenção dos níveis de crescimento das exportações e a um incremento moderado das importações, bem como à reposição contida dos níveis de investimento e estabilização do consumo privado, a par de um esforço continuado de disciplina orçamental.

Apesar dos diversos indicadores de conjuntura sugerirem um cenário favorável, permanecem incertezas de carácter orçamental e riscos associados à possibilidade de um desempenho menos positivo do que o previsto para a economia da área do euro que podem influenciar negativamente a evolução do crescimento económico. Assim, o foco estratégico mantém-se na obtenção da sustentabilidade económica e financeira da Empresa.

Para a sua obtenção, as orientações estratégicas do Conselho de Administração, definidas em consonância com as orientações das Tutelas financeira e sectorial e com as orientações contidas no Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas (PETI) para o horizonte de 2014-2020, são designadamente:

- / Criação / manutenção da paz social e valorização dos trabalhadores;
- / Aprofundamento do diálogo com o gestor da infraestrutura;
- / Definição do parque e valorização do material circulante;
- / Combate à quebra da procura, definindo uma política de preços potenciadora da procura e dos rendimentos e utilizando plataformas digitais enquanto elementos centrais da estratégia de proximidade dos clientes;
- / Combate à fraude;
- / Adequação da oferta à procura;
- / Redução de gastos;
- / Rentabilização de ativos não *core*;
- / Viabilidade das empresas participadas.

Neste contexto, definiram-se como principais ações para 2015:

/ Oferta/Operação

- / Criar um novo horário CP, promovendo o enlace / integração da oferta dos vários serviços nos principais *hubs*, potenciando o efeito de rede;
- / Consolidar o Processo de Homologação de material circulante da CP em Espanha (carruagens Corail e Modernizadas);
- / Disponibilizar Wi-fi gratuito nos comboios do Serviço IC da Linha do Norte e das Linhas da Beira Alta, Alentejo e Sul e tomadas para carregamento de equipamentos eletrónicos portáteis nas carruagens dos IC;
- / Efetuar a intervenção de “Meia Vida” nos CPA que, para além das intervenções mecânicas e técnicas, irá melhorar as condições de conforto e a imagem dos comboios;
- / Consolidar a Fusão dos Centros Operacionais de Circulação.

/ Tarifário

- / Simplificar o tarifário de títulos combinados com outros Operadores - Revisão dos Passes combinados com outros operadores;
- / Dinamizar as vendas para Transporte de Grupos;
- / Criar produtos combinados com estacionamento;
- / Desenvolver produtos para o segmento sénior;
- / Adequar a política “*Yield Management*” ao mercado e à evolução da procura, tendo por objectivo a maximização da receita dos comboios AP e IC.

/ Bilhética

- / Projeto “Cartão CP”: adaptar a bilhética para o cartão CP para o sistema Nacional e integrar o sistema monomodal do urbano do Porto;
- / Introduzir novo suporte Viva Viagem com maior capacidade;
- / Introduzir a validação obrigatória dos títulos mensais, desenvolvendo sistemas e equipamentos com vista à repartição automática do passe Intermodal (imposição AMTL).

/ Processos Internos

- / Simplificar a Regulamentação Comercial, com o objectivo de aumentar a eficiência do processo de venda, facilitando o trabalho dos Operadores de Venda (AC, OVC e ORV) e a fiscalização;
- / Alargar a utilização da “e-requisição” a todos os organismos públicos;
- / Potenciar a Intermodalidade;
- / Manter Brigadas no combate à fraude.

/ Projetos IT

- / Introduzir melhorias do sistema ELO - Gestão Operacional e controlo da prestação efectiva de trabalho;
- / Desenvolver APPS para equipamentos móveis;
- / Implementar novos meios de pagamento:
 - / Pagamentos móveis - implementação de adaptações à bilhética para aceitação de pagamentos através de equipamentos móveis - projeto a desenvolver em parceria com a SIBS;
 - / Paypal - implementação de adaptações ao netTicket para aceitação de pagamentos através do sistema Paypal;
- / Incrementar os interfaces CP-REFER;
- / Construir uma plataforma de CRM e desenvolver a sua implementação.

/ Segurança da circulação

- / Prosseguir o projecto de implementação do sistema de comunicações GSM-R no material circulante;
- / Implementar o Sistema de Gestão da Segurança.

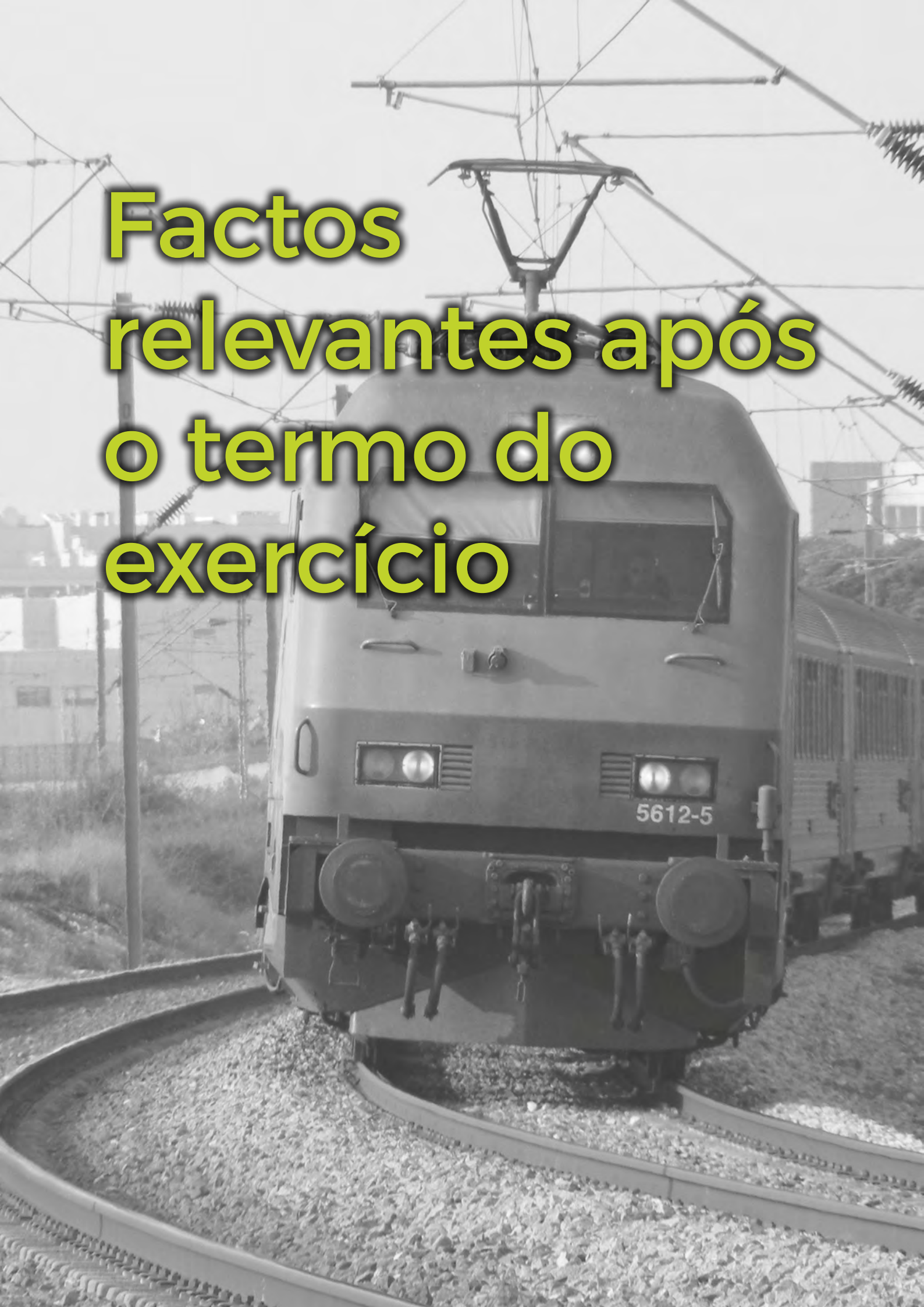
/ Segurança de pessoas e bens

- / Adquirir/ reformular sistemas CCTV em material circulante e instalações.

/ Gestão Património:

- / Rentabilizar património, mediante alienação ou aluguer;
- / Proceder ao abate e demolição do material circulante que se encontra degradado;
- / Prosseguir com a promoção da venda de material circulante nos mercados nacional e internacional.

Factos relevantes após o termo do exercício



Factos relevantes após o termo do exercício

Não ocorreram factos relevantes que possam ter impacto nas contas, após a data de balanço.

Proposta de aplicação de resultados



Proposta de aplicação de resultados

Nos termos das disposições em vigor, propõe-se que os Resultados Líquidos do Exercício, défice de 159.869.171 euros, sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados.

Lisboa, 5 de março de 2015

O Conselho de Administração,

Presidente: Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

Vice-presidente: Dra. Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

Vogal: Dra. Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente

Vogal: Dra. Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes

Declaração de conformidade



Declaração de conformidade

(nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários)

Tanto quanto é do nosso conhecimento: a informação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da CP- Comboios de Portugal, EPE (Empresa), e o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da empresa e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

Lisboa, 5 de março de 2015

O Conselho de Administração

Presidente: Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

Vice-presidente: Dra. Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

Vogal: Dra. Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente

Vogal: Dra. Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes

Demonstrações financeiras



Demonstrações financeiras

Balanço individual em 31 de dezembro de 2014

(Valores em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2014	31-12-2013
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	729.470.691	803.258.602
Ativos intangíveis	7		76.344
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	9	94.879.297	79.728.193
Participações financeiras - outros métodos	10	27.771.396	27.818.515
Ativos por impostos diferidos	11	2.488.729	
		854.610.113	910.881.654
Ativo corrente			
Inventários	14	5.016.865	4.712.359
Clientes	15	4.548.260	6.988.234
Adiantamentos a fornecedores	16	133.790	133.790
Estado e outros entes públicos	17	10.096.548	15.257.279
Acionistas/sócios	12		141.291
Outras contas a receber	18	39.358.696	23.510.576
Diferimentos	19	7.769.677	8.493.006
Ativos financeiros detidos para negociação	20	54	54
Outros ativos financeiros	21		16.000.000
Ativos não correntes detidos para venda	22	23.370.359	27.342.322
Caixa e depósitos bancários	4	25.075.428	15.387.409
		115.369.677	117.966.320
Total do ativo		969.979.790	1.028.847.974
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	23	1.995.317.000	1.995.317.000
Reservas legais	26	24.703	24.703
Outras reservas	27	1.306.650	1.306.650
Resultados transitados	28	(5.495.329.134)	(5.268.812.622)
Ajustamentos em ativos financeiros	29	132.640	
Outras variações no capital próprio	30	252.380.126	262.306.764
Resultado líquido do período		(159.869.171)	(226.516.513)
Interesses minoritários			
		(3.406.037.186)	(3.236.374.018)
Total do capital próprio		(3.406.037.186)	(3.236.374.018)
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	31	97.383.672	113.814.569
Financiamentos obtidos	32	3.529.598.251	1.851.356.939
Outras contas a pagar	33	11.061.019	
		3.638.042.942	1.965.171.508
Passivo corrente			
Fornecedores	34	20.760.395	149.328.125
Adiantamentos de clientes	35	295.470	544.869
Estado e outros entes públicos	17	3.366.354	3.150.558
Financiamentos obtidos	32	604.842.688	1.956.429.623
Outras contas a pagar	33	98.803.720	115.578.145
Diferimentos	19	6.201.841	5.859.966
Passivos financeiros detidos para negociação	36	3.703.566	69.159.198
		737.974.034	2.300.050.484
Total do passivo		4.376.016.976	4.265.221.992
Total do capital próprio e do passivo		969.979.790	1.028.847.974

Técnico Oficial de Contas - Dr.^a Ana Coelho

Presidente - Eng.^o Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró
 Vice-Presidente - Dr.^a Cristina Maria dos Santos Pinto Dias
 Vogal - Dr.^a Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente
 Vogal - Dr.^a Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes

Demonstração individual dos resultados por naturezas
Período findo em 31 de dezembro de 2014

(valores em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		31-12-2014	31-12-2013
Vendas e serviços prestados		239.758.877	229.697.915
Subsídios à exploração	38	17.904.652	34.383.635
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	39	1.226.449	(2.956.393)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	40	(7.715.510)	(8.477.671)
Fornecimentos e serviços externos	41	(169.938.629)	(166.757.128)
Gastos com o pessoal	42	(103.342.128)	(98.036.837)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	14	(117.381)	(122.424)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15,18	1.604.235	(1.029.364)
Provisões (aumentos/reduções)	31	15.386.586	(19.169.257)
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	43	10.613.892	(7.409.368)
Outros rendimentos e ganhos	44	46.291.486	31.621.641
Outros gastos e perdas	45	(10.610.569)	(5.649.397)
Resultado antes de Justo valor, depreciações, gastos de financiamento e impostos		41.061.960	(13.904.648)
Aumentos/reduções de justo valor	46	65.455.632	66.022.026
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		106.517.592	52.117.378
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	47	(65.063.492)	(69.296.156)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	48	(4.706.977)	(2.524.434)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		36.747.123	(19.703.212)
Juros e rendimentos similares obtidos	49	5.187.844	4.731.517
Juros e gastos similares suportados	50	(204.016.984)	(211.255.747)
Resultado antes de impostos		(162.082.017)	(226.227.442)
Imposto sobre o rendimento do período		2.212.846	(289.071)
Resultado Líquido do período		(159.869.171)	(226.516.513)

Técnico Oficial de Contas - Dr.^a Ana Coelho

Presidente - Eng.^o Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró
Vice-Presidente - Dr.^a Cristina Maria dos Santos Pinto Dias
Vogal - Dr.^a Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente
Vogal - Dr.^a Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes

Demonstração individual dos resultados por funções

Período findo em 31 de dezembro de 2014

(valores em euros)

	PERÍODOS	
	2014	2013
Vendas e serviços prestados	257.548.499	263.554.518
Custo das vendas e dos serviços prestados	(257.199.567)	(278.919.176)
Resultado bruto	348.932	(15.364.658)
Outros rendimentos	142.951.293	105.206.666
Gastos de distribuição	(39.958.879)	(20.956.048)
Gastos administrativos	(48.917.805)	(42.692.820)
Gastos de investigação e desenvolvimento		
Outros gastos	(17.676.418)	(45.896.352)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	36.747.123	(19.703.212)
Gastos de financiamento (líquidos)	(198.829.140)	(206.524.230)
Resultados antes de impostos	(162.082.017)	(226.227.442)
Imposto sobre o rendimento do período	2.212.846	(289.071)
Resultado líquido do período	(159.869.171)	(226.516.513)
Resultado das atividades descontinuadas	-	-

Técnico Oficial de Contas - Dr.^a Ana Coelho

Presidente - Eng.^o Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró
 Vice-Presidente - Dr.^a Cristina Maria dos Santos Pinto Dias
 Vogal - Dr.^a Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente
 Vogal - Dr.^a Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período de 2013

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total do Capital Próprio	
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio		Resultado líquido do período
Posição no início do período de 2013	1, 22 a 29	1.995.317.000	-	-	-	24.703	1.506.650	(5.041.155,378)	(1.677.569)	-	273.720.024	(233.569,401)	(2.996.053,977)
Alterações no período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Primeira adoção do novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	27 a 29	-	-	-	-	-	-	(4.067.845)	1.677.569	(1.413,240)	(13.805,534)	(13.805,534)	
Resultado líquido do período	2	-	-	-	-	-	-	(4.067.845)	1.677.569	(1.413,240)	(13.805,534)	(13.805,534)	
Operações com detentores de capital no período	4, 2, 3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(226.516,513)	(226.516,513)	
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(226.516,513)	(226.516,513)	
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras operações		-	-	-	-	-	-	(233.569,401)	-	-	-	233.569,401	
Posição no fim do período de 2013	6 a 12, 3, 5	1.995.317.000	-	-	-	24.703	1.506.650	(5.268.812,672)	-	-	267.306,764	(226.516,513)	(5.246.574,018)

Técnico Oficial de Contas - Dr. Ana Coelho

Presidente - Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró
Vice-Presidente - Dr.ª Cristina Maria dos Santos Pinto Dias
Vogal - Dr.ª Maria Isabel de Jesus da Silva Andrade
Vogal - Dr.ª Maria João Almeida Gomes
Vogal - Dr.ª Maria João Almeida Gomes



(valores em euros)

DESCRÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital de empresa-mãe										Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio	
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio			
Posição no início do período de 2014	1, 22 a 29	1.995.317.000	-	-	-	24.703	1.306.650	(5.268.812.622)	-	-	-	-	(226.516.512)	(3.236.374.018)
Alterações no período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Primeira adoção do novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	27 a 29	-	-	-	-	-	-	-	132.640	-	(9.926.638)	-	-	(9.793.998)
Resultado líquido do período	2	-	-	-	-	-	-	-	132.640	-	(9.926.638)	-	-	(9.793.998)
Resultado integral	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(159.869.171)
Operações com detentores de capital no período	4 = 2 + 3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(159.869.171)
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(169.663.169)
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	(226.516.512)	-	-	-	-	-	226.516.512
Posição no fim do período de 2014	5	-	-	-	-	-	-	(226.516.512)	-	-	-	-	-	226.516.512
	6 = 1+2+3+5	1.995.317.000	-	-	-	24.703	1.306.650	(5.495.329.134)	132.640	-	252.380.126	-	(159.869.171)	(3.406.037.186)

Técnico Oficial de Contas - Dr.ª Ana Coelho
 Presidente - Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró
 Vogal - Dr.ª Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente
 Vogal - Dr.ª Maria João Semedo Carmelo Rosa Callado Lopes

Demonstração individual de fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2014

Período findo em 31 de dezembro de 2014

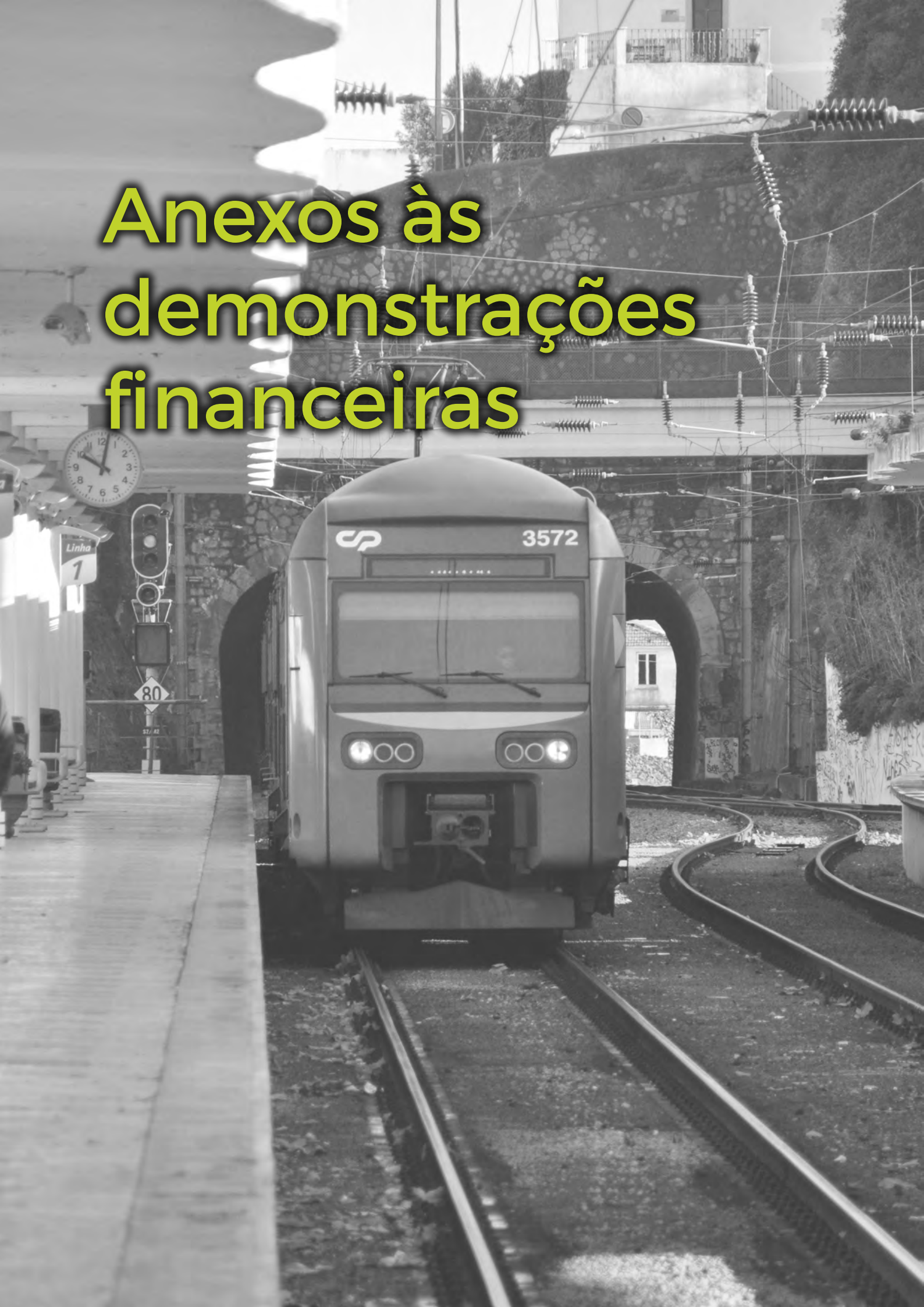
(valores em €)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	31-12-2014	31-12-2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de clientes	261.756.874	265.360.697
Pagamentos a fornecedores	-358.590.505	-130.264.339
Pagamentos ao pessoal	-87.421.679	-90.634.021
Caixa gerada pelas operações	-184.255.310	44.462.337
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-96.516	-562.209
Outros recebimentos/pagamentos	38.875.475	41.569.508
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	-145.476.351	85.469.636
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	-18.646.496	-16.196.710
<i>Ativos intangíveis</i>	0	0
<i>Investimentos financeiros</i>	-14.100.000	-15.496.233
<i>Outros ativos</i>	-157.500.000	-207.500.000
Recebimentos provenientes de:		
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	42.809.109	100.000
<i>Ativos intangíveis</i>	0	0
<i>Investimentos financeiros</i>	0	215.126
<i>Outros ativos</i>	173.500.000	191.500.000
<i>Subsídios ao investimento</i>	1.600.081	1.748.003
<i>Juros e rendimentos similares</i>	5.160.980	3.602.694
<i>Dividendos</i>	354.585	113.696
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	33.178.259	-41.913.424
Fluxos de caixa das atividade de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
<i>Financiamentos obtidos</i>	4.412.340.152	407.210.379
<i>Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio</i>	0	0
<i>Cobertura de prejuízos</i>	0	0
<i>Doações</i>	0	0
<i>Outras operações de financiamento</i>	0	38.675
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Financiamentos obtidos</i>	-4.085.685.774	-229.919.242
<i>Juros e gastos similares</i>	-204.664.364	-209.046.356
<i>Dividendos</i>	0	0
<i>Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio</i>	0	0
<i>Outras operações de financiamento</i>	0	0
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	121.990.014	-31.716.544
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	9.691.922	11.839.668
Efeito das diferenças de câmbio	-3.903	-10.080
Caixa e seus equivalentes no início do período	15.387.409	3.557.821
Caixa e seus equivalentes no fim do período	25.075.428	15.387.409

Técnico Oficial de Contas - Dr.^º Ana Coelho

Presidente - Eng.^º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró
 Vice-Presidente - Dr.^º Cristina Maria dos Santos Pinto Dias
 Vogal - Dr.^º Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente
 Vogal - Dr.^º Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes

Anexos às demonstrações financeiras



Anexos às demonstrações financeiras

/ Identificação da entidade e notas de operacionalidade (Nota 1)

Identificação

A CP – Comboios de Portugal, E.P.E., é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede social na Calçada do Duque, n.º 20, 1249-109 Lisboa, cujo atual regime jurídico e Estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 50/2012 de 14 de março.

Estes estatutos foram aprovados na sequência da revisão do regime jurídico do sector empresarial do Estado realizado pelo Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto e entretanto revogados pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que introduz amplas alterações aos diplomas anteriores, passando os princípios de bom governo aplicáveis às empresas públicas estaduais a integrar este último diploma.

A CP tem por objeto principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram ou venham a integrar a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros.

O transporte de mercadorias foi objeto de cisão, em 2009, tendo passado a ser realizado pela sua associada CP Carga – Logística e Transporte Ferroviário de Mercadorias, S.A., cujo capital social é por si integralmente detido.

A CP como entidade pública empresarial está sujeita às orientações de gestão definidas pelo Governo, a tutela sectorial e financeira, dos Ministérios da Economia e das Finanças, bem como ao controlo financeiro do Tribunal de Contas e da Inspeção Geral de Finanças.

Para além deste controlo, está previsto nos estatutos uma estrutura dualista de fiscalização composta por Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas.

A CP está sujeita a obrigações de serviço público que são objeto de compensação do Estado. A CP é a empresa-mãe de um grupo de empresas e estas são as suas demonstrações financeiras individuais, encontrando-se os saldos e transações com as empresas do grupo apresentados na nota 53.

Separação de setores – Infraestrutura

A relação entre o operador ferroviário CP e o gestor da infraestrutura REFER encontra-se vertida no Decreto-Lei n.º 104/97 de 29 de abril.

O artigo 6.º do citado diploma, prevê que as empresas deverão acordar o modo de articulação, nas ações e decisões que

devam ser tomadas em relação à gestão, exploração e desenvolvimento das infraestruturas e à sua coordenação com o serviço público de transporte ferroviário.

Nos termos do artigo 7º serão devidas à REFER taxas de utilização pela utilização da infraestrutura ferroviária por parte de empresas e agrupamentos de transporte ferroviário. Ainda segundo aquele articulado e com vista a defender o princípio da livre concorrência, as taxas de utilização devem ser estabelecidas de forma a evitar discriminação entre empresas de transporte ferroviário que operem na infraestrutura. Estas taxas deverão ter em conta, nomeadamente, a quilometragem, a composição do material circulante, a velocidade, a carga por eixo e o período em que a infraestrutura é utilizada.

Para além da utilização dos serviços essenciais da infraestrutura ferroviária, o Decreto-Lei n.º270/2003 de 28 de outubro, prevê que a tipologia de serviços prestados a empresas de transporte ferroviário compreende, tudo aquilo que é necessário ao efetivo exercício do direito de acesso à infraestrutura, ou sejam os serviços adicionais e os serviços auxiliares.

De acordo com o Diretório da Rede 2014, os serviços adicionais compreendem os serviços conexos com a atividade de prestação de serviços de transporte ferroviário, nomeadamente o fornecimento de energia elétrica para tração, nos termos previstos na legislação aplicável, manobras, e estacionamento de material circulante. Ainda que a REFER não tenha obrigação de prestar estes serviços se existirem alternativas viáveis e comparáveis no mercado, é política da REFER prestá-los de forma não discriminatória, sempre que sejam solicitados e desde que haja capacidade disponível para o efeito.

Os serviços auxiliares compreendem os restantes serviços conexos com a atividade de prestação de serviços de transporte ferroviário, nomeadamente o acesso à rede de telecomunicações, o fornecimento de informações suplementares, em particular as de natureza comercial e a inspeção técnica do material circulante, realização de estudos de capacidade ou de viabilidade de cenários de oferta, fornecimento de mão-de-obra para atividades operacionais dos operadores, disponibilização de instalações operacionais em estações e disponibilização de espaços comuns para instalação de equipamentos. De acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º270/2003, o gestor da infraestrutura pode cobrar tarifas pela prestação dos serviços auxiliares, mas não é obrigado à sua prestação.

Separação de setores - Transportes

No seguimento das Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário, apresentadas pelo XVII Governo Constitucional, em outubro de 2006, e dando cumprimento ao compromisso de liberalização do setor assumido por Portugal junto da União Europeia, foi publicado no Diário da República (I Série, n.º112 de 12 de junho de 2009), o Decreto-Lei n.º137-A/2009 que aprovou o regime jurídico aplicável à CP - Comboios de Portugal, E.P.E., bem como os respetivos Estatutos, e autorizou a autonomização da atividade do transporte de mercadorias, revogando o Decreto-Lei n.º109/77 de 25 de março, que aprovou os Estatutos da Caminhos de Ferro Portugueses, E.P..

Respeitando as orientações constantes do Despacho n.º9541/2008, de 14 de março, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º65, de 2 de abril de 2008, foi constituída em 31 de julho de 2009 a empresa CP Carga - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A..

Com efeito, a autonomização da atividade do transporte de mercadorias foi prevista no Decreto-Lei n.º137-A/2009 (artigos 9º e 10º) através da constituição de uma sociedade anónima cujo capital social inicial é integralmente detido pela CP, E.P.E.,

e cujo objeto é a atividade de transporte ferroviário de mercadorias, adotando a denominação de CP Carga - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A.. A autonomização daquela área de atividade operou-se por cisão em 2009, nos termos do disposto no artigo 33º do Decreto-Lei nº 558/99 de 17 de dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 300/2007, de 23 de agosto, entretanto revogados pelo Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro.

Regime de Concessão

Em 1 de janeiro de 1951 a CP iniciou a exploração do transporte na rede ferroviária em regime de concessão única outorgada por contrato celebrado entre o Estado e a então Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, S.A., (C.P.), nos termos do Decreto-Lei n.º 38426 de 9 de maio de 1951.

Este contrato foi revisto e substituído por um novo contrato de concessão nos termos das Bases Anexas ao Decreto-Lei n.º 104/73, de 13 de março, entretanto revogado com a nacionalização da empresa através do Decreto-Lei n.º 205-B/75, de 16 de abril.

As bases gerais, em que assentava esta nova concessão da empresa resultaram da revisão do sistema legal que regulava a exploração do transporte ferroviário e a coordenação deste com outros meios de transporte, por se ter reconhecido a sua inadequação às exigências de flexibilidade e racionalização da produção deste tipo de serviço, no contexto de uma gestão moderna. Tal revisão ocorreu no âmbito do previsto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 80/73, de 2 de março, que constituiu um instrumento importante na estruturação das novas normas reguladoras dos transportes ferroviários, viabilizando as bases jurídicas da conversão dos caminhos-de-ferro.

Neste último diploma reconheceu-se, entre outros aspetos, que a circunstância de o transporte ferroviário constituir um serviço público explorado em regime de contrato de concessão, determinava a necessidade de equacionar as obrigações e condicionamentos impostos à empresa, em nome dos interesses públicos, com as exigências derivadas da sua qualidade de empresa cuja gestão deve obedecer aos princípios específicos dos agentes económicos privados e de, gradualmente as equiparar às que oneram as demais empresas transportadoras concorrentes.

Este princípio orientador permitiu definir o regime de assistência financeira a prestar pelo Estado à concessionária, dentro do contexto seguido na Europa, quer com vista à construção ou renovação de linhas, quer na cobertura dos resultados negativos de exploração, eminentemente através do regime das indemnizações compensatórias, donde resultava também maior clareza nas responsabilidades respeitantes à gestão da rede ferroviária.

Este direito a indemnizações compensatórias por parte da CP, decorria igualmente dos Regulamentos Comunitários n.º 1191/69 do Conselho, de 26 de junho, n.º 1107/70, do Conselho de 4 de junho e n.º 1893/91, do Conselho, de 20 de junho, que respeitam às obrigações de explorar, de transportar e tarifária.

O Regulamento Comunitário n.º 1370/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de outubro, e o Decreto-Lei n.º 167/2008, posteriormente publicados, vêm, estabelecer o regime jurídico aplicável à definição e compensação de obrigações de serviço público de transporte de passageiros, possibilitando a adoção transitória e gradual de medidas para a implementação de contratos de serviço público.

Contrato de serviço público

A celebração de contratos de serviço público, nos quais se definem as obrigações de serviço público e as correspondentes compensações financeiras, é o instrumento adequado e necessário para clarificar as relações entre o Estado e a entidade pública empresarial, bem como as respectivas responsabilidades quer do Estado quer da CP, constituindo um procedimento previsto no Decreto-Lei n.º 558/99 de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007 de 23 de agosto e entretanto revogados e substituídos pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro. No artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 é referido, para além de outras responsabilidades, competir exclusivamente aos ministérios sectoriais, a definição do nível de serviço público a prestar pelas empresas e a promoção das diligências necessárias para a respetiva contratualização.

O Decreto-Lei n.º 137-A/2009 veio consagrar o enquadramento que permite a contratualização dos serviços de transporte público ferroviário prestados pela CP, estabelecendo que o respetivo instrumento contratual deve incluir disposições específicas sobre os serviços relativamente aos quais se justifica a existência de obrigações de serviço público.

Em 24 de março de 2011 a CP celebrou com o Estado o contrato que convencionaram denominar de Regime Transitório de Financiamento do Serviço Público, tendo por objeto a definição das condições de prestação do serviço público, com prazo de vigência entre o dia 24 de março de 2011 e o dia 31 de dezembro de 2019.

No entanto, tendo em consideração o Plano Estratégico dos Transportes para o período de 2011 a 2015, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011, de 10 de novembro, o referido contrato revelou-se inadequado, sendo a revisão necessária de tal forma profunda, que se afigurou preferível celebrar novo contrato.

Nesse contexto a CP e o Estado acordaram em revogar o contrato que haviam assinado, aguardando a CP decisão quanto à formalização de novo contrato de serviço público.

Até à celebração dos novos contratos de serviço público são devidas à CP indemnizações compensatórias, que se destinam a cobrir custos em que a CP efetivamente incorreu por conta do serviço público prestado.

As indemnizações compensatórias atribuídas à CP, referentes ao ano 2014, constam da Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2014 de 21 de agosto de 2014, publicada em Diário da República, 1.ª série, n.º 166 de 29 de agosto de 2014.

/ Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras (Nota 2)

Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras da CP – Comboios de Portugal, EPE, referentes ao exercício de 2014, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho.

O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos resultados por funções, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa, no dia 5 de março 2015, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas das demonstrações financeiras da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2014 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2013.

Derrogações ao SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

Valores comparativos

Não aplicável.

/ Principais políticas contabilísticas (Nota 3)

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo.

Bases de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros detidos para negociação, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível.

As participações financeiras encontram-se reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial sempre que existe controlo ou influência significativa sobre essas empresas por parte da CP.

Ativos não correntes detidos para venda e os grupos de ativos detidos para venda são registados ao menor entre o seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda.

O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos ativos do fundo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer a formulação de julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados nos pontos, “Juízos de valor”, “Principais pressupostos relativos ao futuro” e “Principais fontes de incerteza das estimativas” constantes desta nota.

Políticas Contabilísticas Relevantes

Ativos fixos tangíveis

Reconhecimento e valorização

Os ativos fixos tangíveis da CP encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para as NCRF (1 de janeiro de 2009) a CP decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com as NCRF.

O custo inclui o preço de compra, incluindo impostos não reembolsáveis e excluindo descontos comerciais e abatimentos, como ainda os custos necessários para colocar o ativo na localização e condição de funcionamento, nomeadamente as despesas de transporte e montagem.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a CP. Todas as despesas com a manutenção e reparação corrente que não aumentem a vida útil do bem ou que não correspondam a substituições a intervalos regulares (grandes intervenções realizadas com intervalos que variam entre os 2 e os 15 anos) de itens do ativo são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Alguns itens do ativo fixo tangível poderão necessitar de substituições em intervalos regulares (grandes reparações). Nestas circunstâncias é reconhecida na quantia escriturada de um item do ativo fixo tangível o custo da peça de substituição desse item, quando o custo for incorrido, se os critérios de reconhecimento forem cumpridos. A quantia escriturada das peças que são substituídas é desreconhecida de acordo com as normas de desreconhecimento da NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis.

Ativos Fixos Tangíveis do Estado Afeto às Operações da CP e Subsídios ao Investimento

Os ativos fixos tangíveis da CP incluem ativos propriedade do Estado (ativos constantes do Despacho Conjunto n.º 261/99 de 24 de março) e que se encontram alocados à exploração operacional da empresa. Os ativos disponibilizados pelo Estado Português, sem que se transfira a propriedade do mesmo, são registados nas demonstrações financeiras da CP de forma a permitir uma apreciação da *performance* económica da Entidade.

Despesas de Manutenção e Reparação

Material Circulante:

- / As despesas com a manutenção corrente incorridas durante a vida útil do material circulante são reconhecidas como gastos operacionais;
- / As despesas incorridas em grandes reparações plurianuais imprescindíveis para que o bem continue a operar são reconhecidas em ativos fixos tangíveis como componentes específicas do material circulante e depreciadas pela sua vida útil estimada, separadamente da componente principal. Quando cada grande reparação é efetuada, o seu custo é reconhecido na quantia escriturada do item do ativo fixo tangível como substituição, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Qualquer quantia escriturada remanescente do custo da grande reparação anterior é desreconhecida; e
- / As despesas incorridas no final da vida útil da componente principal, que incluam a transformação e modernização desta, são reconhecidas em ativos fixos tangíveis e depreciados pela extensão da vida útil esperada.

Edifício e Instalações Fixas:

- / As despesas de manutenção corrente e de reparação (contratos de manutenção, inspeções técnicas, etc.) são reconhecidos como gastos operacionais;
- / As despesas incorridas com planos de manutenção plurianual programados são reconhecidas em ativos fixos tangíveis, através da substituição parcial ou total da componente substituída.

A manutenção e a reparação destes ativos fixos tangíveis é da responsabilidade da CP durante o período em que estes estão afetos às suas operações. Os custos de manutenção e reparação são registados nos resultados do período em que são incorridos, em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios.

Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos fixos tangíveis é calculada pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens.

Descritivo do bem	Anos
Edifícios e outras construções -Estado	3 a 50
Edifícios e outras construções -CP	3 a 50
Material circulante:	
Locomotivas a <i>diesel</i> e eléctricas:	
- Componente Principal	17 a 35
- Componente Secundária	5 a 15
Automotoras a <i>diesel</i> e eléctricas:	
- Componente Principal	14 a 30
- Componente Secundária	2 a 15
Carruagens de passageiros:	
- Componente Principal	15 a 30
- Componente Secundária	2 a 12
Equipamento de transporte	4 a 12
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 18
Outros ativos fixos tangíveis	5 a 20

Os ativos fixos tangíveis que são propriedade do Estado (ativos constantes do Despacho Conjunto n.º 261/99 de 24 de março) encontram-se a ser depreciados desde 1999 à taxa de 2%, conforme o Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro.

Na determinação das quantias depreciáveis não foram considerados valores residuais.

Subsídios Governamentais

Os subsídios governamentais relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são reconhecidos inicialmente no capital próprio, quando existe segurança que o subsídio será recebido e que a CP irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio. Os subsídios que compensam a CP por gastos e perdas incorridos são reconhecidos como rendimento na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas. Os subsídios que compensam a CP pela aquisição de um ativo são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do ativo.

Capitalização de Custos com Empréstimos e Outros Custos Diretamente Atribuíveis

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas.

Imparidade

A CP considera que, a natureza do seu material circulante e, em particular, a ausência de interoperabilidade com a rede europeia, inviabiliza o apuramento de um valor de mercado apropriado, pela ausência de um mercado ativo. Assim, este valor apenas é determinado quando existem propostas de venda para material específico ou pela determinação de um valor residual.

No que respeita à determinação do valor de uso, este deve refletir os fluxos de caixa esperados, atualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. A CP considera que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Na ausência de contratualização da prestação de serviço público, a CP entende que não é possível a determinação do valor de uso conforme definido pelo Sistema de Normalização Contabilística, dado que não se encontram definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que evidenciam que um ativo possa estar em imparidade, nomeadamente quando o material circulante deixou de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Locações

A empresa classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e vantagens inerentes à posse de um ativo são substancialmente transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações Operacionais

Os pagamentos de uma locação operacional são reconhecidos como um gasto numa base linear durante o prazo de locação.

Locações Financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo menor entre o justo valor da propriedade locada ou o valor atual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são reconhecidos como gastos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

Os ativos adquiridos em locação financeira são depreciados de acordo com a política estabelecida pela empresa para os ativos fixos tangíveis.

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis da CP encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

A CP procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o

valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

O custo de aquisição de licenças de *software* é capitalizado e compreende todos os custos incorridos para a aquisição e colocação do *software* para utilização.

Encontram-se registados ao custo de aquisição, são capitalizados e reconhecidos em 3 anos sempre que sejam satisfeitos os requisitos para o reconhecimento.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes pelo período de 3 anos.

Investimentos financeiros em subsidiárias e associadas

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias todas as entidades controladas pela empresa.

É considerado controlo sobre uma entidade o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma.

Presume-se a existência de controlo quando a empresa detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma Empresa ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma, mesmo que a percentagem que detém seja inferior a 50%.

Os investimentos em subsidiárias são contabilizados pelo método de compra, sendo apurados os justos valores dos ativos e passivos e o eventual *goodwill* incluído na quantia escriturada do investimento não sendo amortizado. O *goodwill* é testado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. Subsequentemente são mensuradas pelo método da equivalência patrimonial desde a data em que a Empresa assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa.

Se a parte da empresa nas perdas da subsidiária exceder o seu interesse na subsidiária, é descontinuado o reconhecimento da sua parte de perdas adicionais. As perdas adicionais são tidas em conta mediante o reconhecimento de uma provisão pela totalidade das responsabilidades da CP nas empresas subsidiárias.

Associadas

A mensuração dos investimentos em associadas nas demonstrações financeiras individuais é efetuada de acordo com o método de equivalência patrimonial, exceto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a empresa detentora, caso em que é usado o método de custo.

As associadas são entidades nas quais a Empresa tem influência significativa mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que a Empresa exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a Empresa detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

Se a parte da empresa nas perdas da associada exceder o seu interesse na associada, é descontinuado o reconhecimento da sua parte de perdas adicionais. É considerado ainda interesse na associada, a quantia escriturada de acordo com o método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo, cuja liquidação não esteja planeada nem seja provável que ocorra no futuro previsível, como é o caso dos empréstimos de longo prazo. As perdas adicionais são tidas em conta mediante o reconhecimento de um passivo somente na medida em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou feito pagamentos a favor da investida.

Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação ("*trade date*") pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente nos resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura de fluxos de caixa. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, nos resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, sendo na sua ausência determinado por entidades externas (IMF - Informação de Mercados Financeiros, SA) tendo por base técnicas de valorização utilizadas no mercado.

Contabilidade de Cobertura

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pela Entidade. Para a qualificação da contabilização da cobertura, a CP deve garantir o cumprimento de todas as seguintes condições:

- / Designe e documente a relação de cobertura de tal forma que o risco coberto, o item de cobertura e o item coberto estejam claramente identificados e que o risco do item coberto seja o risco para que esteja a ser efectuada a cobertura com o instrumento de cobertura;
- / O risco a cobrir seja um dos riscos seguintes: cobertura de risco de taxa de juro fixa ou cobertura de risco de variabilidade da taxa de juro, risco cambial ou risco de preço; e
- / Espera que as alterações no justo valor ou fluxos de caixa no item coberto, atribuíveis ao risco que estava a ser coberto, compensarão praticamente as alterações de justo valor ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura.

Cobertura de Risco de Taxa de Juro Fixa

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de risco de taxa de juro fixa (“cobertura de justo valor”) são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do risco coberto do ativo, passivo ou grupo de ativos e passivos. Se a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos na valorização do risco coberto são amortizados até à maturidade do item coberto.

Cobertura do risco de variabilidade da taxa de juro, risco cambial, risco de preço de mercadorias no âmbito de um compromisso

As variações de justo valor dos derivados, que se qualificam para cobertura de fluxo de caixa, são reconhecidas por contrapartida de reservas no capital próprio, no momento em que ocorrem.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados do exercício nos períodos em que o item coberto afeta resultados.

No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transação futura, as variações de justo valor do derivado registadas em capitais próprios mantêm-se aí reconhecidas até que a transação futura seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transação ocorra, os ganhos ou perdas acumuladas registadas por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

Embora, os instrumentos financeiros contratados pela Empresa visem a cobertura do risco de taxa de juro, estes instrumentos não cumprem os requisitos da NCFR 27, explicitados acima, para serem classificados como instrumentos financeiros de cobertura, pelo que foram classificados como instrumentos financeiros detidos para negociação.

Outros ativos/passivos financeiros

A CP apenas reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A CP mensura os seus ativos/passivos financeiros ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

Mensuração ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade

São mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade os seguintes instrumentos financeiros:

/ Instrumentos financeiros:

/ À vista ou tenha uma maturidade definida;

/ Cujos retornos para o seu detentor sejam de montante fixo, de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo, a *Euribor*) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante; e

/ Que não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito), nomeadamente contas a receber de clientes, outras contas a receber, contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos bancários.

/ Contratos para conceder ou contrair empréstimos que:

/ Não possam ser liquidados em base líquida,

/ Quando executados, se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade; e

/ A entidade designe, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade.

/ Investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultem na entrega de tais instrumentos, os quais devem ser mensurados ao custo menos perdas por imparidade.

Mensuração ao justo valor através dos resultados

Os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme anteriormente referido, devem ser mensurados ao justo valor.

Os instrumentos financeiros para os quais não seja possível obter com fiabilidade os seus justos valores são mensurados ao custo ou custo amortizado menos perda por imparidade.

Imparidade

À data de cada período de relato financeiro, é avaliada a imparidade dos ativos, e caso exista evidência objectiva de imparidade, é reconhecida uma perda por imparidade nos resultados.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Relativamente a instrumentos de dívida, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida dos resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade.

Entidades conjuntamente controladas

Nos empreendimentos conjuntos sob a forma de entidades conjuntamente controladas, a empresa inclui nos seus registos contabilísticos e reconhece nas suas demonstrações financeiras:

- / As contribuições em dinheiro ou em recursos, sob a forma de investimento na entidade conjuntamente controlada;
- / A sua parte dos lucros da entidade conjuntamente controlada;
- / As perdas resultantes de contribuições ou vendas de ativos à entidade conjuntamente controlada, quando resultantes de uma redução do valor realizável líquido de ativos correntes ou de uma perda por imparidade;
- / Os ganhos resultantes de contribuições ou vendas são reconhecidos pela totalidade quando os ativos já foram realizados pela entidade conjuntamente controlada. Se os ativos ainda permanecerem no empreendimento conjunto apenas se reconhece a parcela do ganho atribuível à participação dos outros empreendedores; e
- / A parcela dos lucros do empreendimento conjunto que se refira a venda para o empreendedor deve ser deduzida do resultado do empreendimento conjunto, esta parcela dos lucros será reconhecida quando o empreendedor revender os ativos a terceiros.

O interesse na entidade conjuntamente controlada é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial.

Inventários

As existências de mercadorias e de matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao custo de aquisição, adoptando-se como método de custeio das saídas o custo médio ponderado. Quando necessário, é reconhecida a imparidade para existências obsoletas, de lenta rotação e defeituosas, sendo apresentado como dedução ao ativo.

Contas a receber de clientes e outros devedores

As contas a receber são mensuradas pelo seu valor nominal deduzido das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação das perdas estimadas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de elevada liquidez e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

Empréstimos e descobertos bancários

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respectivo justo valor nessa data. Subsequentemente, os empréstimos são mensurados pelo método do custo amortizado. Qualquer diferença entre o componente de passivo e a quantia nominal a pagar, à data de maturidade, é reconhecida como gastos de juro utilizando o método da taxa de juro efetiva.

São classificados em passivo corrente os montantes em dívida dos contratos de financiamento que satisfaçam qualquer um dos seguintes critérios:

- / Se espere que sejam liquidados durante o ciclo operacional normal da entidade;
- / Estejam detidos essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- / Devam ser liquidados num período até doze meses após a data do balanço;
- / A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros empréstimos são classificados como passivo não corrente.

Desta forma, é classificado em Passivo não Corrente o montante em dívida dos contratos de financiamento cuja exigibilidade estabelecida contratualmente é superior a um ano.

Ativos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação

Os ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os ativos ou grupos de ativos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

Também são classificados como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda, é efectuada de acordo com as NCRF aplicáveis. Após a sua classificação, estes ativos ou grupos de ativos são mensurados ao menor entre a sua quantia escriturada e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

Transações em moeda estrangeira

Moeda Funcional e de Apresentação

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras da CP são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera ("a moeda funcional"). As Demonstrações financeiras são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação da CP.

Transações e Saldos

As transações em outras divisas, que não o euro, são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transação.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do período.

Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Reconhecimento do Rédito

As receitas geradas na CP referem-se à prestação de serviços de transporte de passageiros, à venda de bens e outros serviços relacionados com o transporte ferroviário, deduzidos de descontos e deduções ao preço. As receitas são reconhecidas ao seu justo valor.

Os serviços prestados pela CP são normalmente concluídos dentro de cada período de relato. Os rendimentos decorrentes da atividade da CP são reconhecidos na demonstração dos resultados, no momento em que o serviço seja prestado o qual se refere à data do início da viagem, e que seja provável que a quantia das receitas e das despesas seja fiavelmente mensurável e que os benefícios económicos associados reverterão para a CP.

O Governo Português através de diploma legal considerou que o transporte ferroviário constitui um serviço público explorado em regime de contrato de concessão, determinando a necessidade de equacionar as obrigações e condicionamentos impostos à empresa, em nome dos interesses públicos, com as exigências derivadas da sua qualidade de empresa cuja gestão deve obedecer aos princípios dos agentes económicos privados e de, gradualmente as equiparar às que oneram as demais empresas transportadoras concorrentes. Neste sentido a CP recebe anualmente indemnizações compensatórias pela prestação deste serviço público.

Reconhecimento de Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o pressuposto subjacente do regime de acréscimo (periodização económica). As demonstrações financeiras preparadas informam não somente das transações passadas envolvendo o pagamento e o recebimento de caixa mas também das obrigações de pagamento de futuro e de recursos que representem caixa a ser recebida no futuro. A especialização dos exercícios é efectuada através da utilização da rubrica de outras contas a receber e a pagar e da rubrica de diferimentos.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) a empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, proveniente de um acontecimento passado (ii) seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

O valor provisionado é o valor considerado necessário para fazer face a perdas económicas estimadas. Quando o efeito temporal do dinheiro for material, a quantia de provisão é apresentada pelo valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

Juros e Rendimentos Similares Obtidos e Juros e Gastos Similares Suportados

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

Sendo reconhecidos em gastos e perdas do período, o seu reconhecimento é efectuado de acordo com o regime de acréscimo e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

Imposto sobre Lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas tributado de acordo com o regime especial de tributação pelo resultado consolidado, conforme mencionado na nota 13.

Ativos e passivos contingentes

Ativos Contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável um influxo de benefícios económicos.

Passivos Contingentes

Um passivo contingente surge quando exista:

- / Uma possível obrigação proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou
- / Uma obrigação presente de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque i) não é provável que um exfluxo de recursos, que incorporem benefícios económicos, será necessário para liquidar a obrigação; ou ii) a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo às respectivas demonstrações, a menos que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos futuros seja remota.

Acontecimentos Subsequentes

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 5 de março de 2015, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão conforme referido na nota 2.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras. Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na nota 55.

Juízos de Valor

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer que os gestores exerçam o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas da empresa.

O juízo de valor que foi efetuado no processo de aplicação das políticas contabilísticas da CP e que tem maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras respeita ao justo valor dos instrumentos financeiros.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é determinado por entidade externa utilizando o método dos fluxos de caixa descontados. Todos os cálculos foram efectuados tendo como base as curvas de rendimento apresentadas pela Reuters no dia de referência das demonstrações financeiras. As valorizações são feitas tendo em conta os *cash flows* descontados e a variação dos indexantes proprietários desde o seu início até à data. Nas operações que envolvem opções, aos fluxos é atribuído um delta de 0% ou 100% conforme a barreira em causa seja ou não atingida. A projeção futura das barreiras em causa é determinada usando a curva de rendimentos atual.

Principais Pressupostos Relativos ao Futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade das operações.

O Conselho de Administração entende adequado a preparação das demonstrações financeiras numa base de continuidade considerando os factores adiante descritos:

- / A situação operacional da CP apresenta sustentabilidade, sendo de referir a manutenção do EBITDA positivo em 2014, o que indicia que os factores de sustentabilidade futura melhoraram;
- / O Estado tem garantido todo o seu apoio à empresa, nomeadamente no que respeita ao suporte necessário ao financiamento da empresa, com vista a assegurar o serviço da dívida e necessidades de exploração e investimento; e
- / Acresce ainda mencionar a importância do serviço que hoje a CP presta à economia portuguesa ao transportar 110 milhões de passageiros ano, como factor de importância vital para o funcionamento da atividade económica, reforçando a necessidade de o Estado assegurar, em eventuais situações adversas, o apoio necessário à continuidade da CP.

Principais fontes de incerteza das estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As principais fontes de incerteza das estimativas à data de balanço, que têm um risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte são:



Vida Útil de Ativos Fixos Tangíveis

A vida útil de um ativo é definida em termos da utilidade esperada do ativo para a entidade. A política de gestão de ativos da entidade pode envolver a alienação de ativos após um período especificado ou após consumo de uma proporção especificada dos futuros benefícios económicos incorporados no ativo. Por isso, a vida útil de um ativo pode ser mais curta do que a sua vida económica. A estimativa da vida útil do ativo é uma questão de juízo de valor baseado na experiência da entidade com ativos semelhantes.

Justo Valor dos Instrumentos Financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é determinado por entidade externa utilizando o método dos fluxos de caixa descontados. Todos os cálculos foram efectuados tendo como base as curvas de rendimento apresentadas pela Reuters no dia de referência das demonstrações financeiras, pelo que o momento em que são realizadas as estimativas é a principal fonte de incerteza.

Cobranças Duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efectuada pela CP da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Provisões

As provisões correspondem a passivos de montante ou de ocorrência temporal incerta. A CP, tendo em consideração o princípio da prudência, tem constituído provisões sempre que existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), proveniente de um acontecimento passado, em que seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e se possa efetuar uma estimativa fiável da mesma. No que respeita nomeadamente à constituição de provisões para processos judiciais, estas requerem o uso de julgamento, tendo por base as últimas informações conhecidas na data de elaboração das demonstrações financeiras, nomeadamente no que respeita à probabilidade de perda do processo judicial e do valor estimado dessa perda. As alterações destas estimativas podem implicar impactos nos resultados.

Ativos Não Correntes Detidos Para Venda

Os ativos não correntes detidos para venda devem ser reconhecidos pelo menor valor entre o seu valor contabilístico líquido e o seu justo valor, deduzido dos custos para vender. Na determinação do justo valor, nomeadamente no que respeita a material circulante, e tendo em consideração a ausência de mercado ativo, é considerado pela CP, como referência, o valor de transações recentes com material semelhante, ajustando esse valor às características técnicas do material e à procura existente. Com base no valor estimado de venda é determinada a existência e montante da imparidade a reconhecer, sendo que o verdadeiro impacto só será conhecido no momento da venda efetiva dos ativos, o que pode implicar variações com algum significado nos resultados.

/ Fluxo de caixa (nota 4)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 31 de dezembro de 2014 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

A Demonstração de Fluxos de Caixa com referência ao mês de dezembro evidencia fluxos operacionais negativos de 145,5 milhões de euros, o que decorre fundamentalmente do pagamento da dívida em atraso à REFER. É de ressaltar ainda uma diminuição nos fluxos de caixa gerados pela atividade operacional comparativamente à registada no período homólogo, ao nível dos recebimentos de clientes, em resultado da diminuição das indemnizações compensatórias recebidas face ao ano anterior.

De salientar ainda os fluxos positivos das atividades de investimento em resultado da alienação à REFER dos terminais de mercadorias e da aceitação e pagamento pela REFER da fatura referente à alienação do edifício da ex-Fergráfica.

O aumento dos fluxos das atividades de financiamento decorre fundamentalmente do aumento do endividamento da empresa para assegurar o pagamento de juros e da dívida em atraso à REFER.

Rubrica de Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Caixa	309.672	271.347
Depósitos bancários	24.765.756	15.116.062
Descobertos bancários	-	-
Total	25.075.428	15.387.409

Desagregação dos Valores Inscritos na Rubrica de Caixa e Depósitos Bancários

No quadro seguinte apresenta-se a desagregação das rubricas de caixa e depósitos bancários:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Caixa		
Caixa Central	674	750
Caixa Pequena	2.600	2.600
FFC Tesouraria	3.000	3.000
Caixa Estações	303.398	264.997
Total	309.672	271.347
Depósitos à ordem		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	1.506	103.775
Novo Banco	5.772	115.899
Banco Português de Investimento	2.092.400	2.992.669
Banco Internacional de Crédito	-	310
Banco Santander	296.965	1.108.654
BNP Paribas	172	148
Caixa Geral de Depósitos	61.351	102.768
Deutsche Bank	95	126
Inst. Gestão Crédito Público	22.290.842	2.281.619
Millennium BCP	16.653	8.410.094
Total	24.765.756	15.116.062
Descobertos Bancários	-	-
Total	25.075.428	15.387.409

/ Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros (nota 5)

Nada a referir.

/ Ativos fixos tangíveis (nota 6)

No final do ano 2014 a CP apresentava um ativo fixo tangível organizado por classes de imobilizado, conforme quadro abaixo:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	16.628.385	26.256.870
Edifícios e outras construções	71.374.545	98.880.851
Equipamento básico	1.538.291.434	1.560.220.955
Equipamento de transporte	1.427.225	1.624.509
Equipamento administrativo	19.482.852	19.485.781
Outros ativos fixos tangíveis	62.108.713	61.918.529
Investimentos em curso	2.967.536	3.683.937
Adiantamentos por conta de investimentos	6.383.547	2.217.155
Sub-total	1.718.664.237	1.774.288.587
Depreciação acumulada e imparidade:		
Depreciação do período	64.987.148	69.182.259
Depreciação acumulada de períodos anteriores	915.903.387	898.251.692
Perdas por imparidade do período	4.706.977	2.524.434
Perdas por imparidade de períodos anteriores	3.596.034	1.071.600
Sub-total	989.193.546	971.029.985
Valor líquido contabilístico	729.470.691	803.258.602

Os ativos fixos tangíveis da CP são mensurados ao custo, sendo depreciados linearmente, de acordo com vidas úteis especificadas na nota 3.

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano 2014 são resumidos no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Ativos classificados como detidos para venda	Abates	Transferências	Outras regularizações	Saldo final
Valor bruto:								
Terrenos e recursos naturais	26.256.870	-	(9.628.485)	-	-	-	-	16.628.385
Edifícios e outras construções	98.880.851	44.987	(27.781.870)	-	(55.401)	279.800	6.177	71.374.544
Equipamento básico	1.560.220.955	9.584	(114.780)	36.774.562	(472.671)	9.839.652	(67.965.867)	1.538.291.435
Equipamento de transporte	1.624.509	-	(176.324)	-	(20.961)	-	-	1.427.224
Equipamento administrativo	19.485.781	160.163	(4.399)	-	(194.086)	35.393	-	19.482.852
Outros ativos fixos tangíveis	61.918.529	434.335	(943.010)	-	(244.151)	(10.127.811)	-	62.108.713
Investimentos em curso	3.683.937	10.354.419	-	-	-	(27.035)	-	2.967.535
Adiantamentos por conta de investimentos	2.217.155	3.460.927	-	-	-	(27.035)	732.501	6.383.548
	1.774.288.587	14.464.415	(38.648.868)	36.774.562	(987.270)	(1)	(67.227.189)	1.718.664.236
Depreciação acumulada e imparidade:								
Edifícios e outras construções	37.237.770	2.546.728	(10.100.926)	-	(55.401)	-	-	29.628.171
Equipamento básico	872.303.233	59.077.279	(107.515)	27.741.002	(472.255)	-	(67.965.868)	890.575.876
Equipamento de transporte	1.456.604	41.368	(175.803)	-	(20.624)	-	-	1.301.545
Equipamento administrativo	18.292.595	699.525	(3.790)	-	(183.404)	-	-	18.794.926
Outros ativos fixos tangíveis	38.143.749	2.622.248	-	-	(175.981)	-	-	40.590.016
Ativ. Fix. Tang.-Perdas Impar. Acum. - Equipam. Básico	3.596.034	4.706.977	-	-	-	-	-	8.303.011
	971.029.985	69.694.125	(10.388.034)	27.741.002	(917.665)	-	(67.965.868)	989.193.545
Total	803.258.602							729.470.691

Os investimentos mais significativos, realizados no exercício de 2014, respeitam essencialmente a reparações periódicas do tipo R2 e R3 e intervenção de meio de vida nos comboios de pendulação ativa.

No final de 2014 foi celebrado com a EMEF um contrato para intervenção de meio de vida dos comboios pendulares, com a concretização de um adiantamento no valor de 4,3 milhões de euros. Entretanto, já em 2015, e face à deteção de vícios que eram suscetíveis de conduzir à nulidade do referido contrato, a empresa desencadeou de imediato as ações necessárias no sentido de corrigir a situação, através da celebração de acordo de revogação do referido contrato e de consequente solicitação à EMEF da devolução do montante que foi adiantado.

De referir ainda a alienação à REFER dos Terminais de Mercadorias, bem como as transferências para Ativo Fixo Tangível, de duas séries de material, registadas em Ativo não corrente detido para venda, que nos próximos exercícios poderão entrar de novo ao serviço.

As depreciações acumuladas e imparidades referidas na coluna adições respeitam à depreciação dos ativos, de acordo com a sua vida útil, destacando-se pelo seu contributo, as depreciações do material circulante e as imparidades reconhecidas no material circulante, resultantes de acidentes, bem como a alienação dos Terminais de Mercadorias e as transferências para Ativo Fixo Tangível da rubrica de ativos não correntes detidos para venda.

A 31 de dezembro de 2014 os seguintes ativos fixos tangíveis estavam dados como garantia de empréstimos obtidos pela CP da Eurofima:

(valores em euros)

Descrição	Passivo
Automotoras	178.229.481
Carruagens	-
Locomotivas	124.584.991
Total	302.814.472

/ Ativos intangíveis (nota 7)

Os ativos intangíveis da CP respeitam essencialmente à implementação de sistemas informáticos não havendo nenhuma situação em que o ativo tenha sido desenvolvido internamente. Encontram-se classificados na rubrica de despesas de investigação e desenvolvimento, conforme quadro abaixo:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Valor Bruto:		
Despesas de Investigação e desenvolvimento	341.692	341.692
Ativos intangíveis em curso	-	-
Sub-total	341.692	341.692
Amortização acumulada e imparidade:		
Amortização do período	76.344	113.897
Amortização acumulada de períodos anteriores	265.348	151.451
Perdas por imparidade do período	-	-
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-	-
Sub-total	341.692	265.348
Valor líquido contabilístico	-	76.344

Para efeitos de amortização é considerada, por norma, uma vida útil de 3 anos para estes ativos. Esta estimativa é, no entanto, revista anualmente em função da utilização esperada do ativo. Os ativos intangíveis são mensurados ao custo e amortizados pelo método das quotas constantes num regime de duodécimos a partir da data de entrada em produção do ativo.

Os movimentos na rubrica de ativos intangíveis durante o ano 2014 são analisados como segue:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Adições	Alienações	Abates	Transferências	Saldo final
Valor bruto:						
Despesas de Investigação e desenvolvimento	341.692	-	-	-	-	341.692
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-
Sub-total	341.692	-	-	-	-	341.692
Amortização acumulada e imparidade:						
Amortização do período	1.133.140	76.344	-	-	-	1.209.484
Amortização acumulada de períodos anteriores	(867.792)	-	-	-	-	(867.792)
Perdas por imparidade do período	-	-	-	-	-	-
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-	-	-	-	-	-
Sub-total	265.348	-	-	-	-	341.692
Total	76.344					

/ Locações (nota 8)

Não Aplicável

/ Participações financeiras - método de equivalência patrimonial (nota 9)

O detalhe das participações financeiras em que a CP aplica o método da equivalência patrimonial é apresentado no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	Tipo	31-12-2014			31-12-2013		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
EMEF, SA	Investimento	6.500.670	-	6.500.670	5.592.342	-	5.592.342
EMEF, SA	Empréstimos	13.500.000	-	13.500.000	10.500.000	-	10.500.000
CP CARGA, SA	Empréstimos	71.272.682	-	71.272.682	62.272.682	-	62.272.682
SAROS, SA	Investimento	351.846	-	351.846	363.166	-	363.166
FERNAVE, SA	Investimento	2	-	2	2	-	2
FERNAVE, SA	Empréstimos	2.600.000	-	2.600.000	500.000	-	500.000
ECOSAÚDE, SA	Investimento	-	-	-	1	-	1
ECOSAÚDE, SA	Empréstimos	500.000	-	500.000	500.000	-	500.000
OTLIS, ACE	Investimento	154.097	-	154.097	-	-	-
Total		94.879.297	-	94.879.297	79.728.193	-	79.728.193

Em 2014 foram realizados os seguintes movimentos nestas participações financeiras, conforme quadro seguinte:

(valores em euros)

	Saldo inicial	Adições	Alienações	MEP	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
EMEF, SA	16.092.344	3.000.000	-	908.326	-	20.000.670
CP CARGA, SA	62.272.682	9.000.000	-	-	-	71.272.682
SAROS, SA	363.164	-	-	275.431	(286.749)	351.846
FERNAVE, SA	500.002	2.100.000	-	-	-	2.600.002
ECOSAÚDE, SA	500.001	-	-	(1)	-	500.000
OTLIS, ACE	-	-	-	42.693	111.404	154.097
Sub-total	79.728.193	14.100.000	-	1.226.449	(175.345)	94.879.297
Imparidade						
Sub-total	-	-	-	-	-	-
Total	79.728.193	14.100.000	-	1.226.449	(175.345)	94.879.297

A informação financeira resumida referente às empresas associadas (valores a aguardar aprovação em assembleia, que poderão não corresponder aos valores finais) apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Nome da associada	% de participação	Data de referência	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Rendimentos	Resultado líquido
EMEF, SA	100	31-12-2014	44.561.970	38.060.025	6.501.945	57.357.328	909.485
CP CARGA, SA	100	31-12-2014	102.302.034	185.821.221	-83.519.187	89.733.086	5.341.758
SAROS, SA	100	31-12-2014	360.064	13.818	346.246	337.873	269.828
FERNAVE, SA	100	31-12-2014	3.806.396	6.163.772	-2.357.376	1.227.827	-674.735
ECOSAÚDE, SA	100	31-12-2014	778.530	878.832	-100.303	2.096.397	-126.068
TIP, ACE	33	31-12-2014	8.657.894	13.617.084	-4.959.190	6.469.505	187.500
OTLIS, ACE	14	31-12-2014	2.575.214	1.496.533	1.078.682	3.984.317	298.850

/ Participações financeiras – outros métodos (nota 10)

A CP detém pequenas participações em diferentes empresas que se encontram reconhecidas ao custo menos perdas de imparidade, dado o valor destas participações não ser publicamente negociado e não ser possível obter de forma fiável o seu justo valor.

À data de cada período de relato financeiro, a CP avalia a imparidade destes ativos financeiros, reconhecendo uma perda por imparidade na demonstração dos resultados se existir uma evidência objetiva dessa imparidade.

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	Método	31-12-2014			31-12-2013		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
OTLIS, ACE	Custo de aquisição	-	-	-	47.119	-	47.119
MLM, SA	Custo de aquisição	12.721	(12.721)	-	12.721	(12.721)	-
EMEF INTERNACIONAL	Custo de aquisição	-	-	-	2.500	(2.500)	-
METRO DO PORTO, SA	Custo de aquisição	249.399	(249.399)	-	249.399	(249.399)	-
METRO-MONDEGO, SA	Custo de aquisição	3.595	-	3.595	3.595	-	3.595
ICF	Custo de aquisição	382.269	(382.269)	-	382.269	(382.269)	-
EUROFIMA	Custo de aquisição	27.760.679	-	27.760.679	27.760.679	-	27.760.679
BCC	Custo de aquisição	1.460	-	1.460	1,460	-	1,460
APOR	Custo de aquisição	5.000	-	5.000	5,000	-	5,000
Obrigações CONSOLIDADO 1942	Custo de aquisição	662	-	662	662	-	662
		28.415.784	(644.389)	27.771.396	28.465.404	(646.889)	27.818.515

O movimento destas participações financeiras em 2014 é analisado no quadro seguinte:

(valores em euros)

	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
OTLIS, ACE	47.119	-	-	-	(47.119)	-
MLM, SA	12.721	-	-	-	-	12.721
EMEF INTERNACIONAL	2.500	-	-	-	-	2.500
METRO DO PORTO, SA	249.399	-	-	-	-	249.399
METRO-MONDEGO, SA	3.595	-	-	-	-	3.595
ICF	382.269	-	-	-	-	382.269
EUROFIMA	27.760.679	-	-	-	-	27.760.679
BCC	1.460	-	-	-	-	1.460
APOR	5.000	-	-	-	-	5.000
Obrigações CONSOLIDADO 1942	662	-	-	-	-	662
	28.465.404	-	-	-	(47.119)	28.418.285
Imparidade						
MLM, SA	(12.721)	-	-	-	-	(12.721)
EMEF INTERNACIONAL	(2.500)	-	-	-	-	(2.500)
METRO DO PORTO, SA	(249.399)	-	-	-	-	(249.399)
ICF	(382.269)	-	-	-	-	(382.269)
	(646.889)	-	-	-	-	(646.889)
Total	27.818.515	-	-	-	-	27.771.396

/ Ativos por impostos diferidos (nota 11)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Ativos por Impostos Diferidos	2.488.729	-
	2.488.729	-

Como referido na nota 13 relativa aos Impostos Sobre o Rendimento, em resultado da adesão à Lei n.º 61/2014 de 26 de agosto, que aprovou o regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos, a empresa tem registado em 2014 como ativos por impostos diferidos, o montante de 2.488.729 euros.

/ Acionistas/sócios (nota 12)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Ativo corrente		
Outras Operações - Indemnizações Compensatórias	-	141.291
	-	141.291

A diminuição do saldo desta rubrica deve-se à utilização de uma provisão criada para fazer face a uma contingência.

/ Impostos sobre o rendimento (nota 13)

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas, tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades previsto no artigo 69º do Código do IRC, que integra, para além da própria CP, as filiais EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, SA, a CP CARGA - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, SA e a SAROS-Sociedade de Mediação de Seguros, Lda..

Relativamente a impostos sobre o rendimento, a CP aderiu em 2014 ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos (Lei nº61/2014 de 26 de Agosto), no que respeita a reclassificação de responsabilidades com pensões de acidentes de trabalho, o que implicou o reconhecimento de um ativo por imposto diferido de 2.488.729,28 euros, calculado da seguinte forma: 11.061.019€ *22,5% (responsabilidade total com as pensões de acidentes de trabalho * taxa de IRC + Derrama).

A CP não contabilizou outros ativos nem passivos por impostos diferidos relacionados com o reporte de prejuízos fiscais, por ter considerado que não existem expectativas de que o referido grupo de sociedades abrangido pelo regime especial de tributação venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados da CP.

De acordo com a legislação em vigor, os prejuízos fiscais apurados até 2009 são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Nos mesmos termos, os prejuízos fiscais gerados nos exercícios de 2010 e 2011 são reportáveis por um período de quatro anos, os prejuízos fiscais gerados nos exercícios de 2012 e 2013 são reportáveis por um período de cinco anos e os prejuízos fiscais apurados a partir de 2014 têm um prazo de reporte de doze anos.

Da mesma forma, não foram contabilizados passivos por impostos diferidos relacionados com ativos fixos tangíveis reavaliados em períodos anteriores, por se entender que face às atuais condições de mercado e ao carácter social do seu negócio, não é expectável que a Empresa venha a pagar impostos sobre o rendimento nos próximos anos. Por este facto, entende a Empresa que não estão reunidas todas as condições para que esta situação seja considerada como passivo.

O resultado contabilístico foi ajustado em 2.212.845,89 euros, de modo a refletir o IRC estimado a pagar com a tributação autónoma de 2014, no montante de 275.883,39 euros, e o valor de ativos por impostos diferidos reconhecido de 2.488.729,28 euros.

/ Inventários (nota 14)

Em 31 de dezembro de 2014 a CP apresenta os seguintes valores de inventários, detalhados por classificação:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2014	31-12-2013
Valor Bruto:		
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9.505.490	9.083.603
Reclassificação e regularização de inventários	-	-
Adiantamentos por conta de compras	-	-
	9.505.490	9.083.603
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período	(117.381)	114.950
Imparidades de períodos anteriores	(4.371.244)	(4.486.194)
	(4.488.625)	(4.371.244)
Valor líquido contabilístico	5.016.865	4.712.359

A CP verifica semestralmente se o valor realizável dos inventários é ou não inferior ao valor pelo qual estes se encontram reconhecidos nas contas da empresa. Se o valor pelo qual os inventários se encontram reconhecidos for superior ao valor realizável líquido, reconhece uma perda por imparidade pela diferença entre aquelas duas grandezas.

Até 2011, o critério base para avaliar a imparidade destes materiais foi a não rotatividade há mais de 5 anos, aplicando-se a todos os inventários em armazém.

Desde o exercício de 2012, e atendendo à durabilidade da maior parte das peças utilizadas em reparações de material circulante, foi entendido pela empresa avaliar com maior rigor a imparidade deste universo de bens. Para isso, foi calculada a depreciação das peças de armazém de material circulante de acordo com a vida útil estimada das séries de material a que estavam associadas, o que permitiu a identificação dos materiais efetivamente obsoletos e sem aplicação. Para os restantes materiais diversos manteve-se o critério da não rotatividade há mais de 5 anos.

Tendo em consideração a aplicação deste novo critério, mais adaptado à realidade da empresa, foi reconhecida uma perda por imparidade de 117.381 euros, tal como identificado no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversão	Regularização	Saldo final
Imparidades de inventários					
Mercadorias	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(4.371.244)	(117.381)	-	-	(4.488.625)
Total	(4.371.244)	(117.381)	-	-	(4.488.625)

/ Clientes (nota 15)

Em 31 de dezembro de 2014 a rubrica de clientes apresenta os seguintes valores:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Valor Bruto:		
Cientes c/c		
Gerais	3.779.585	2.650.145
Empresas associadas	337.438	441.168
Empreendimentos conjuntos	400.448	117.584
Outras partes relacionadas	30.787	3.779.337
Cientes - títulos protestados	-	-
Cientes - perdas imparidade acumuladas	1.489.859	1.928.513
Sub-total	6.038.119	8.916.747
Imparidade acumulada	-	-
Perdas por imparidade do período	438.654	50.159
Perdas por imparidade de períodos anteriores	(1.928.513)	(1.978.672)
Sub-total	(1.489.859)	(1.928.513)
Valor líquido contabilístico	4.548.260	6.988.234

A diminuição que se verifica no saldo de "Outras partes relacionadas" deve-se à diminuição do saldo registado no cliente BCC (gestor de redes estrangeiras), nomeadamente no que diz respeito à Renfe Operadora.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade				
Cientes gerais	1.928.513	-	(438.654)	1.489.859
Total	1.928.513	-	(438.654)	1.489.859

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	até 90 dias	Entre 90 e 180 dias	Entre 180 e 360 dias	Mais de 360 dias
Cientes gerais	2.499.186	660.030	673.547	(53.178)
Empresas associadas	337.438	-	-	-
Empreendimentos conjuntos	400.638	1.241	(3.150)	1.720
Outras partes relacionadas	113.559	(83.056)	283	-
Total	3.350.821	578.215	670.680	(51.458)

/ Adiantamentos a fornecedores (nota 16)

A rubrica de adiantamentos a fornecedores apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Valor Bruto:		
EMEF-EMP. MANUT. EQUIP. FERROV. S.A.	3.279	3.279
SISCOG-SISTEMAS COGNITIVOS, LDA.	128.391	128.391
REDE FERROV. NACIONAL, E.P.E.	2.120	2.120
Total	133.790	133.790
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período	-	-
Imparidades de períodos anteriores	-	-
Total	-	-
Valor líquido contabilístico	133.790	133.790

/ Estado e outros entes públicos (nota 17)

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Ativo		
Imposto sobre o rendimento	1.137.945	1.299.462
Pagamento especial por conta	1.066.323	1.221.282
Imposto retido na fonte	71.622	78.180
IVA	8.073.978	13.048.630
IVA a recuperar de nov. e dez.	4.665.237	8.275.550
IVA reembolsos pedidos	3.408.741	4.773.080
Outros Impostos	-	24.558
Contribuições Seg Social CNP	-	24.558
IVA imposto retido a recuperar	884.625	884.629
Total	10.096.548	15.257.279
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	275.884	289.071
Retenções de imposto sobre o rendimento	1.213.254	1.102.160
Contribuição p/Seg. Social	1.877.216	1.759.327
Total	3.366.354	3.150.558

A principal variação registada entre 2013 e 2014 resulta essencialmente do decréscimo significativo do IVA a recuperar no último bimestre, cuja variação positiva ocorrida em 2013 não aconteceu em 2014 pelo desfecho favorável ocorrido naquela data de um processo relacionado com anulação de faturas no valor de 4.227.172 euros.

/ Outras contas a receber (nota 18)

A rubrica de outras contas a receber apresenta os valores registados no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Valor Bruto:		
Fornecedores c/c - saldos devedores	6.968	19.976
Outros Devedores - pessoal	14.273	20.338
D.Diversos - c/c	36.933.492	20.983.682
D.Diversos - cobrança duvidosa	4.981.301	6.146.882
C. Diversos - saldos devedores	67.960	6.889
C.Div.-dep. cauções prestadas	218.210	202.383
C.Div.-rendimentos a repartir	-	16.428
C.Div.-IVA-operações a regularizar	25.464	35.648
D/C.- Div. - Faturação a emitir	-	(113)
D/C. Div. - Seg. Saude	172.504	172.454
C.Div.-ODC-cartão galp frota/via verde	47.215	51.368
Out C.Rec/Pag - depósitos por regularizar	-	(601)
ODC - Unidades de Negócio/outros	730.284	344.126
Devedores por acréscimos de receitas	1.142.326	1.657.998
Sub-total	44.339.996	29.657.458
Imparidade acumulada		
Imparidade do período - Out. div. terceiros	1.165.582	(1.079.523)
Imparidade períodos anteriores-O.div. terceiros-CP e MLP	(6.146.882)	(5.067.359)
Sub-total	(4.981.300)	(6.146.882)
Valor líquido contabilístico	39.358.696	23.510.576

A variação registada, comparando com o exercício de 2013, resulta fundamentalmente no aumento verificado na rubrica de Devedores Diversos - conta corrente, fruto do aumento dos valores em dívida pela CP Carga referentes ao aluguer material motor, eletricidade e combustível para tração. Em sentido contrário, nesta mesma rubrica, verificou-se a liquidação dos valores em mora da REFER, em aberto em 2013, fruto do acordo de pagamento firmado entre a CP e a Operadora da infraestrutura, em 2014.

/ Diferimentos (nota 19)

A rubrica de diferimentos apresenta os valores registados no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Ativo		
Gastos a reconhecer		
Diferim. - gast. reconh. - outros-diversos	7.769.677	8.493.006
Total	7.769.677	8.493.006
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Diferim. - rend. a reconhecer - CP Lisboa	(768.011)	(881.824)
Diferim. - rend. reconhecer - POEFDS_PORLVT	-	-
Diferim.-rend. reconhecer-sub. proj. exploração	(455)	(455)
Diferim.-rend. reconh.-outros dif.-rendim. reconh.	(5.433.375)	(4.977.687)
Total	(6.201.841)	(5.859.966)

As principais variações face a 2013 resultam de ajustamentos quer nos gastos a reconhecer perante terceiros, quer de rendimentos a reconhecer da prestação de serviços a terceiros, em função das responsabilidades reais assumidas e das prestações de serviços realizadas ainda não faturadas.

/ Ativos financeiros detidos para negociação (nota 20)

A rubrica de ativos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Ativos Financeiros	54	54
Total	54	54

A 31 de dezembro de 2014, de acordo com a avaliação fornecida por entidade externa (IMF- Informação de Mercados Financeiros, S.A.), a Empresa não possui qualquer instrumento financeiro derivado (*swaps* de cobertura de taxa de juro) potencialmente favorável.

As variações ocorridas no justo valor destes instrumentos financeiros derivados são registadas pelo valor líquido entre os ganhos e as perdas na rubrica da Demonstração de Resultados "Aumentos/Reduções de Justo Valor".

À data de referência para a apresentação destas Demonstrações Financeiras, a Empresa tem somente registado na rubrica de Ativos Financeiros Detidos para Negociação o justo valor a 31 de dezembro de 2013, das ações do Millennium BCP adquiridas à sociedade Fergráfica, S.A. no âmbito da liquidação desta sociedade.

/ Outros ativos financeiros (nota 21)

A rubrica de outros ativos financeiros é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2014	31-12-2013
Ativo corrente		
Outros ativos e passivos financeiros	-	16.000.000
Total	-	16.000.000

Com a publicação da Lei n.º 55-A/2010, revogada e substituída pelo Decreto-Lei n.º 133 de 3 de outubro de 2013, a CP passou a aplicar o Regime de Tesouraria do Estado, criado pelo Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 junho, com redação atualizada através da Lei n.º 39-A/2005. Durante o ano de 2014 foi amortizada uma aplicação financeira no IGCP no valor de 16 milhões de euros.

/ Ativos não correntes detidos para venda (nota 22)

Um dos objectivos da empresa é proceder à alienação de bens não necessários à sua atividade. Esses bens respeitam essencialmente a edifícios e material circulante. Nesse sentido, a gestão de topo encontra-se comprometida no desenvolvimento de ações que possibilitem a concretização dessas alienações, através da prospeção de eventuais interessados quer no mercado interno quer no mercado externo.

Apesar de alguns destes ativos se encontrarem classificados como ativos fixos detidos para venda há mais de um ano, a CP entende que os mesmos se devem manter classificados nesta rubrica do ativo, por o seu valor vir a ser recuperado não pelo uso, mas sim pela venda, e, a gestão de topo estar fortemente comprometida no desenvolvimento de esforços nesse sentido, sendo que o atraso que se tem verificado na concretização de alguns dos acordos de venda já estabelecidos, é causado por circunstâncias alheias à Administração da CP.

Os ativos classificados como detidos para venda estão valorizados pelo menor entre o valor contabilístico e o valor esperado de venda.

Entende ainda a CP que existe uma grande incerteza nesta data quanto a evolução dos mercados e das economias, pelo que o valor esperado de venda à data foi apurado com base na informação disponível.

Semestralmente a empresa avalia a existência de imparidades nestes ativos, e, sempre que necessário procede a ajustamentos dos valores já reconhecidos.

Nesse âmbito, em 2014, a CP registou uma reversão de imparidade na rubrica de Equipamento básico de 11.051.366 euros, devido ao facto de existir material circulante que, no plano de material até 2021, irá ser reafectado ao serviço comercial pelo que foi transferido para ativo fixo tangível no montante 9.033.560 euros. Foi também abatido material circulante no montante 5.552.295 euros que face ao seu estado de degradação não foi possível alienar.

Esta diminuição das imparidades de ativos não correntes detidos para venda foi acompanhada do aumento da imparidade dos ativos depreciables, no que respeita a material a reafectar à atividade comercial, fruto da necessidade de intervenções

para que essa reafecção possa ocorrer, bem como pelo reconhecimento de depreciações relativamente ao período em que o material esteve classificado como ativo não corrente detido para venda. Assim, em termos líquidos esta reclassificação não teve impactos significativos nos resultados da empresa.

No que respeita aos edifícios foi efetuado um reforço da imparidade constituída de 94.557 euros fruto de avaliações recentes efetuadas aos imóveis.

O quadro seguinte resume, por classe de imobilizado, os ativos não correntes detidos para venda:

	(valores em euros)	
Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Ativos		
Terrenos e recursos naturais	3.295.378	3.295.378
Edifícios e outras construções	12.137.627	12.232.184
Equipamento básico (a)	7.937.354	11.814.760
Total	23.370.359	27.342.322

(a) Esta rubrica no exercício de 2014 teve uma reversão de imparidade no montante €11.051.366

Considera-se importante referir que apesar de a rubrica de Equipamento básico dos ativos não correntes detidos para venda apresentar um valor contabilístico líquido de 7.937.354 euros, se descontarmos a este montante o valor correspondente aos subsídios ao investimento por reconhecer e o valor de venda como sucata, o diferencial obtido é de 3.646.519,52 euros.

/ Capital realizado (nota 23)

De acordo com o artigo 3º do decreto-lei n.º 50/2012 de 14 de março que define os Estatutos da CP, o capital estatutário da empresa é de 1.995.317.000 euros, sendo detido integralmente pelo Estado português e destina-se a responder às necessidades permanentes da empresa. Este capital encontra-se integralmente realizado a 31 de dezembro de 2014.

/ Ações (quotas) próprias (nota 24)

Não sendo uma sociedade por ações ou por quotas, a 31 de dezembro de 2014 a Empresa não detém ações ou quotas próprias.

/ Outros instrumentos de capital próprio (nota 25)

O Estado português, único detentor da CP, não concedeu qualquer verba a título de prestações suplementares, acessórias ou dotações de capital durante o ano de 2014.

/ Reservas legais (nota 26)

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com o artigo 30º do decreto-lei n.º 50/2012 de 14 de março que define os Estatutos da CP, a empresa deve constituir reservas e fundos julgados necessários,

sendo obrigatória a constituição de reserva legal no valor de 5% dos lucros de cada exercício. A reserva legal pode ser utilizada na cobertura de prejuízos de exercício.

Durante o período, não houve reforço das reservas legais nem se verificou a sua utilização para cobertura de prejuízos.

/ Outras reservas (nota 27)

Nesta rubrica, está contabilizada a reserva estatutária que corresponde ao valor do Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante existente em 31 de dezembro de 1974.

O Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante destinava-se à renovação do material circulante, conforme previsto no Artº16º do Contrato de Concessão de 1951 entre o Estado e a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, e respeitava ao excedente das receitas do Fundo sobre os investimentos por ele financiados.

/ Resultados Transitados (nota 28)

No seguimento da aprovação pela Tutela dos documentos de prestação de contas a Empresa tem procedido à transferência dos resultados líquidos dos exercícios para resultados transitados.

Pelo facto de a CP ter optado por valorizar os seus ativos fixos tangíveis pelo seu custo considerado à data da transição para o SNC, o saldo de excedentes de revalorização está registado nesta rubrica, tendo sido mantido o controlo dos montantes realizados e não realizados, e destes, os que estão disponíveis ou não para distribuição aos acionistas ou para cobertura de prejuízos ou para aumento de capital, de acordo com a legislação aplicável.

A empresa procedeu pela primeira vez em 1995 à reavaliação do ativo fixo tangível.

A reavaliação incidiu no ativo fixo tangível contemplado na rubrica equipamento básico que engloba o material circulante, à data de 31 de dezembro de 1995.

O sistema utilizado consistiu em calcular previamente as amortizações correspondentes ao exercício de 1995 e seguidamente procedeu-se à aplicação, aos valores do ativo fixo e às respectivas amortizações acumuladas, dos coeficientes de desvalorização da moeda constantes da Portaria n.º 338/95 de 21 de abril, corrigidos previamente com o factor de 1,04.

No exercício de 1997 procedeu-se a nova reavaliação do ativo fixo tangível contemplado na rubrica equipamento básico, englobando o material circulante, nos termos do Decreto-Lei n.º 31/98 de 11 de fevereiro.

No exercício de 1999, a empresa procedeu à inventariação dos bens contemplados nas restantes rubricas do ativo fixo tangível, adquiridos até 31 de dezembro de 1997, com exceção dos correspondentes ao material circulante e a peças de parque.

Este trabalho foi coordenado pelas empresas Ernst & Young e CPU-Consultores de Avaliação e genericamente consistiu na identificação dos bens, respectiva avaliação com base no critério do valor corrente de mercado e cálculo do excedente deste último para o custo histórico, de que resultou um montante de 51.989.137 euros. As variações das reservas de reavaliação ocorridas no exercício de 2014 constam no quadro que segue:

(valores em euros)

Contas	Saldo inicial	Reavaliações registadas	Inc. cap.	Outras transf.*	Saldo final
56100002-Exced.reval.não realiz. - 95	10.997.320	-	-	(1.162.581)	9.834.739
56100001-Exced.reval.não realiz. - DL	10.848.446	-	-	(900.517)	9.947.929
56100003-Exced.reval.não realiz. - 99	28.815.160	-	-	(12.335.946)	16.479.214
56100004-Exced.reval.não realiz.- 99 CP	11.767.365	-	-	(27.724)	11.739.641
Total	62.428.291	-	-	(14.426.768)	48.001.523

As transferências para resultados transitados foram efectuadas de acordo com a realização dos bens verificada no exercício, tendo em consideração a possibilidade de segregação pelas respetivas contas de reservas de reavaliação de 1995, 1997 e 1999.

/ Ajustamentos em ativos financeiros (nota 29)

O detalhe das variações nesta rubrica face a 2013 são apresentados no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Relacionados com o método da equivalência patrimonial:		
Ajustamentos de transição	(132.640)	-
Total	(132.640)	-

A variação respeita a valor de transição referente à participada OTLIS, que a partir de 01.01.2014, passou a ser registada nas contas pelo método de equivalência patrimonial, em vez do método de custo.

/ Outras variações no capital próprio (nota 30)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-
Subsídios	161.022.758	170.949.396
Saneamento financeiro	91.357.368	91.357.368
Outras	-	-
Total	252.380.126	262.306.764

A rubrica saneamento financeiro reflete o passivo assumido pelo Estado nos termos do Protocolo de 24 de agosto de 1993, respeitante a dívidas à Administração Fiscal, à Direção Geral do Tesouro e à Banca de 97.975.959 euros e à utilização na regularização do restante valor em dívida pelo Estado de 6.618.591 euros, resultante do saneamento financeiro realizado no âmbito do Decreto-Lei n.º 361/85.

O valor da rubrica de subsídios respeita essencialmente a subsídios recebidos para material circulante, resultando as diminuições registadas nesta componente do capital, da imputação, como rendimento do exercício, numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo, numa parte desse subsídio, na mesma proporção em que são reconhecidas as depreciações.

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe da rubrica de subsídios:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
59300001 Reservas Subsídios - ILD'S	-	1.755
59300004 Reservas Subsídios - Material Circulante	947.295	1.644.972
59300100 FEDER-Sub Proj 12UQE	6.713.528	7.587.462
59300700 PIDDAC-Sub Proj 12+4UQE	4.864.970	5.212.466
59300800 FEDER-Sub Proj 12+4UQE	13.296.585	14.246.329
59301001 PIDDAC-Sub Proj 34UQE/UTE	3.492.778	3.810.303
59301002 PIDDAC-Sub Proj 19UDD	535.228	586.096
59301003 PIDDAC-Sub Proj 21ALLAN	784.846	871.055
59301004 PIDDAC-Sub Proj 42UQE	462.615	502.519
59301005 PIDDAC-Sub Proj 34UME	20.016.260	21.103.690
59301006 PIDDAC-Sub Proj 57UTE Silício	16.557.653	17.397.398
59301008 PIDDAC-Sub Proj Convel	-	-
59301009 PIDDAC-Sub Proj 57CORRAIL	660.367	724.228
59301010 PIDDAC-Sub Proj 12Locomotorias	390.009	390.009
59301011 PIDDAC-Sub Proj Radio Solo Comb	16.127	16.127
59301012 PIDDAC-Sub Proj Aq 15 Loc 4700	18.964.832	19.615.055
59301013 PIDDAC-Sub Proj Bilhet s/contacto	2.667.674	3.541.046
59301014 PIDDAC-Benef Interface Ramal Lousã	246.343	274.231
59301015 PIDDAC-Sub Proj. Aq. 10 Locs 4700	2.477.272	2.561.485
59301024 PIDDAC-SubProj Alter Veloc Máx 45 Carrug Moderniz	132.704	159.926
59301025 PIDDAC-Subs.Caixas Transmissão Rodados UDD's450	496.322	487.605
59301026 PIDDAC-Sub Sist Escalas Pess e Rotaç de Material	4.861	19.445
59301027 PIDDAC-Modernização de automotoras 3500	1.310.313	1.415.313
59301028 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 453	58.075	82.964
59301029 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2334	376.852	404.259
59301030 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2340	372.284	399.691
59301031 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2326	282.731	302.926
59301032 PIDDAC-Grande Reparação R3 - 9635	97.986	119.761
59301033 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 464	99.098	137.459
59301034 PIDDAC-Grande Repar R2 - 2197010	124.924	143.900
59301035 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2403	230.516	-
59301036 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2404	527.691	-
59301037 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 360	93.668	-
59301039 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2405	366.234	-
59301040 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 468	82.964	-
59301041 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2197025	166.178	-
59301101 FEDER-Sub Proj 19UDD	1.106.378	1.211.529
59301102 FEDER-Sub Proj 21ALLAN	1.533.215	1.701.627
59301103 FEDER-Sub Proj 34UME	35.648.247	37.582.594
59301104 FEDER-Sub Proj 57UTE Silício	21.338.724	22.451.393
59301106 FEDER-Sub Proj Reabil 3Aut	116.802	116.803
59301107 FEDER-Sub Proj 57CORRAIL	1.324.138	1.452.188
59301108 FEDER-Sub Proj 12Locomotorias	903.370	903.370
59301510 Sub Projecto CP/KIDS	-	27.276
59301700 FEDER-Benef Interfaces Ramal Lousã	535.512	581.343
59301800 FEDER-Bilhética sem contacto-CPLX	598.587	797.033
59301900 FEDER-Subsid Ramais Partic Mercad	-	364.765
Total	161.022.758	170.949.396

/ Provisões (nota 31)

O movimento na rubrica de provisões é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Adições	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Processos judiciais em curso	9.121.131	-	-	321.002	8.800.129
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	11.683.510	280.528	903.019	11.061.019	-
Acidentes ferroviários	809.640	81.471	-	-	891.111
Investimentos financeiros	92.145.038	833.036	-	5.340.892	87.637.182
Outras	55.250	141.291	141.291	-	55.250
Total	113.814.569	1.336.326	1.044.310	16.722.913	97.383.672

A redução do valor das provisões, no exercício de 2014, deve-se essencialmente à reversão da provisão de acidentes de trabalho (que em 31 de dezembro de 2014 ascendia a 11.061.019 euros), e cuja responsabilidade passa a partir de 2014, por via da adesão ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos, a ser reconhecida na rubrica de outras contas a pagar (passivo não corrente) e na rubrica de ativo por imposto diferido (ativo não corrente), conforme referido em detalhe na nota (33).

Ainda em 2014, de referir a redução significativa da provisão para investimentos financeiros, em resultado da reversão da provisão constituída para capitais próprios negativos da participada CP Carga, no valor de 5.340.892 euros, em resultado da melhoria dos resultados registada naquela empresa.

Apesar de valor menos expressivo, uma nota adicional sobre a redução das responsabilidades sobre os processos judiciais, em resultado da conclusão de algumas ações judiciais em curso.

/ Financiamentos obtidos (nota 32)

No final do exercício de 2014 a rubrica de financiamentos obtidos apresentava o detalhe constante do quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2014	31-12-2013
Não corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	221.514.251	467.456.939
Empréstimos por obrigações	700.000.000	700.000.000
Outros financiadores	2.608.084.000	683.900.000
Total	3.529.598.251	1.851.356.939
Corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	245.942.688	1.691.649.623
Outros financiadores	358.900.000	264.780.000
Total	604.842.688	1.956.429.623

O acréscimo da dívida foi de cerca de 327 milhões de euros, tendo passado de 3,808 mil milhões de euros a 31.12.2013 para 4,134 mil milhões de euros a 31.12.2014. Este aumento da dívida cingiu-se fundamentalmente ao necessário para assegurar o pagamento de juros e da dívida em atraso à REFER.

Com a conversão da quase totalidade da dívida de curto prazo em médio e longo prazo, a estrutura da dívida sofreu uma alteração significativa, passando a dívida de curto prazo a ter um peso reduzido na dívida total, contrariando a tendência dos últimos anos.

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2014	31-12-2013
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	245.942.687	1.691.649.623
De 1 a 5 anos	127.487.585	373.430.272
A mais de 5 anos	94.026.667	94.026.667
Empréstimos por obrigações		
Até 1 ano	-	-
De 1 a 5 anos	500.000.000	500.000.000
A mais de 5 anos	200.000.000	200.000.000
Outros financiadores		
Até 1 ano	358.900.000	264.780.000
De 1 a 5 anos	1.597.056.000	433.900.000
A mais de 5 anos	1.011.028.000	250.000.000
Total	4.134.440.939	3.807.786.562

À data de 31 de dezembro de 2014, os pagamentos futuros do capital em dívida dos financiamentos obtidos não correntes, são analisados como segue:

(valores em euros)

Descrição	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Instit. de crédito e sociedades financeiras						
Empréstimos bancários	245.942.688	42.680.188	36.055.188	28.067.209	20.685.000	373.430.273
Empréstimos por obrigações	-	-	-	-	500.000.000	500.000.000
Outros financiadores	358.900.000	455.514.000	380.514.000	380.514.000	380.514.000	1.955.956.000
Total	604.842.688	498.194.188	416.569.188	408.581.209	901.199.000	2.829.386.273

/ Outras Contas a Pagar (nota 33)

A rubrica de outras contas a pagar é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Não corrente		
Credores por acréscimo de gastos	11.061.019	-
Total	11.061.019	-
Corrente		
Fornecedores de investimentos	2.641.137	2.358.459
Devedores por acréscimos de rendimento	1.607.311	2.071.234
Benefícios pós-emprego	-	-
Credores por subscrições não liberadas	34.525.341	33.815.129
Outros devedores e credores	2.115.900	7.765.374
Credores por acréscimo de gastos	57.858.739	69.456.533
Pessoal	676	55.125
Adiantamentos de clientes	54.616	56.291
Total	98.803.720	115.578.145

No ativo corrente a variação mais significativa face ao exercício de 2013 regista-se na rubrica de credores por acréscimo de gastos (11,6 milhões de euros) em resultado da regularização em 2014 dos encargos relacionados com a prestação de serviço transporte internacional reconhecidos no exercício de 2013.

A rubrica outros devedores e credores também apresentou redução significativa (5,6 milhões de euros) em virtude da liquidação dos valores em mora com a REFER.

Relativamente ao ativo não corrente, verificou-se uma variação na rubrica de credores por acréscimo de gastos, respeitante à reclassificação das Pensões por Acidentes de Trabalho, no âmbito da adesão ao regime especial aplicável aos ativos por imposto diferido, conforme disposto na Lei 61/2014 de 26 de agosto.

As responsabilidades para acidentes de trabalho e doenças profissionais foram calculadas com base na avaliação atuarial das responsabilidades da empresa em 31 de dezembro de 2014, com pensões de acidentes de trabalho ocorridos até 31 de dezembro de 1999. Este cálculo foi realizado por entidade externa à CP (CGD PENSÕES). Os acréscimos ou diminuições das responsabilidades provenientes de alterações dos benefícios atribuídos são reconhecidos como perdas ou ganhos no exercício em que ocorrem. A metodologia e os pressupostos financeiros e atuariais da avaliação das responsabilidades são

os seguintes:

/ Método de cálculo: Para o apuramento das responsabilidades relativas a reformados com pensões de acidentes de trabalho, procedeu-se ao cálculo do valor atual de rendas vitalícias imediatas.

/ Taxa de desconto: 3%.

/ Taxa de Crescimento das Pensões: 1,0%.

/ Tábuas de Mortalidade: utilizou-se a tábua francesa TV 88/90.

/ Número de pagamento das pensões de acidente de trabalho: 13 pagamentos por ano.

/ Prazo de pagamento das pensões de acidente de trabalho: pensões vitalícias.

/ Data de efeito dos cálculos: 31 de dezembro de 2014.

/ Fornecedores (nota 34)

A rubrica de fornecedores apresenta o seguinte detalhe:

A variação registada na rubrica de fornecedores deve-se quase exclusivamente à liquidação das dívidas à REFER.

(valores em euros)

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Fornecedores c/c		
Gerais	14.254.493	137.757.868
Empresas subsidiárias	4.881.323	3.137.036
Empresas associadas	779.260	3.299.257
Empreendimentos conjuntos	732.068	1.371.406
Outras partes relacionadas	99.503	3.767.917
Fornecedores - títulos a pagar	-	-
Facturas em receção e conferência	13.748	(5.359)
	20.760.395	149.328.125

/ Adiantamentos de clientes (nota 35)

A rubrica apresenta os seguintes valores:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Adiantamentos de clientes	295.470	544.869
Total	295.470	544.869

O montante em aberto nesta rubrica respeita a valor adiantado por conta de reparações/modernizações efetuadas no material circulante.

/ Passivos Financeiros Detidos para Negociação (nota 36)

A rubrica de passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2014	31-12-2013
Derivados potencialmente desfavoráveis	3.703.566	69.159.198
	3.703.566	69.159.198

Tal como referido na nota relativa aos Ativos financeiros detidos para negociação, o montante registado nesta rubrica resulta de valorização efectuada por entidade externa (IMF- Informação de Mercados Financeiros, S.A.) ao justo valor dos instrumentos financeiros derivados (*swaps* de cobertura de taxa de juro) detidos pela empresa.

Durante o exercício de 2014, verificou-se o término de dois contratos de *swaps* pelo que a valorização em 31.12.2014, respeita ao único *swap* existente em carteira.

O *swap* do Citigroup terminou em 26 de junho de 2014 e, no final de novembro de 2014, foi exercida a opção de cancelamento antecipado do *swap* do BESi/Novo Banco.

Esta opção de cancelamento, negociada através do IGCP, implicou o pagamento de 49.735.000 euros, montante abaixo do valor de mercado e incluído na rubrica de "Juros e gastos similares suportados" na Demonstração dos resultados.

/ Vendas e serviços prestados (nota 37)

As vendas e serviços prestados apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2014	2013
Vendas		
Passageiros	220.519.085	208.269.681
Redes	752.970	533.241
Manut./alug./limp. material circulante	18.741.178	18.829.354
Comboio Socorro	1.410.380	1.510.327
Indemnização por danos	381.666	740.858
Limpeza/segurança	119.124	122.576
Serv.informáticos/contabil./outros	1.501.486	1.625.061
Outros Metro Mondego	1.019.113	1.046.126
Outros serviços	1.337.255	1.302.921
Descontos e abatimentos em vendas	(6.023.380)	(4.282.230)
Total	239.758.877	229.697.915

O acréscimo verificado deve-se essencialmente ao aumento das vendas de bilhetes, como reconhecimento do esforço contínuo da CP em diversificar, promover e consolidar a sua oferta e atividade comercial.

/ Subsídios à exploração (nota 38)

No quadro seguinte identificam-se os subsídios à exploração reconhecidos como rendimentos nos exercícios de 2013 e 2014:

(valores em euros)

Descrição	2014	2013
(Indemnizações compensatórias)	17.789.622	33.856.604
(Formação IEFP)	26.771	-
(Andante)	-	114.717
(PAII)	71.684	377.261
(CP/KIDS)	16.575	35.054
Total	17.904.652	34.383.635

De salientar a quebra generalizada e acentuada do apoio financeiro do Estado, através de subsídios à exploração, à atividade da empresa e que atingiu uma redução de aproximadamente 16,5 milhões de euros, face aos valores de 2013.

/ Ganhos/perdas imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (nota 39)

Os ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Descrição	2014	2013
Perdas		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	(5.655)	(3.982.573)
Outros	-	(101)
Ganhos		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	1.232.104	684.180
Outros	-	342.101
Total	1.226.449	(2.956.393)

Os valores reconhecidos em 2014 são o resultado da aplicação do método de equivalência patrimonial aos resultados da EMEF (908.329 euros), da Saros (275.429 euros), da OTLIS (42.693 euros) e da Ecosaúde (-5.655 euros).

/ Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (nota 40)

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	2014	2013
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(7.715.510)	(8.477.671)
Total	(7.715.510)	(8.477.671)

O gasto com consumo de combustível, como matéria-prima para a prestação do serviço de transporte ferroviário de passageiros, representa 85% (6.567.703 euros) do total da rubrica de matérias-primas, subsidiárias e de consumo. O gasto com consumo de combustível, apesar do aumento de preço, tal como no ano anterior, tem vindo a reduzir em resultado da diminuição da cedência de combustível pela CP à sua empresa subsidiária CP Carga e na sequência da transferência para aquela empresa da gestão de parte dos postos de abastecimento.

/ Fornecimentos e serviços externos (nota 41)

A rubrica de fornecimentos e serviços externos apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Descrição	2014	2013
Subcontratos:		
Limpeza instalações	(414.636)	(402.892)
Limpeza material circulante	(2.343.679)	(2.170.651)
Vigilância	(2.434.556)	(2.332.331)
Serviços adicionais e auxiliares	(1.991.462)	(1.917.767)
Serviços restauração	(2.650.045)	(2.388.567)
Acordo CP/Renfe	(4.310.187)	(5.857.548)
Outros subcontratos	(6.135.856)	(6.375.163)
Serviços especializados:		
Conservação e reparação	(32.767.590)	(30.376.437)
Trabalhos especializados	(937.479)	(851.007)
Vigilância e segurança	(22.983)	(98.317)
Utilização material circulante	(471.459)	(471.459)
Outros serviços especializados	(1.591.270)	(1.724.413)
Materiais	(163.784)	(161.227)
Energia e fluidos:		
Electricidade	(29.366.041)	(29.836.152)
Combustíveis	(204.786)	(274.194)
Água	(138.259)	(148.460)
Outros	(425)	(1.500)
Deslocações, estadas e transportes	(348.285)	(378.363)
Cont ^o CP/ACE (EMEF/Siemens)	(9.114.527)	(8.373.071)
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres:		
Taxa uso infraestrutura	(61.976.054)	(59.824.708)
Outras rendas e alugueres	(11.028.733)	(11.129.422)
Comunicação	(759.112)	(787.997)
Seguros	(242.688)	(301.855)
Outros serviços	(524.733)	(573.627)
Total	(169.938.629)	(166.757.128)

Em 2014, verificou-se, por parte da CP, a continuação do esforço na procura da poupança, racionalizando gastos suportados e procedendo à renegociação dos contratos em vigor.

Apesar dos esforços efetuadas, o total da rubrica sofreu um aumento, ainda que ligeiro comparativamente a anos anteriores, uma vez que certos gastos, pela sua natureza particular e enquadramento, não seguiram a tendência dos restantes, nomeadamente:

/ Aumento dos gastos com reparações, quer sejam manutenções previstas, quer por avaria, acidentes, vandalismo e conforto (+3.106.801 euros), fundamentais para a manutenção das condições de segurança bem como, para o enquadramento da estratégia da empresa de melhoria contínua.

/ Aumento dos gastos com a taxa de utilização da infraestrutura (+2.151.345 euros) em resultado das tarifas previstas no Diretório da Rede 2014 que vigorou a partir de 15 de dezembro de 2013.

Gastos com Pessoal (nota 42)

A rubrica de gastos com pessoal apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2014	2013
Remunerações dos órgãos sociais	(409.534)	(372.745)
Remunerações do pessoal	(70.593.896)	(72.257.867)
Indemnizações	(2.421.457)	(5.170.456)
Encargos sobre remunerações	(15.605.677)	(16.117.515)
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	(1.405.680)	(1.459.435)
Gastos de acção social	(244.027)	(247.779)
Outros gastos com o pessoal	(12.661.857)	(2.411.040)
Total	(103.342.128)	(98.036.837)

O acréscimo registado nos Gastos com Pessoal resulta fundamentalmente de se ter efetuado um ajustamento do valor de gastos relativos a pensões de acidentes de trabalho de 11,1 milhões de euros, que respeitam a pensões de acidentes de trabalho vitalícias resultantes de acidentes ocorridos até 31 de dezembro de 1999, data até à qual, por força do Decreto-Lei n.º 261/91 de 25 de julho, a CP estaria obrigada a assumir estes encargos.

De referir, que este movimento foi efetuado na sequência da adesão da CP ao regime especial de ativos por impostos diferidos previsto na Lei n.º 61/2014 de 26 de agosto. Este movimento teve, no entanto, contrapartida de igual montante na redução das provisões constituídas para estas pensões, pelo que, em termos líquidos estes ajustamentos contabilísticos não tiveram qualquer impacto nos resultados da empresa.

Caso não tivesse sido efetuada esta alteração de procedimento, os gastos com pessoal da empresa teriam ficado 5,8 milhões de euros abaixo dos registados no ano anterior, em virtude de, em 2013, se ter contabilizado o impacto da reposição do subsídio de férias de 2012 e 2013, que passou a ser remunerado desde junho de 2013, na sequência da publicação da Lei n.º 39/2013.

Em 2014 regista-se um acréscimo dos gastos com trabalho extraordinário, face aos registados em 2013, em resultado da diminuição do número de greves, o que levou a um aumento do recurso a trabalho suplementar.

De referir ainda que se encontra refletida nas contas de 2014 a decisão do Tribunal Constitucional para cessação das reduções salariais, que afeta vencimentos e subsídios pagos após 31 maio de 2014 e até meados de setembro, e a redução do efetivo em 48 colaboradores face a 31/12/2013 (o efetivo no final do mês de dezembro é de 2.718 colaboradores).

O detalhe dos trabalhadores do quadro permanente em 31 de dezembro de 2014 e 2013 por cargos de Direção/chefias superiores e categoria profissional é apresentado como segue:

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Órgãos sociais *	7	7
Directores/chefias superiores		
Quadros superiores	261	268
Quadros médios	14	12
Chefias intermédias	237	243
Profissionais altamente qualificados	2.126	2.175
Profissionais semi-qualificados	73	61
Contratados a prazo	-	-
Total	2.718	2.766

* Inclui três elementos pertencentes ao Conselho Fiscal

/ Imparidades de investimento não depreciáveis/amortizáveis (nota 43)

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

(valores em euros)		
Descrição	2014	2013
Perdas		
Ativos não correntes detidos para venda	(437.474)	(7.634.322)
Reversões		
De investimentos financeiros - outros	-	28
Ativos não correntes detidos para venda	11.051.366	224.926
Total	10.613.892	(7.409.368)

Conforme referido na nota 22, regista-se no período em análise uma diminuição das imparidades relacionadas com ativos não correntes detidos para venda em 18 milhões de euros, em resultado da não constituição de imparidades adicionais para os ativos não correntes detidos para venda e da reversão das imparidades constituídas para material circulante entretanto abatido (10 UTD's 600 e uma ALLAN), e/ou reafectado à atividade operacional da empresa.

/ Outros rendimentos e ganhos (nota 44)

A rubrica de outros rendimentos apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)		
Descrição	2014	2013
Rendimentos suplementares	15.144.813	14.701.034
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	14
Ganhos em inventários	680.691	42.131
Restantes ativos financeiros	236.845	1.640.491
Investimentos não financeiros	13.234.120	29.509
Outros	16.995.017	15.208.462
Total	46.291.486	31.621.641

A rubrica de outros rendimentos e ganhos apresenta um aumento de cerca de 14,6 milhões de euros, justificado fundamentalmente pela transferência de terminais de mercadorias para a REFER (+13 milhões de euros), em cumprimento do despacho da Secretária de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações Terrestres de 23 de Abril de 2014, bem como regularização de créditos referentes a exercícios anteriores (+1.6 milhões de euros) decorrentes do acordo de pagamento entre a CP e o Gestor da Infraestrutura.

/ Outros gastos e perdas (nota 45)

A rubrica de outros gastos e perdas apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)		
Descrição	2014	2013
Impostos	(114.400)	(123.956)
Dívidas incobráveis	(950.617)	(149.573)
Perdas em inventários	(10.469)	(47.081)
Investimentos não financeiros	(5.621.900)	(1.843.629)
Outros	(3.913.183)	(3.485.158)
Total	(10.610.569)	(5.649.397)

A rubrica que registou maior acréscimo, referente a perdas em investimentos não financeiros, deve a sua variação ao abate de material circulante não operacional (3.8 milhões euros).

Verificou-se ainda uma variação das dívidas incobráveis, na ordem dos 800 mil euros, no entanto esta operação teve reduzido impacto nos resultados da empresa, uma vez que maioritariamente o risco de cobrança já estava ajustado em anos anteriores e foi revertido.

/ Aumentos/Reduções Justo Valor (nota 46)

A rubrica de aumentos/reduções justo valor é analisada como segue:

(valores em euros)		
Descrição	2014	2013
Ganhos		
Instrumentos financeiros	65 455 632	66 022 026
Total	65 455 632	66 022 026

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados resulta da valorização da carteira de derivados em 31 de dezembro 2014, bem como de alterações à sua composição, comparativamente a igual período do ano anterior. Conforme referido anteriormente a avaliação destes derivados é assegurada por entidade externa.

A variação da valorização dos derivados é apresentada no quadro seguinte:

(valores em euros)		
	31-12-2014	31-12-2013
Citigroup	-	(685.521)
BES	-	(62.549.083)
RBS/ABN	(3.703.566)	(5.924.594)
Total	(3.703.566)	(69.159.198)

Gastos/reversões de depreciação e de amortização (nota 47)

A rubrica de gastos/reversões de depreciação apresenta os seguintes valores:

(valores em euros)		
Descrição	2014	2013
Gastos		
Ativos fixos tangíveis	(65.003.641)	(69.182.511)
Ativos intangíveis	(76.344)	(113.897)
Reversões		
Ativos fixos tangíveis	16.493	252
Total	(65.063.492)	(69.296.156)

Os gastos registados resultam da depreciação/amortização dos bens de acordo com as suas vidas úteis definidas e detalhe apresentado na nota 3. Anualmente as vidas úteis esperadas dos bens são revistas, de forma a verificar que se encontram ajustadas à realidade.

A diminuição do valor das depreciações, face a 2013, em cerca de 4 milhões de euros tem origem essencialmente no equipamento básico e deve-se quase na sua totalidade a um ajustamento das vidas úteis do material circulante que foi objeto de modernização.

/ Imparidade de Investimentos Depreciáveis e Amortizáveis (nota 48)

A imparidade de investimentos depreciables reconhecida no exercício respeita essencialmente à rubrica de equipamento básico e resulta do seu valor líquido exceder o seu valor recuperável, apresentando os seguintes valores:

(valores em euros)

Descrição	2014	2013
Perdas		
Ativos fixos tangíveis	(5.169.011)	(2.716.034)
Reversões		
Ativos fixos tangíveis	462.034	191.600
Total	(4.706.977)	(2.524.434)

A variação da Imparidade deve-se essencialmente à transferência de material circulante da rubrica de ativos não correntes detidos para venda e ao valor estimado de reparação de material circulante acidentado

A variação da rubrica reversões por imparidade deve-se à conclusão das reparações de material circulante acidentado.

/ Juros e rendimentos similares obtidos (nota 49)

A rubrica de juros e rendimentos similares obtidos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Juros obtidos	5.186.237	4.691.819
Dividendos obtidos	-	39.698
Outros rendimentos similares	1.607	-
Total	5.187.844	4.731.517

O aumento de cerca de 456 mil euros registada nos juros e rendimentos similares resulta essencialmente dos juros recebidos dos empréstimos efetuados às empresas participadas

/ Juros e gastos similares suportados (nota 50)

A rubrica de juros e gastos similares suportados apresenta os seguintes valores:

(valores em euros)

Descrição	2014	2013
Juros suportados	(197.706.315)	(200.858.597)
Outros gastos e perdas	(6.310.669)	(10.397.150)
Total	(204.016.984)	(211.255.747)

No exercício de 2014, a rubrica de juros e gastos similares suportados regista um total de 204 milhões de euros, menos 7 milhões de euros que no mesmo período do ano anterior.

Esta situação, apesar do aumento dos gastos associados às operações de cobertura de taxa de juro, *swaps* (em 8 milhões de euros), decorre da diminuição generalizada das taxas de juro aplicadas na renovação dos financiamentos.

/ Passivos contingentes (nota 51)

Não aplicável.

/ Ativos contingentes (nota 52)

Não aplicável.

/ Divulgação de partes relacionadas (nota 53)

A CP realiza frequentemente parte das suas atividades através de empresas associadas, subsidiárias e empreendimentos conjuntos.

Com referência a 31 de dezembro de 2014, a estrutura acionista da Empresa (participações diretas), é a apresentada no quadro seguinte:

Participações	(Participação %)	
	31-12-2014	31-12-2013
EMEF, SA	100%	100%
CP CARGA, SA	100%	100%
FERNAVE, SA	100%	100%
SAROS,Lda	100%	100%
ECOSAÚDE, SA	100%	100%
TIP, ACE	33%	33%

A CP detém também participação indireta e controlo noutras empresas do grupo por via da participação nas empresas acima referidas, nomeadamente:

/ SIMEF, ACE (detida em 51% pela EMEF).

/ NOMAD Tech (detida em 35% pela EMEF)

As transações entre partes relacionadas são apresentadas no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	2014	2013
Vendas e prestações de serviço		
Subsidiárias		
EMEF, SA	5.865.041	5.846.228
CP CARGA, SA	32.954.442	32.273.402
FERNAVE, SA	343.487	193.468
FERGRÁFICA, SA	-	8.000
SAROS,Lda	290.843	12.797
ECOSAÚDE, SA	74.468	60.851
Associadas		
TIP, ACE	1.236.811	348.346
Empresas com participação indirecta		
EMEF / SIEMENS, ACE	119.584	487.918
Total	40.884.676	39.231.010
Gastos		
Subsidiárias		
EMEF, SA (*)	(28.317.278)	(26.312.887)
CP CARGA, SA	(563.674)	(750.898)
FERNAVE, SA	(652.953)	(604.236)
FERGRÁFICA, SA	-	(2.166.845)
ECOSAÚDE, SA	(779.131)	(790.065)
Associadas		
TIP, ACE	(605.241)	(718.954)
Empresas com participação indirecta		
EMEF / SIEMENS, ACE	(9.626.032)	(8.802.915)
Total	(40.544.309)	(40.146.800)

(*) O valor da faturação emitida por esta participada, encontra-se classificado na CP em gastos e em investimento.

(valores em euros)

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Investimento		
Subsidiárias		
EMEF, SA	13.983.257	11.218.086
CP CARGA, SA	(671.114)	18.342.402
FERNAVE, SA	732.500	1.193.000
FERGRÁFICA, SA	-	(1.074.834)
ECOSAÚDE, SA	-	500.000
Associadas		
TIP, ACE	6.360	32.500
Empresas com participação indirecta		
EMEF / SIEMENS, ACE	50.145	-
Total	14.101.148	30.211.154

Os saldos com partes relacionadas são, de igual modo, apresentados no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2014	31-12-2013
Ativos		
Investimento		
Subsidiárias		
EMEF, SA	17.821.824	10.595.516
CP CARGA, SA	71.272.682	62.272.682
FERNAVE, SA	5.468.551	2.636.051
FERGRÁFICA, SA	-	-
SAROS,Lda	-	-
ECOSAÚDE, SA	500.000	500.000
Associadas		
TIP, ACE	-	-
Empresas com participação indirecta		
EMEF / SIEMENS, ACE	-	-
EMEF INTERNACIONAL S.A.	-	-
Clientes e out. contas receber		
Subsidiárias		
EMEF, SA	88.185	508.179
CP CARGA, SA	30.350.666	11.152.049
FERNAVE, SA	22.658	9.928
FERGRÁFICA, SA	-	-
SAROS,Lda	729	9
ECOSAÚDE, SA	4.943	6.757
Associadas		
TIP, ACE	337.438	441.168
Empresas com participação indirecta		
EMEF / SIEMENS, ACE	400	34.189
EMEF INTERNACIONAL S.A.	-	-
Passivos		
Fornecedores e out. contas pagar		
Subsidiárias		
EMEF, SA	(7.344.437)	(5.523.256)
CP CARGA, SA	(66.391)	(100.544)
FERNAVE, SA	(75.028)	(39.219)
FERGRÁFICA, SA	-	-
SAROS,Lda	-	-
ECOSAÚDE, SA	(37.680)	(113.881)
Associadas		
TIP, ACE	(901.175)	(570.938)
Empresas com participação indirecta		
EMEF / SIEMENS, ACE	(982.324)	(1.903.336)
Total Ativo + Passivo	116.461.041	79.905.354

Não foram efetuados em 2014 quaisquer ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com partes relacionadas.

/ Garantias e Avals (nota 54)

Garantias e avals prestados pela CP a empresas do grupo e associadas:

	(valores em euros)	
	Valor Total	Valor Utilizado
EMEF (cartas conforto)	7.000.000	1.341.770
EMEF (fiança)	3.937.500	3.937.500
Fernave (cartas conforto)	200.000	-
Fernave (garantia)	13.280	13.280
Otlis (Carta conforto)	200.000	200.000
CP Carga (Livrança)	22.192.877	22.192.877
CP Carga (Garantia)	26.860.787	26.860.787

Garantias prestadas a favor da CP:

(valores em euros)

Garantias e fianças prestadas à CP pelo Estado	767.456.939
Garantias e fianças bancárias prestadas à CP por entidades bancárias a favor de terceiros	563.362

/ Acontecimentos relevantes após a data de balanço (nota 55)

Não ocorreram factos relevantes que possam ter impacto nas contas, após a data de balanço.

Documentos anexos

A black and white photograph of a high-speed train at a station platform. The train is on the left, and the platform with its ornate metal structure is on the right. The text 'Documentos anexos' is overlaid in yellow on the top left.



FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOSÉ VIEIRA DOS REIS
CARLOS A. DOMINGUES FERRAZ
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA
GUILHERME W. D'OLIVEIRA MARTINS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de *CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.*, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de 969.979.790 euros e um capital próprio negativo de 3.406.037.186 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 159.869.171 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data e o Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

SEDE | HEAD OFFICE

Av. da Liberdade, n.º 245 – 8º A, B e C
1250-143 LISBOA - PORTUGAL
Tel. (+351) 217 271 197
Fax (+351) 217 273 129

Delegação Centra | Center Branch

Av. 22 de Maio, n.º 24 - Escritório 3
2415-396 LEIRIA - PORTUGAL
Tel. (+351) 244 822 175
Fax (+351) 244 822 178

Delegação Norte | North Branch

Via Eng.º Edgar Cardoso, n.º 23
Ed. Tower Plaza - Escritório 5E
4400-676 VILA NOVA DE GAIA-PORTUGAL
Tel. (+351) 223 744 485
Fax (+351) 223 744 977



- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de *CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.*, em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.



ÊNFASE

9. Sem afetar a opinião expressa nos parágrafos anteriores, chamamos a atenção para o facto de que a Empresa tem vindo a acumular resultados líquidos negativos consecutivos de montante significativo, apresentando, em 31 de Dezembro de 2014, um total de capital próprio negativo de 3.406.037.186 euros. Adicionalmente, constata-se que naquela data a Empresa possui um elevado grau de endividamento, sendo o ativo líquido totalmente financiado por capitais alheios. Assim, a continuidade das operações da Empresa depende da evolução e do suporte financeiro do Estado Português, o qual detém a totalidade do capital social da Empresa, e do sucesso futuro das suas operações.

Lisboa, 23 de março de 2015

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus, ROC n.º 1056



RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da CP – Comboios de Portugal, E.P.E (“Empresa”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, (que evidencia um total de 969.979.790 euros e um total de capital próprio negativo de 3.406.037.186 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 159.869.171 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da CP – Comboios de Portugal, E.P.E em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

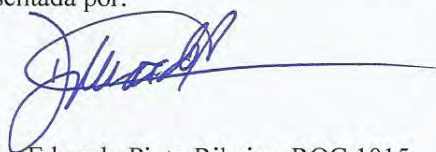
8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Ênfases

9. Sem afetar a nossa opinião expressa no parágrafo 7 acima, chamamos a atenção para o seguinte facto: a Empresa tem vindo a acumular resultados líquidos negativos consecutivos de montante significativo, apresentando, em 31 de Dezembro de 2014, um total de capital próprio negativo de 3.406.037.186 euros. Adicionalmente, constata-se que naquela data a Empresa possui um elevado grau de endividamento, sendo o ativo líquido totalmente financiado por capitais alheios. Assim, a continuidade das operações da Empresa, depende da evolução e do suporte financeiro do Estado Português, o qual detém a totalidade do capital social da Empresa, e do sucesso futuro das suas operações.

Lisboa, 23 de março de 2015

PINTO RIBEIRO, LOPES RIGUEIRA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por:



Joaquim Eduardo Pinto Ribeiro, ROC 1015



CONSELHO FISCAL



PAPER ID



SG_CC_000087925

Exmo. Senhor
Presidente do Conselho de Administração da CP
Calçada do Duque, 20
1249-109 Lisboa

S/referência

N/referência

Data

23-04-2015

Assunto: Parecer sobre o Relatório e Contas de 2014.

No âmbito das disposições legais e estatutárias, designadamente, o artigo a alínea *d*) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos da CP e os artigos 420.º, 452.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal elaborou o seu parecer sobre o Relatório e Contas de 2014, o qual se junta em anexo.

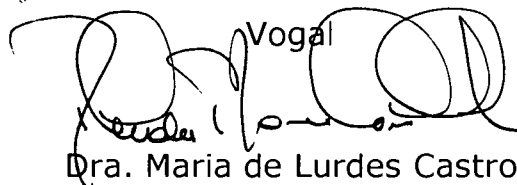
Com os melhores cumprimentos.

O Conselho Fiscal

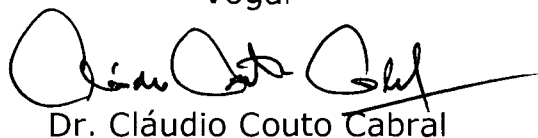
Presidente


Dr. António Farinha Simão

Vogal


Dra. Maria de Lurdes Castro

Vogal


Dr. Cláudio Couto Cabral



COMBOIOS DE PORTUGAL

CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL CONTAS INDIVIDUAIS 2014 DA CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.

1. INTRODUÇÃO

No âmbito das disposições legais e estatutárias, designadamente, o artigo a alínea *d*) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos¹ da empresa e os artigos 420.º, 452.º do Código das Sociedades Comerciais² (CSC), cabe ao Conselho Fiscal apresentar o relatório da sua ação fiscalizadora e emitir pareceres sobre o relatório de gestão, as demonstrações financeiras individuais, e a proposta de aplicação de resultados da CP – Comboios de Portugal, E.P.E., doravante designada abreviadamente como CP, documentos referentes à prestação de contas do exercício terminado em 31 de dezembro de 2014.

A CP é uma empresa pública, que se rege pelos seus estatutos e pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, diploma que aprovou o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, doravante designado abreviadamente como RJSPE.

Assinale-se, a título enquadrador e informativo, que nos termos dos Regulamentos da União Europeia, no âmbito da segunda³ notificação de 2014 relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos e da revisão do Sistema Europeu de Contas e Regionais⁴ (SEC 2010), foram introduzidas alterações de relevo nos critérios sujeitos a verificação aquando da classificação de unidades institucionais públicas.

Em consequência, várias unidades institucionais, anteriormente classificadas fora deste universo, passaram a estar incluídas no sector das Administrações Públicas para efeitos de Contas Nacionais. Tal sucedeu com a CP, cuja inclusão no perímetro das Administrações Públicas resultou da alteração⁵ no designado rácio dos 50%, ou “*rácio de mercantilidade*”.

Desta nova realidade emergiram algumas consequências, nomeadamente o impedimento da CP em aceder a novo financiamento junto de instituições de crédito⁶.

¹ Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterados e republicados pelo Decreto-Lei n.º 59/2012, de 14 de março.

² De acordo com o n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, os órgãos de administração e fiscalização têm as competências genéricas previstas na lei comercial, sem prejuízo do previsto em especial no referido regime jurídico.

³ Emitida em setembro de 2014.

⁴ SEC 2010.

⁵ O rácio passou a incluir no denominador, correspondente aos custos operacionais, os encargos líquidos com o pagamento de juros.

⁶ Conforme decorre do artigo 29.º, n.º 1, do RJSPE.

CONSELHO FISCAL

As demonstrações financeiras da CP, aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho.



2. SÍNTESE DA AÇÃO DESENVOLVIDA PELO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal durante o exercício objeto de análise, efetuou reuniões e acompanhou os aspetos que considerou mais relevantes no âmbito das suas funções, tendo, designadamente, procedido a:

- i) Reuniões com membros do Conselho de Administração de forma a seguir o desempenho da empresa;
- ii) Realização de reunião com o Revisor Oficial de Contas;
- iii) Realização de reunião com os Auditores Externos;
- iv) Reuniões com diversos departamentos da CP, sendo mais frequentes com as direções financeira e de planeamento e controlo da atividade da empresa;
- v) Emissão de parecer sobre uma operação de financiamento de médio e longo prazo, concedida pelo Estado Português à CP, mediante solicitação do Conselho de Administração;
- vi) Elaboração de relatórios trimestrais que incidiram sobre os relatórios de gestão apresentados pelo Conselho de Administração;
- vii) Emissão do parecer referente ao Plano de Atividades e Orçamento 2015 da CP.

O Conselho Fiscal analisou o Relatório de Gestão e as Demonstrações Individuais da CP, apresentadas pelo Conselho de Administração, registando, igualmente a apresentação do Relatório de Governo Societário, em conformidade com o exigido pelo n.º 1 do artigo 54.º do RJSPE.

3. ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELA CP

A CP é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, estando sujeita, conforme os respetivos estatutos e o RJSPE às orientações de gestão definidas pelo Governo, à tutela sectorial e financeira, do Ministério da Economia e do Ministério das Finanças, bem como ao controlo financeiro do Tribunal de Contas e da Inspeção-Geral de Finanças.

A empresa está sujeita a obrigações de serviço público e tem por finalidade principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de



CONSELHO FISCAL

linha e ramais que integram, ou venham a integrar, a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros.

Através da celebração de contratos são definidas as obrigações de serviço público e as correspondentes compensações financeiras, tendo a CP celebrado com o Estado, em 24 de março de 2011, o contrato denominado por «Regime Transitório de Financiamento do Serviço Público», com prazo de vigência até 31 de dezembro de 2019.

No entanto, tendo em consideração o Plano Estratégico dos Transportes (PET)⁷, que abarca o horizonte temporal 2011-2015, a CP e o Estado, ao considerarem o contrato em vigor inadequado, acordaram a sua revogação, estando em curso o processo para a celebração de um novo contrato.

A atividade da empresa no exercício de 2014 foi, assim, enquadrada pelas orientações, de médio e longo prazo, constantes no PET, incorporando ainda as orientações contidas no Orçamento de Estado⁸, tendo sido estruturada de modo a atingir o equilíbrio financeiro a nível operacional, incidindo o foco na promoção da eficiência, nomeadamente através de:

- Adequação da oferta face à procura;
- Redução de custos de funcionamento;
- Melhoria da eficiência dos serviços prestados;
- Combate à quebra na procura atuando ao nível da qualidade de serviço, do combate à fraude e através da adoção de políticas comerciais mais eficazes;
- A rentabilização de ativos não afetos à atividade principal da empresa;
- Sustentabilidade das empresas participadas.

A CP, em 2014, transportou cerca de 109,8 milhões de passageiros, o que representou um aumento de perto de 3% (equivalente a acréscimo de 3,2 milhões) comparativamente a 2013, tendo este crescimento sido transversal em todos os serviços da CP, com maior expressão, em níveis nominais, no serviço urbano de Lisboa⁹.

O crescimento na procura, facto que não se verificava, segundo a empresa, desde 2008, consolida a inversão de tendência de perda de passageiros que já se observava desde o último quadrimestre de 2013, beneficiando do clima de paz laboral, da adoção de políticas comerciais mais eficazes, do reforço da fiscalização e, também, da recuperação económica moderada no país a qual contribuiu para um aumento das deslocações pendulares casa/emprego e das de âmbito turístico e de lazer.

⁷ Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º45/2011, de 10 de novembro.

⁸ Relativas, designadamente, aos gastos com o pessoal e à utilização gratuita dos transportes públicos.

⁹ O aumento registado na procura foi de cerca de 1,9 milhões de passageiros.

CONSELHO FISCAL

Ao nível dos Recursos Humanos, a CP prosseguiu o processo de reajustamento no sentido de reestruturar e redimensionar os serviços, tendo em 2014 reduzido em 48 o número de trabalhadores.

No que respeita ao Investimento, face a 2013, este apresentou um reforço de 1,8 milhões de euros (14,6%), destinando-se quase na íntegra a material circulante. A empresa informou que as intervenções cingiram-se, tal como no ano anterior, ao mínimo indispensável para garantir a segurança, a operacionalidade e a continuidade da sua atividade regular.

4. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A CP encerrou o exercício de 2014 com um resultado líquido negativo de 159,9 milhões de euros, que comparam com os 226,5 milhões de euros registados no exercício anterior, apresentando, assim, uma melhoria de 66,6 milhões de euros (29,4%).

As rubricas do Capital Próprio apresentaram um valor negativo, o qual se agravou em 169,7 milhões de euros (-5,2%) face ao ano transato, essencialmente proveniente do acumular de sucessivos resultados negativos de exercício anteriores.

No que importa às rubricas do Ativo, estas apresentaram uma diminuição de 58,9 milhões de euros (-5,7%), resultante, em larga medida, dos seguintes factos:

1. Diminuição dos ativos fixos tangíveis em 73,8 milhões de euros (-9,2%), justificado em especial pela alienação à Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E. dos terminais de mercadorias;
2. Redução das aplicações financeiras de curto prazo, no IGCP¹⁰, no valor de 16 milhões de euros;
3. Aumento de 13,4 milhões de euros (44%) do saldo de Clientes e de Outras Contas a Receber, essencialmente explicado pelo aumento da dívida da CP Carga - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A.¹¹, representando esta 70% da dívida líquida¹² dos principais clientes e outros devedores;
4. Aumento do valor de Participações Financeiras, reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial, em 15,2 milhões de euros¹³ (19%).

¹⁰ Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E..

¹¹ Referente ao aluguer material motor, eletricidade e combustível para tração.

¹² A dívida líquida total era, no final de 2014, de 43,9 milhões de euros.

¹³ Incorpora os empréstimos concedidos às empresas do Grupo (9 milhões de euros à CP Carga, 3 milhões de euros à EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. e de 2,1 milhões de euros, à Fernave - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A.) e o efeito dos seus resultados líquidos no exercício em análise (salienta-se o desempenho favorável da EMEF que obteve um resultado líquido de 0,9 milhões de euros).





CONSELHO FISCAL

No que respeita ao Passivo, a CP registou um aumento de 110,8 milhões de euros (2,6%), destacando-se:

1. Incremento dos Financiamentos Obtidos¹⁴ em 326,7 milhões de euros (8,6%);
2. Redução de 128,6 milhões de euros (-86,1%) das dívidas a Fornecedores, quase exclusivamente explicado com o pagamento das dívidas à REFER;
3. Diminuição dos passivos financeiros detidos para negociação em 65,5 milhões de euros¹⁵ (-94,6%);
4. Variação positiva de 16,8 milhões de euros (-14,5%) da rubrica de Outras Contas a Pagar¹⁶.

Os fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais exibiam no final de 2014 um défice de 145,5 milhões de euros, representando um decréscimo de 230,9 milhões de euros face ao ano anterior. Este facto decorre essencialmente do pagamento da dívida em atraso à REFER. Deve ser ainda assinalado a diminuição, de cerca de 16,5 milhões de euros, no valor das indemnizações compensatórias recebidas pela CP face ao ano anterior.

No que importa aos fluxos das atividades de investimento, consequência da alienação à REFER dos terminais de mercadorias e do edifício da antiga Fergráfica, estes foram positivos, na ordem dos 33,2 milhões de euros.

Quanto aos fluxos das atividades de financiamento, o resultado de 122,0 milhões de euros, resultou do financiamento obtido junto do Estado, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, para regularização da dívida histórica à REFER, o que permitiu libertar os meios necessários ao funcionamento corrente e ao investimento em material circulante.

O resultado líquido alcançado pela CP, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, resulta essencialmente do efeito das variações que se salientam na Demonstração de Resultados:

¹⁴ A variação corresponde, essencialmente, ao montante necessário para assegurar o pagamento de juros e da dívida em atraso à REFER. Adicionalmente é de salientar que, em contraponto com exercícios anteriores, verificou-se uma evolução favorável na estrutura da dívida da CP, consubstanciada na conversão da quase totalidade da dívida de curto prazo em médio e longo prazo, representando a primeira cerca de 14,6% do total (em 2013 o seu peso era de 51,4).

¹⁵ Respeitante ao término, em 2014, de dois contratos de *swaps* – Citibank e Novo Banco. A opção de cancelamento, negociada através do IGCP, implicou o pagamento de 49,7 milhões de euros, montante abaixo do valor de mercado e incluído na rúbrica de “Juros e gastos similares suportados” na demonstração dos resultados. Assim, a valorização da rubrica no final do período respeita ao único *swap* existente em carteira.

¹⁶ Em larga medida explicada: *i*) pela reclassificação das pensões por acidentes de trabalho, no âmbito da adesão da CP ao regime especial aplicável aos ativos por imposto diferido, conforme disposto na Lei n.º 61/2014 de 26 de agosto, *ii*) pelo pagamento da dívida à REFER, e *iii*) parcialmente compensado pela regularização em 2014 dos encargos relacionados com a prestação de serviço transporte internacional reconhecidos no exercício de 2013.



1. Variação das provisões em 34,6 milhões de euros (180,3%), fundamentalmente efeito da i) reversão da provisão de acidentes de trabalho¹⁷, e cuja responsabilidade passou a ser reconhecida na rubrica de outras contas a pagar e na rubrica de ativos por impostos diferidos¹⁸ e, ii) da redução da provisão para investimentos financeiros, em resultado da reversão da provisão constituída¹⁹ para capitais próprios negativos da participada CP Carga, em consequência do melhor desempenho daquela empresa;
2. Variação de 18 milhões de euros (243,2%) na rubrica de imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis em consequência da não constituição de imparidades adicionais para os ativos não correntes detidos para venda e da reversão das imparidades constituídas para material circulante entretanto abatido²⁰ e/ou reafecto à atividade operacional²¹ da empresa;
3. Redução de 16,5 milhões de euros (-47,9%) nos subsídios à exploração, explicado pelo corte no valor das indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado;
4. Aumento de 14,7 milhões de euros (46,4%) em outros rendimentos e ganhos, explicado pela alienação²² dos terminais de mercadorias à REFER e com a regularização de créditos²³ referentes a exercícios anteriores;
5. Incremento de 10 milhões de euros (4,4%) nas vendas e serviços prestados suportado por uma melhoria na atividade comercial²⁴, consubstanciada por um aumento na venda²⁵ de títulos de transporte;
6. Aumento dos gastos com o pessoal em 5,3 milhões de euros (5,4%), essencialmente efeito do ajustamento do valor de gastos relativos a pensões de acidentes de trabalho, na sequência da adesão da CP ao regime especial de ativos por impostos diferidos²⁶;

¹⁷ Cujo valor, em 31 de dezembro de 2014, ascendia a 11,1 milhões de euros.

¹⁸ Por via da adesão da CP ao regime previsto na Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto, que aprovou o regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos.

¹⁹ No valor de 5,3 milhões de euros.

²⁰ Em função do seu estado de degradação, não foi possível proceder à sua alienação. Encontrava-se valorizado por 5,6 milhões de euros.

²¹ Transferido para ativo fixo tangível, sendo valorizado em 9 milhões de euros.

²² Por cerca de 13 milhões de euros, dando cumprimento ao despacho, de 23 de Abril de 2014, da Senhora Secretária de Estado do Tesouro e do Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações Terrestres.

²³ No valor de 1,6 milhões de euros, decorrente do acordo de pagamento celebrado entre a CP e o Gestor da Infraestrutura.

²⁴ Os proveitos de tráfego ascenderam a cerca de 214, 5 milhões de euros, representando uma evolução favorável de 5,2% comparativamente ao ano transato.

²⁵ Incorpora o efeito da atualização tarifária média de 1% em todos os serviços, com exceção do serviço de Longo Curso.

²⁶ Excluindo esta operação, ter-se-ia verificado uma redução de 5,8 milhões de euros nos gastos com o pessoal face a 2013.

CONSELHO FISCAL

7. Agravamento de 5 milhões de euros (87,8%) da rubrica de outros gastos e perdas em larga medida devido a perdas em investimentos não financeiros²⁷;
8. O EBITDA apresenta um acréscimo de 55 milhões euros para 41,1 milhões euros;
9. A empresa apresentou um apuramento do EBITDA ajustado²⁸, onde considerou somente a parte respeitante à exploração, alcançando o valor de 14,8 milhões euros, significando uma redução de 7,2 milhões euros (-32,7%) face a 2013;
10. Diminuição de 7,2 milhões de euros (-3,4%) dos juros e gastos similares suportados em consequência de taxas de juro menores aplicadas na renovação das operações de financiamento;
11. O resultado da política de financiamento da CP exhibe uma melhoria de 7,7 milhões euros (-3,7%), essencialmente reflexo da diminuição generalizada das taxas de juro aplicadas na renovação dos financiamentos.

Neste âmbito deve ser destacado que a estrutura de financiamento da CP sofreu uma modificação relevante, na medida que ocorreu uma conversão da quase totalidade da dívida de curto prazo em médio e longo. O peso do endividamento de curto-prazo passou de 51,4%, em 2013, para 14,6% do total. O crescimento do endividamento restringiu-se ao necessário para assegurar o pagamento de juros e da dívida em atraso à REFER. Inerente ao facto da empresa, durante 2014, ter passado a integrar o perímetro das Administrações Públicas em Contas Nacionais, não sendo permitido recorrer ao financiamento junto da banca comercial, as necessidades de financiamento da CP passaram a ser supridas por empréstimos do Estado, conforme já se referiu.

5. ESTRUTURA DE GOVERNO DA SOCIEDADE E CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS VIGENTES PARA O SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO

O Relatório de Gestão da CP contém todas as matérias previstas no artigo 66.º do CSC, bem como os aspetos exigidos pela legislação específica aplicável ao Sector Público Empresarial, nomeadamente o RJSPE.

A estrutura de governo da CP, atualmente em vigor, composta por um Conselho de Administração com quatro elementos (um Presidente, um Vice-Presidente e dois Vogais), um Conselho Fiscal e um Revisor Oficial de Contas, mostra-se adequada à respetiva dimensão e complexidade, pelo que cumpre o disposto na lei, nomeadamente o artigo 30.º e seguintes do RJSPE.

²⁷ Abate de material circulante não operacional no valor de 3,8 milhões euros.

²⁸ Resultado antes de indemnizações por rescisão, subsidiárias, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos.



CONSELHO FISCAL

Assinale-se que a CP e o Estado acordaram a revogação do contrato denominado por «Regime Transitório de Financiamento do Serviço Público», pelo que não existe contratualização do serviço público prestado pela empresa, e conseqüentemente não foram fixados objetivos de gestão para exercício analisado.

Relativamente às orientações do titular da função acionista, emitidas através do Ofício Circular da Direção-Geral do Tesouro e Finanças n.º 7038, de 21 de novembro de 2013, importa salientar os seguintes aspetos:

- As contas relativas ao exercício de 2012, através de despacho conjunto da Senhora Secretária de Estado do Tesouro e do Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, foram objeto de aprovação em 17 de outubro de 2014, tendo sido recomendado ao Conselho de Administração da empresa que desse cumprimento ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, conforme a legislação em vigor;
- As contas relativas ao exercício de 2013 foram aprovadas em 29 de outubro de 2014, através de despacho conjunto da Senhora Secretária de Estado do Tesouro e do Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, contendo uma recomendação de teor idêntico à expressa relativamente ao exercício de 2013;
- Não obstante a CP ter norteado a sua atividade de acordo com o Plano de Atividades e Orçamento 2014 apresentado, o mesmo não foi objeto de aprovação, pelo que não se mostra adequado efetuar uma análise ao cumprimento daquele instrumento previsional de gestão;
- Não foram fixados objetivos de gestão para o exercício, nem celebrados contratos de gestão com os gestores, o que igualmente inviabiliza a avaliação do desempenho dos mesmos;
- A CP implementou políticas comerciais mais eficazes, ajustou a oferta em função da procura, como forma de implementar estratégias de maximização das receitas. Daqui resultou um aumento de 4,4% no volume de negócios;
- As empresas deficitárias deveriam registar um valor de EBITDA tendencialmente nulo, o que se verificou. O EBITDA da empresa passou de 13,9 milhões de euros negativos, em 2013, para 41 milhões de euros no exercício ora em análise;



CONSELHO FISCAL

- Ao nível do Programa de Redução de Custos Operacionais²⁹, as empresas com EBITDA positivo em 2014 teriam que assegurar a redução do peso daqueles custos no volume de negócios. A CP apresentou um aumento de 6,6 p.p., de 101,5%, em 2013, para 108,1%. Esta evolução resulta, essencialmente, da redução em 48% do valor das indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado e do ajustamento do valor de gastos relativos a pensões de acidentes de trabalho decorrente da adesão da CP ao regime especial aplicável aos ativos por imposto diferido. Excluindo esses efeitos, ter-se-ia verificado uma melhoria deste indicador em 3,9 p.p.. Assim, merece ser destacado isoladamente o desempenho de cada uma dessas rubricas:
 - i. Gastos com o Pessoal³⁰, deduzidos do valor das indemnizações por cessação de contratos de trabalho, aumento de 8,1 milhões de euros (8,7%), essencialmente efeito do ajustamento do valor de gastos relativos a pensões de acidentes de trabalho³¹, no valor de 11,1 milhões de euros. Não sendo considerado este efeito, teria sido alcançada uma redução de 3 milhões de euros (-3,2%)³². Face a 2012³³, apresenta uma redução 6,1% do número de efetivo a cargo;
 - ii. CMVMC, diminuição de 0,8 milhões de euros (-9%) que resultou da racionalização da oferta e da transferência para a CP Carga da gestão de parte dos depósitos de combustível afetos à atividade daquela empresa;
 - iii. FSE, incremento de 3,2 milhões de euros (3,2%) justificados essencialmente pelo aumento dos gastos com reparações fundamentais para a manutenção das condições de segurança da atividade operacional da empresa, e pelo aumento de gastos suportados com a Taxa de Utilização da infraestruturas;
- O volume dos pagamentos em atraso (“*arrears*”), no final de 2014, ascendia a 0,6 milhões de euros (o que compara com os 124,7 milhões de euros do período homólogo anterior).

A CP, apesar de ter gerado os fundos suficientes para assegurar a sua atividade operacional, não conseguiu obter a totalidade dos financiamentos necessários ao

²⁹ Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC), Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) e Gastos com o Pessoal (deduzidos do valor das indemnizações por cessação de contratos de trabalho).

³⁰ Incorpora o efeito da reposição dos cortes nas remunerações, a partir do mês de junho, após Acórdão do Tribunal Constitucional.

³¹ Este movimento teve como contrapartida a redução, em idêntico montante, das provisões constituídas para aquelas pensões. Deste modo, em termos líquidos, estes ajustamentos contabilísticos não produziram qualquer impacto nos resultados da CP.

³² Face a 2010, a redução seria de aproximadamente 30 milhões de euros, o que representaria um decréscimo de cerca de, 25%.

³³ As orientações do acionista determinavam que para o exercício de 2014, a redução a alcançar deveria, no mínimo, ser de 3% no número de trabalhadores face ao existente em 31 de dezembro de 2012.





pagamento dos compromissos decorrentes do serviço da dívida, tendo, por isso, que recorrer a receita da sua atividade de exploração, opção que inviabilizou o pagamento a alguns fornecedores, nomeadamente a REFER. Essa situação, que se prevê conjuntural, uma vez que após integração da empresa no perímetro das Administrações Públicas em Contas Nacionais as suas necessidades de financiamento passaram a ser supridas por empréstimos do Estado, contribuiu para o agravamento do prazo médio de pagamentos (PMP), que no final de 2014 estava em 266 dias (em 2013 eram 229 dias). Sendo excluídas as dívidas à REFER, relativas à taxa de utilização da infraestrutura, o PMP situar-se-ia nos 60 dias;

- A CP mostra o cumprimento das disposições sobre reduções remuneratórias previstas na Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho (para os gestores públicos e equiparados, a partir de 1 de junho de 2010) e na Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2014, para os cargos e demais pessoal abrangido. Esse cumprimento foi ainda ajustado em consonância com o Acórdão n.º 413/2014, de 30 de maio, do Tribunal Constitucional, e com a Lei nº 75/2014, de 12 de setembro³⁴;
- Ao nível dos Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro, assinala-se o término³⁵ do *swap* contratado ao *Citigroup* e o exercício da opção³⁶ de cancelamento antecipado sobre o *swap* do BESi/Novo Banco, subsistindo, assim, em carteira um único contrato de *swap*. A conclusão das operações *swap* anteriormente mencionadas produziu um impacto favorável no valor de mercado da carteira detida pela empresa, originando uma variação positiva do justo valor da carteira de derivados em cerca de 65,5 milhões de euros;
- A Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro estabeleceu, no n.º 5 do artigo 61.º, que o acréscimo do endividamento, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado, estava limitado a 4%. A CP registou um acréscimo de 8,6%, o qual resulta do financiamento dos encargos financeiros e à regularização da dívida histórica acumulada à REFER.

Por fim, importa referir que no final de 2014 foi celebrado com a EMEF um contrato para intervenção de meio de vida dos comboios pendulares, com a concretização de um adiantamento no valor de 4,3 milhões de euros. Entretanto, já no decorrer de 2015, e face à deteção de vícios que eram suscetíveis de conduzir à nulidade do referido contrato, a empresa desencadeou de imediato as ações necessárias no sentido de corrigir a situação, através da celebração de acordo de revogação do referido contrato e de consequente solicitação à EMEF, SA da devolução do montante que foi adiantado.

³⁴ Estabeleceu os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão.

³⁵ Em 26 de junho de 2014.

³⁶ No final de novembro de 2014.



6. PARECER

O Conselho Fiscal tomou conhecimento da Certificação Legal das Contas decorrente do exame realizado pela Oliveira, Reis & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., e do Relatório dos Auditores Externos, Pinto Ribeiro, Lopes Rigueira & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., os quais foram considerados para efeito de preparação do presente Relatório e Parecer.

O Conselho Fiscal analisou as demonstrações financeiras individuais, preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, tendo concluído que tais elementos transmitem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da CP, à data de 31 de dezembro de 2014 e o modo como se formaram os resultados no exercício findo naquela data, tendo em consideração a ênfase mencionada na Certificação Legal das Contas.

No âmbito das suas funções, o Conselho Fiscal verificou que o conjunto das demonstrações financeiras individuais da CP, permite uma adequada compreensão da situação financeira da empresa, dos seus resultados e dos fluxos de caixa.

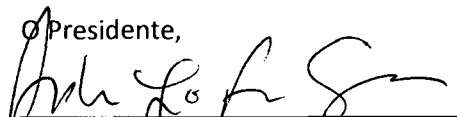
Em conclusão, o Conselho fiscal é de parecer que:

- i) Sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Individuais da CP, relativas ao exercício de 2014;
- ii) Seja aprovada a proposta de Aplicação dos Resultados apresentada pelo Conselho de Administração, no sentido do Resultado Líquido do exercício negativo no montante de 159 869 171 euros ser levado a resultados transitados.

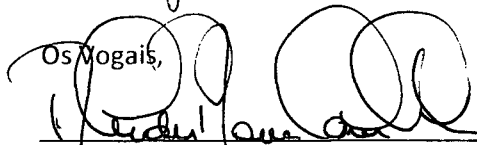
Lisboa, 23 de abril de 2015.

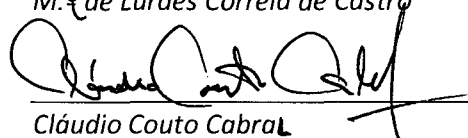
O Conselho Fiscal,

O Presidente,


António Fajinha Simão

Os Vogais,


M.ª de Lurdes Correia de Castro


Cláudio Couto Cabral

